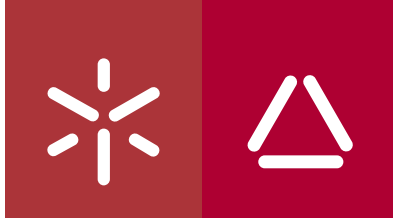


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Manuel José Antunes Barbosa

**Associação de Paradela e a defesa
e valorização das tradições locais
(1982-2023)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Manuel José Antunes Barbosa

**Associação de Paradela e a defesa
e valorização das tradições locais
(1982-2023)**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Património Cultural

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Bruno Tiago Jesus Madeira

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Um agradecimento especial com carinho à Cristina, esposa compreensiva, pelo apoio incondicional; ao meu filho Guilherme pela compreensão ao longo de toda esta caminhada; à minha filha Luísa igualmente pela compreensão e também pela aceitação de todas as minhas ausências provocadas pelo desenvolvimento do estudo; à minha mãe Madalena que sempre acreditou em mim – todos foram uma fonte de inspiração constante – por isso, agradeço tudo o contributo.

Agradeço reconhecidamente ao Professor Doutor Bruno Madeira, orientador e colaborador deste trabalho, pelo apoio incansável e compreensão desmesurada atendendo e respondendo a todas as minhas solicitações demonstrando interesse, disponibilidade e carinho, e ainda pelo rigor científico, críticas e sugestões que se mostraram indispensáveis para a realização deste trabalho.

A todos os professores deste mestrado em Património Cultural – foram importantíssimos e mesmo fundamentais para a concretização deste trabalho, saliento de um modo especial o apoio e dedicação da Professora Doutora Alexandra Esteves, que pelo cativante exemplo de ensinar e forma apaixonada de transmitir e partilhar conhecimento despertou em mim ainda mais o interesse pelo nosso Património e Cultura e com isso o gosto pela descoberta das tradições das aldeias e vilas portuguesas. A todos os docentes deste mestrado, o meu profundo e sincero agradecimento.

Por último, mas não menos importante quero também deixar um agradecimento a todas e todos os colegas com quem partilhei dúvidas e incertezas, com quem aprendi sobre cultura e património, com quem debati sobre estes e outros temas relevantes das nossas tradições, com quem assisti a palestras, colóquios e seminários de convidados internos e externos que trouxeram à colação temas interessantes da atualidade. Tenho a certeza de que aprendi muito com todos ao longo deste percurso e por isso, passei a olhar de forma mais atenta e preocupada para a nossa cultura e património.

Post mortem, ao meu pai Guilherme, que apesar da ausência física, esteve sempre presente e continua a ser uma fonte de inspiração.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Associação de Paradela e a defesa e valorização das tradições locais (1982-2023)

Resumo

Este trabalho de investigação insere-se no âmbito do Mestrado em Património Cultural do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Aborda o trabalho desenvolvido por uma coletividade na defesa e valorização das tradições locais, desde a sua fundação até a atualidade, num período de sensivelmente quatro décadas. O estudo engloba a localização da instituição e as suas ligações ao espaço rural. Todo o trabalho desta coletividade nos departamentos cultural, recreativo, social e desportivo e com uma área dedicada ao Rancho Folclórico que reporta ao departamento cultural. Este grupo promove e valoriza as danças e músicas, as letras e os cantares tradicionais minhotos.

Um dos pontos principais deste trabalho passou por compreender e interpretar a constituição e fundação da Associação de Paradela e a defesa e valorização das tradições locais. Abordamos o período compreendido entre fevereiro de 1982 até à atualidade e demos particular interesse ao grupo folclórico que no ano seguinte, em 1983, passou a integrar o departamento cultural da coletividade. Trataremos ainda das dificuldades e dos constrangimentos da coletividade em manter em atividade o rancho e o grupo de música popular devido ao êxodo rural e a um certo desinteresse da população mais jovem pela música popular.

Outra das preocupações deste trabalho está relacionada com a importância do Património Material e Imaterial existente nestas localidades. A descoberta da origem de muito deste património que se encontra esquecido e por vezes abandonado torna mais pobre uma região rica em tradições. Este estudo também procurou ir ao encontro de algum deste património ouvindo na primeira pessoa alguns dos seus agentes, nomeadamente responsáveis do Grupo Folclórico de Paradela, que acomoda e incorpora músicas e danças da região e apresenta-as ao público no seu repertório. E ainda, as relações entre as atividades agrícolas e os eventos etnográficos.

Palavras-chave: Associação, Folclore, Instrumentos, Música, Tradições.

Paradela Association and the defense and appreciation of local traditions (1982-2023)

Abstract

This research work is part of the Master's degree in Cultural Heritage at the Institute of Social Sciences of the University of Minho. It addresses the work carried out by a collective in defending and valuing local traditions, from its foundation to the present, over a period of approximately four decades. The study encompasses the location of the institution and its connections to rural areas. All the work of this collective in the cultural, recreational, social and sports departments and with an area dedicated to the Folklore Ranch that reports to the cultural department. This group promotes and values traditional Minho dances and music, lyrics and songs.

One of the main points of this work was understanding and interpreting the constitution and foundation of the Paradela Association and the defense and appreciation of local traditions. We covered the period from February 1982 to the present day and gave particular interest to the folklore group that the following year, in 1983, became part of the collective's cultural department. We will also discuss the difficulties and constraints faced by the community in keeping the ranch and the popular music group in operation due to the rural exodus and a certain lack of interest among the younger population in popular music.

Another concern of this work is related to the importance of the Material and Intangible Heritage existing in these locations. The discovery of the origin of much of this heritage that is forgotten and sometimes abandoned makes a region rich in traditions poorer. This study also sought to explore some of this heritage by listening in the first person to some of its agents, namely those responsible for the Paradela Folkloric Group, which accommodates and incorporates music and dances from the region and presents them to the public in its repertoire. Furthermore, the relationships between agricultural activities and ethnographic events.

Keywords: Association, Traditions, Folklore, Music, Instruments

Índice

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	ii
Agradecimentos	iii
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice de Tabelas	viii
Siglas e abreviaturas	ix
Introdução.....	1
1. Estado da Arte.....	6
2. Fontes e metodologia	18
3. Património Cultural Material e Imaterial	21
4. O Concelho de Terras de Bouro e a Freguesia de Valdosende	32
4.1 O Concelho de Terras de Bouro	32
CONCELHO DE TERRAS DE BOURO - CENSOS 2021: EVOLUÇÃO 1960-2021.....	36
4.2 A Freguesia de Valdosende	44
5. Associação de Paradelas.....	50
5.1 A Fundação da Associação	50
5.2 O Associativismo	54
5.2.1 O Departamento Cultural.....	60
5.2.2 O Departamento Social	62
5.2.3 O Departamento Desportivo	63
5.2.4 O crescimento da Associação	65
5.3 Associação, Fundação e Consolidação	67
6. O Rancho Folclórico, as Tradições, Folclore e a Música Popular	75
Conclusão	109
Bibliografia.....	115

Índice de Tabelas

Tabela 1.....	34
Tabela 2.....	36
Tabela 3.....	38
Tabela 4.....	41
Tabela 5.....	44
Tabela 6.....	78
Tabela 7.....	80
Tabela 8.....	84
Tabela 9.....	95
Tabela 10.....	105

Siglas e abreviaturas

ADL – Associações de Desenvolvimento Local

AFB – Associação Futebol de Braga

ASCDP – Associação Sociocultural Desportiva de Paradela – Valdosende

ATACHA – Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave

BAR – Barragem do Alto Rabagão

BC – Barragem de Caniçada

BS – Barragem de Salamonde

BP – Barragem de Paradela

BVF – Barragem de Vilarinho das Furnas

BVN – Barragem de Venda Nova

CAT – Centro de Alegria no Trabalho

CAR – Central do Alto Rabagão

CCD – Central de Caniçada

CCDRN – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

CEE – Comunidade Económica Europeia

CIM – Comunidade Intermunicipal

CP – Casas do Povo

CPE – Companhia Portuguesa de Eletricidade

CSD – Central de Salamonde

CVF– Central de Vilarinho das Furnas

CMTB – Câmara Municipal de Terras de Bouro

CNC– Centro Nacional de Cultura

CPCCRD – Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto DOP – Denominação de Origem Protegida

DGOT – Direção Geral do Ordenamento do Território

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

EDP – Eletricidade de Portugal

EN – Emissora Nacional

ETP – Empresa Termoelétrica Portuguesa

INATEL – Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres

INPCI – Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial

IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

JFV – Junta Freguesia de Valdosende

JNV – Junta Nacional do Vinho

FNAT – Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho

FPF – Federação Portuguesa de Folclore

GAV – Grémio de Armazenistas de Vinhos

GCDT – Grupo de Cordas Despertar Tradições

GDV – Grupo Desportivo de Valdosende

GF – Guarda Fiscal

GNR – Guarda Nacional Republicana

HED – Hidroelétrica do Douro

HEZ – Hidroelétrica do Zêzere

HICA – Hidroelétrica do Cávado

ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

IPHAN – Instituto do Património Histórico e Artístico Nacional

NATO – Organização do Tratado do Atlântico Norte

SPN – Secretariado de Propaganda Nacional

RAD – Recolha Automática de Dados

RATA – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica

REN – Reserva Ecológica Nacional

RP – Rancho de Paradela

RFP – Rancho Folclórico de Paradela

RFAP – Rancho Folclórico da Associação de Paradela

RTP – Rádio Televisão Portuguesa

ONU – Organização das Nações Unidas

PAO– Plano de Atividades e Orçamento

PCI– Património Cultural Imaterial

PDM– Plano Diretor Municipal

POAC – Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada

PNPG – Parque Nacional Peneda Gerês

UNESCO – A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

Introdução

O presente trabalho de investigação insere-se no âmbito da tese de mestrado em Património Cultural da Universidade do Minho e teve como objeto de estudo uma coletividade associativa que aposta na defesa das tradições locais com especial enfoque na música tradicional portuguesa e do seu valor enquanto identidade cultural nos contextos histórico e social da atualidade.

O associativismo local representa um reforço coletivo de defesa e valorização das tradições locais, assenta o discurso num quadro de representação de situações vividas e imaginadas numa perspetiva de herança comum de identidade e de práticas sociais, cujo valores e regras representam processos de desenvolvimento local. Considerando o Património e a Cultura como veículos que desencadeiam mecanismos de pertença ao povo e às populações locais, as associações culturais assumem um papel fundamental no que diz respeito à participação e promoção da cultura. Assim, neste caso em particular, um dos pontos principais de análise, será perceber de que forma o envolvimento das associações locais do concelho de Terras de Bouro interferem nas políticas culturais de ação local e por isso contribuem para o desenvolvimento local.

Esta associação cultural, social e desportiva tem como objetivos principais a defesa e a preservação do folclore, das tradições, das artes, da música, das danças e de outras expressões culturais da comunidade local que representa. Trabalha desde a sua fundação para manter viva a herança cultural do lugar, da freguesia e do povo; procura promover a educação artística, organizar eventos culturais e contribuir para a valorização e divulgação da cultura local e regional. A associação cultural tem como grande propósito e objetivo principal desempenhar um papel ativo na promoção da diversidade cultural.

Para a concretização deste trabalho foi realizada uma pertinente e atenta análise sobre a realidade da música folclórica portuguesa para podermos compreender, identificar e explicar as tendências manifestadas ao longo de décadas. Para além da leitura da bibliografia, foram ainda consultados documentos históricos da coletividade desde a sua fundação, analisadas fotografias, áudios e vídeos de atuações antigas, registos de presenças nos ensaios e atuações, de valores gastos com roupas, calçado, acessórios e com toda a logística inerente às deslocações.

Alguns acontecimentos políticos influenciaram e moldaram a vida das associações locais, como a restauração da democracia em Portugal, que aconteceu com a revolução do 25 de abril de 1974 e que veio restituir a liberdade aos portugueses e consagrou constitucionalmente o direito ao associativismo e

o apoio do Estado ao mesmo. Neste âmbito, destacamos a fundação de associações culturais, recreativas e desportivas e de sociedades filarmónicas um pouco por todos o país. É nesta categoria que se insere o nosso objeto de estudo, a Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Paradela, que foi fundada, em 22 de fevereiro de 1982, sem fins lucrativos e com o propósito de desenvolver a freguesia nas valências cultural, recreativa e desportiva.

Esta coletividade foi muito importante para o lugar de Paradela, da freguesia de Valdosende, concelho de Terras de Bouro, nos anos oitenta, pois nesta época era necessário um espaço onde a população pudesse conviver, jogar às cartas, conviver e ver televisão numa altura que poucos tinham televisor em casa. E a possibilidade de uma coletividade sem fins lucrativos que disponibilizasse estes serviços sem a obrigação de consumir, como é tradicional nos cafés, era uma vantagem para a população que se quisesse associar.

Desde a sua fundação esta coletividade sempre como com um dos objetivos principais a preocupação com as tradições locais antigas e como podemos facilmente constatar pela constituição do grupo folclórico logo no ano seguinte ao da fundação da associação. A criação do rancho folclórico é um claro exemplo da defesa das tradições e do interesse em recuperar os valores antigos, como as lendas, os contos, os rituais e os usos e costumes e desta forma procurando preservar o popular e as suas origens, não descurando a necessária atualização das mesmas.

Outro dos objetivos principais deste trabalho passou no essencial por tentar compreender a importância do trabalho desenvolvido pela coletividade estudada, nomeadamente os métodos que tem adotado para manter e divulgar as tradições locais, em que o folclore e a música popular portuguesa acabam por ser das mais importantes manifestações. Neste sentido e em conformidade, entendemos que o folclore e toda a música popular do Minho devem fazer parte do património material e imaterial.

Ao longo desta dissertação procuramos identificar os problemas que a preservação das tradições enfrenta e avançar algumas possíveis soluções. Nesse sentido, parece-nos importante convidar as entidades públicas e privadas para juntar esforços que consigam promover a prática das tradições, envolver jardins de infância e escolas do setor público, privado e social com o objetivo de ensinar danças, músicas e cantigas populares às crianças e jovens e com isso despertar interesse nesta faixa etária.

Também abordaremos o lugar onde a coletividade está inserida. É nestes lugares do interior que o associativismo assume imensas vantagens, mas também muitos desafios. Também são apresentados alguns obstáculos que comprometem os apoios e os subsídios de que estas coletividades

tanto precisam devido às necessidades de que carecem para continuar a divulgar e preservar as tradições, como é o caso da Associação de Paradela que através do rancho folclórico e do grupo de música popular vem apresentando ao longo dos anos através das músicas, danças, cantigas e formas de trajar com modelos que aparentam gerações passadas.

Ao longo do ano fomos acompanhando muitos ensaios e também algumas atuações, apresentações e divulgações do grupo. Percebemos algumas dificuldades e constrangimentos relacionados com a logística, a ausência de recursos nos ensaios, a falta de atenção dos elementos para aprender novas coreografias. Fomos ouvindo frequentemente da parte dos responsáveis estas constatações que acabam por ser muito impactantes. Realçamos ainda as que apontam para a falta de comparência e ausência aos ensaios e atuações sem qualquer tipo de justificação e quando os responsáveis questionam a razão da ausência ficam muito incomodados. Verificámos que os elementos do rancho faltam aos ensaios e às atuações com muita frequência apresentando uma grande irregularidade em termos de assiduidade e pontualidade que compromete seriamente o rancho.

Fomos até à fundação da coletividade e à identificação dos seus principais objetivos que estavam assumidamente plasmados nos estatutos da coletividade. As várias valências da coletividade foram sempre assumindo ao longo do tempo um papel de defesa da cultura e património destas localidades e paralelamente os dirigentes e responsáveis também compreenderam e respeitaram as motivações e anseios dos associados, amigos, colaboradores e patrocinadores. Prova disso foram os testemunhos dos diretores particularmente da responsável pela cultura, mas também das áreas social e desportiva que nos falaram das épocas anteriores e disponibilizaram os planos de ação para o ano de 2024.

No contexto de governação local, é sempre desejável que as instituições locais se envolvam ativamente na promoção de parcerias com instituições altruístas que operam a nível comunitário para construir sinergias de defesa da cultura e do património. Sendo importantes em todas as áreas, são sobretudo no campo cultural que estas parcerias desempenham um papel crucial na criação de novas estratégias de difusão cultural abrangentes, aproveitando ainda a considerável capacidade de influência cultural das associações e de outras instituições em todo o território nacional.

O presente documento encontra-se estruturado em cinco capítulos. O primeiro capítulo corresponde à revisão de literatura, na qual se analisaram os trabalhos de vários autores sobre o associativismo e o seu papel na sociedade civil, bem como o seu enquadramento nas políticas culturais

nacionais, regionais e locais. Também foi analisado o panorama atual do associativismo cultural no contexto português.

O segundo capítulo foi dedicado ao enquadramento metodológico da investigação e nele abordam-se os objetivos da pesquisa, a problemática identificada e a técnica de recolha de dados, que foi de carácter qualitativo, através de entrevistas aos dirigentes da coletividade em estudo e ao presidente e responsável pelo pelouro da cultura. Foram ainda consultados documentos, livros de atas, fotografias, vídeos e outros registos de interesse que serviram de base à investigação empírica.

No terceiro capítulo abordamos o património material e imaterial do concelho de Terras de Bouro com especial destaque para a realização de um evento relacionado com uma prática antiga na vila do Gerês, a subida da vezeira, e que tem lugar todos os anos na primeira quinzena do mês de maio. Este acontecimento, que foi recentemente elevado a património imaterial, consiste no envio dos animais para a serra durante o período de verão. Nos últimos anos, a Associação de Paradela participa neste evento através do rancho folclórico.

O quarto capítulo corresponde à contextualização do local onde se insere o fenómeno em estudo, com particular destaque para o lugar de Paradela, outros lugares da freguesia de Valdosende e outras freguesias do concelho de Terras de Bouro. Tudo foi elaborado através da recolha de informações a partir de uma pesquisa documental e bibliográfica que nos ajudou a estabelecer um enquadramento político e estratégico do município no campo cultural e associativo. Neste capítulo, procedemos a uma recolha de dados quantitativos para uma análise do panorama demográfico e orçamental do município. O resultado das entrevistas é também explorado neste quarto capítulo, seguindo os principais tópicos em análise.

No quinto capítulo apresentamos a coletividade em estudo desde o momento da sua fundação até à atualidade, tendo particular atenção aos seus objetivos e propósitos, às respetivas áreas de intervenção cultural, social e desportiva, às dificuldades e obstáculos encontrados ao longo destas quatro décadas, à preocupação com a defesa das tradições, da cultura e do património, ao crescimento e à sustentabilidade da sua evolução que permitiram que, com poucos recursos humanos, logísticos e financeiros, fosse desenvolvendo numerosas atividades ao longo destas quatro décadas.

No sexto e último capítulo tratamos de uma das valências mais importantes desta coletividade: o rancho. Este grupo folclórico, que nasceu no ano a seguir à fundação da associação, foi logo integrado no departamento cultural. O rancho passou por muitas dificuldades iniciais, com avanços e recuos, entradas e saídas de elementos, contudo, nas últimas duas décadas, desenvolveu sem

interrupção uma intensa atividade de recolha e divulgação das tradições locais, nomeadamente das danças, músicas e letras de cantigas conhecidas e populares entre a população local.

Este trabalho de investigação assenta, essencialmente, nas atividades desenvolvidas pela coletividade em estudo. Para além disso, com este caso de estudo pretendemos chamar a atenção para que a defesa das tradições locais passa sempre por uma estratégia coletiva de vários intervenientes públicos e privados, que devem unir esforços em torno desta causa. Por isso, esperamos que, com novas metodologias de intervenção política, económica e social, seja possível fomentar núcleos locais que invertam o processo de abandono das tradições locais e contribuam para a reabilitação do património cultural e, consequentemente, da etnografia e do folclore.

1. Estado da Arte

Este trabalho tem como objetivo principal compreender a importância do trabalho desenvolvido por uma Associação no âmbito das tradições locais e na defesa do património material e imaterial com especial enfoque no da freguesia de Valdosende. Para a realização deste trabalho, considero pertinente abordar no estado da arte como aspetos principais os seguintes pontos de vista: por um lado, um enquadramento histórico e teórico do caminho percorrido pelas populações das freguesias de Terras de Bouro, com particular destaque para a de Valdosende; por outro, compreender o trabalho desenvolvido pela coletividade estudada, na cultura popular e nas tradições locais, nomeadamente nas ligações ao fenómeno da música folclórica.

Outro ponto importante deste trabalho é tentar compreender, quais foram os contributos produzidos nesta área por especialistas, designadamente no setor da música popular portuguesa, sobretudo nas cantigas entoadas durante as atividades agrícolas, que eram muito frequentes nesta zona do Minho. Pretende-se também consultar a bibliografia existente das tradições de música mais popular ou erudita ao longo dos últimos séculos. Neste trabalho abordarei também, de forma mais profunda, a música folclórica de raiz popular e, mesmo não existindo uma definição técnica suficientemente clara para este conceito, pretendemos compreender as causas principais que estiveram na origem do aparecimento deste tipo de expressão musical nestes lugares e o que levou esta coletividade a enveredar pela música popular do Minho. Almejamos também perceber como foram sendo transmitidas estas tradições de geração em geração, sem formalismos ou obrigações, e como foram ficando presentes no quotidiano das populações. Por fim queremos perceber como estas tradições chegaram aos nossos dias sem documentos escritos, normativos ou regulativos tendo sido implementados e transmitidos sobretudo através da oralidade, modelo de discurso marcado pela informalidade.

Ainda que a música popular portuguesa e os outros tipos de música, possam parecer duas realidades distintas, pouco comunicáveis e facilmente discerníveis e isoláveis, eles resultam de fatores complementares que visam alegrar e divertir os ouvintes e os espetadores. Contudo, ao delimitar o campo de pesquisa à música tradicional de raiz popular estaremos a fazer uma distinção entre esta música mais popular que é aquela que é tocada nos arraiais e festivais muito apreciados no Minho e muito particularmente neste local de estudo em que, para aferir o que é a música popular, temos como ideia e que parece consensual de que esta música está de alguma forma relacionada com indivíduos socialmente indiferenciados, seja como criadores, seja enquanto recetores; em oposição a esta, temos

a música erudita que é vista como exclusiva, tanto na sua criação como no seu consumo, esta mais direcionada para uma elite de formação musical superior do ponto de vista da sua criação e também escutada por uma camada da sociedade com uma vocação educacional superior do ponto de vista da sua fruição (Nunes, 2016).

Embora os critérios para definição da música popular não sejam totalmente claros e convergentes, obviamente que qualquer escrutínio científico sobre o domínio dos estudos da música popular terá de assumir como ponto de partida uma tentativa de resposta a uma questão muito simples, mas nunca respondida em definitivo: o que é a música popular? A partir de meados da década de noventa, o estudo da música popular é influenciado pelos novos contextos abrangentes da pós-modernidade e da globalização, deixando para segundo plano as tradicionais abordagens mais classistas e ideológicas acerca da cultura popular. A multiplicação de espaços mediáticos associada à digitalização dos suportes comunicativos contribui de forma decisiva para um aspeto central na consolidação do processo de globalização, o da compressão do espaço e do tempo (Nunes, 2016).

Embora a música seja uma arte de combinar os sons de modo a agradar ao ouvido para, pondo em ação a inteligência e a criatividade, por vezes leva-nos a falar dos sentimentos e das relações e chega a comover o coração e apaziguar a alma. A música é ensinada nas escolas como uma disciplina obrigatória. A música é apreciada pelos sons que encantam os ouvidos, pela melodia, ritmo e a harmonia. O material sonoro que prepara, modela e combina a música é uma arte puramente espiritual e subjetiva. A música harmoniosa com as diferentes características, seja profana, religiosa, erudita, popular, vocal, instrumental, homófona, polifónica, pura, descritiva, imitativa, mecânica, mensural, dramática, coral, sinfónica, teatral, ela procura agradar aos ouvidos de quem a escuta (Borba e Graça, 1958).

Como sabemos, os gostos musicais variam consoante os grupos etários e os contextos onde estão inseridos. Os jovens preferem a música pop/rock e não apareciam particularmente a música com base na cultura portuguesa; os adultos geralmente preferem um estilo de música assenta nas raízes da nossa ruralidade, como a música popular/tradicional portuguesa. Esta linha orientadora é manifestada a partir de uma certa idade, que vai abandonando o pop/rock e se vai centrando na música popular/tradicional portuguesa; ora, isto reflete a diferença de gosto sentida na juventude e o contexto atual. Neste sentido, a música portuguesa identitária da nossa cultura não é uma realidade para os jovens e está pouco presente nas suas vivências. O contexto atual, com as particularidades da

vida, sublinha a diferença de sentimentos expressos por ambos os grupos, quer seja nas boas ou más sensações (Ribeiro, 2002).

Este fenómeno vem concorrer para um aumento dos fluxos de informação relacionados com a música nas suas várias dimensões. Podemos identificar algumas transformações chave no universo da música popular que se interligam e contribuem para que esta seja repensada no âmbito dos estudos de música popular. Uma primeira diz respeito precisamente à fragmentação do mercado discográfico e dos estilos musicais. Os estilos musicais anteriormente definidos como subculturas diversificam-se e, se é verdade que muitas vezes ficam remetidos a nichos sem grande visibilidade no espaço público, também não deixam, por isso, de funcionar sob uma lógica de mercado, longe dos valores ideológicos, anteriormente projetados, de resistência e dissidência em que as letras tinham mensagens e objetivos (Nunes, 2016).

Outros dos objetivos principais deste trabalho de investigação é, sem dúvida, uma incursão pelas localidades destes territórios para compreender melhor as expressões locais e os seus significados, os costumes e os rituais da cultura tradicional e da cultura folclórica, assentes numa muito identitária cultura popular de uma região. O termo tradição, que deriva do verbo latim *tradere*, consiste na ideia de consignar ou entregar e tem como conceito destinar e transmitir um determinado saber para o futuro. Este tem sido objeto de profundas reflexões por parte de vozes com autoridade sobre o assunto, como são o caso das ciências sociais, nomeadamente a antropologia, a história e a etnografia. A sua força resulta da ligação que promove entre o passado e o futuro de um povo ou comunidade, que com aquele se identifica e à volta do qual constrói o seu discurso social (Quintão, 2022).

Deste modo, podemos associar as tradições aos conceitos de memória cultural e memória coletiva. O conceito de cultura manifesta uma variedade de interpretações conforme a sua diversidade e a contextualização. Quando é aplicado num âmbito territorialmente delimitado, identifica-se com as manifestações próprias do território e dos seus habitantes, assumindo características próprias e distintas de outras expressões territorialmente diversas (Opitz, 1998).

O termo de definição da cultura e o seu conjunto de elementos associados a ligações artístico-intelectuais ou político-económicas pertencentes aos habitantes de uma determinada área geográfica ou nação, teriam por consequência a necessidade de explicar como é possível definir os limites de um território, tendo em conta a diversidade de determinados contextos.

Para melhor compreender o valor atribuído à palavra cultura como universo simbólico incluindo as expressões linguísticas e realizações materiais de um determinado agrupamento humano, dever-se-á fazer uma retrospectiva, embora sumária, ao que permeou esta mudança de interpretação quando, nos finais do século XVIII e inícios do XIX, a necessidade de valores mais terrenos e concretos determinou a procura de uma purificação do extremismo racional iluminista, feito em nome de um progresso científico rumo ao qual a humanidade teria caminhado até então (Rocha, 2009).

A ideia de estudar a cultura dos povos, as suas práticas e tradições e de considerar essencial a salvaguarda dos seus valores, que estava a surgir por todo o mundo, foi ganhando força com o sentimento de novos valores impostos pela sociedade moderna. Antes de mais, e antecedendo uma incursão pela história da cultura com o nascimento dos Estudos Culturais no início do século XX, a análise da cultura estava estritamente conexas com os primeiros estudos antropológicos e históricos surgidos entre o século XVII e XVIII, por mão de autores da cultura alemã, amadores e académicos (Burke, 2008).

Estas pesquisas, inicialmente denominadas de estudos do folclore português, muito cedo se depararam com a inexactidão do termo utilizado, sendo este mais identificativo das diversas expressões literárias de tradição oral de um povo. Embora fossem utilizadas outras definições, só na viragem do século XX foi consensual a utilização de termos como estudos de cultura portuguesa ou de etnografia portuguesa, como acontecia em outros países europeus.

Eric Hobsbawm diz-nos que as múltiplas tradições antigas, recentes, inventadas ou reinventadas, estão associadas à construção da monarquia e também à construção da nacionalidade e são usadas como as festividades, coroações, casamentos, funerais, procissões religiosas e paradas militares para evidenciar a construção de um ideal de unidade nacional. Em relação à construção das identidades individuais, importa realçar que estas representam no coletivo o que está para além da biografia como construção de identidade para si mesma.

Na realidade, entre as primeiras sistematizações de manifestações do folclore musical português encontramos a atividade desenvolvida no norte de Portugal, em particular em Viana do Castelo, por mérito de Abel Viana, grande propulsor deste fenómeno e cujo trabalho foi por muito tempo ignorado, talvez pela sua ligação ao regime do Estado Novo. No seguimento da recuperação das suas cópias, em 1983, foi possível registar e evidenciar o valor etnográfico e musicológico que esta recolha revelou (Carvalho, 1999).

Algumas tentativas anteriores de relacionar a etnografia com o folclore foram inutilmente conduzidas por alguns teóricos, porém este segundo termo continuou marginalizado até ao seu

ressurgir com as políticas do Estado Novo. Ao longo dos anos que decorrem de 1926 a 1974, o conceito de cultura popular proveniente dos meios rurais será um dos recursos mais eficazes para instituir uma ideia conservadora, purificada das corrupções urbanas e elevada pelo novo governo à única e verdadeira expressão da cultura nacional. Para Melo, toda a engrenagem construída para esta finalidade, que passava por instituições nacionais como as Casas do Povo, o Secretariado de Propaganda Nacional e a Federação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT), sujeitando o trabalho da classe erudita a este fim, serviu-se de historiadores, poetas, arquitetos, geógrafos, entres outros, para edificar este cenário idílico de pureza através da produção de uma literatura *ad hoc*, da criação de museus rurais, da valorização e financiamento das manifestações artísticas, vincando maioritariamente a sua atenção no folclore musical e na constituição de agrupamentos locais desta expressão popular.

Concluimos que a parte tradicional e cultural de um povo ou de uma povoação não é determinada pelo que historiadores dizem ou escrevem, mas sim pelo que representam em termos coletivos na sociedade, pelo que se torna difícil a sua definição. As fronteiras entre o que é genuíno tradicional ou forjado e inventado são muitas vezes invadidas e os territórios ocupados e tomados nos seus conceitos. Para além disso, a História de um Povo, aproxima-se muito dos conceitos de performance social, da construção cultural e tradicional e da herança dos antepassados. O movimento dos estudos culturais, enfrentando embora a ameaça de ser engolido por outros contributos gerados a partir dele, cruza-se ainda com a história da memória e do quotidiano e só terão possibilidade de resolver as questões culturais e refletirem sobre elas (Carvalho, 2017).

O conceito de Património, segundo o *Grande Dicionário da Língua Portuguesa* (1981, P:484) deriva do latim *patrimoniū* – que consiste em "Bens de família, Herança Paterna, Bens indispensáveis para ordenação de qualquer eclesiástico, Qualquer espécie de bens, materiais ou morais pertencentes a alguém ou a alguma instituição ou coletividade".

Todas estas tradições fazem parte de um património local identitário de uma região e de um povo. As preocupações com a defesa do património material e imaterial começara com as cartas, as convenções e as recomendações internacionais. Temos muito provavelmente o primeiro documento escrito em Atenas 1931-1933 que exprime ideias importantes para a preservação do património e do urbanismo (IPHAN, 1931). Seguiu-se a Recomendação de Paris, em 1962, elaborada numa Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foi o primeiro documento com a ideia principal sobre a proteção da beleza e do carácter das paisagens, bem como dos seus respetivos territórios. Posteriormente, veio a Carta de Veneza – 1964, a Recomendação de Paris 1964, as normas de Quioto – 1967, o compromisso de Brasília – 1970, a

Carta de Restauro – 1972, publicada em Itália, a declaração de Estocolmo – 1972, a Resolução de S. Domingos – 1974, a Declaração do Manifesto de Amesterdão – 1975, a Carta do Turismo Cultural – 1976, criada pelo ICOMOS para cuidar dos sítios e monumentos. Depois temos a Carta de Machu Picchu – 1977, um encontro de arquitetos que propôs a revisão da carta de Atenas. A Carta da Burra – 1980, a Carta de Florença – 1981, a Declaração de Tlaxcala – 1982, a declaração do México – 1985, a Carta de Washington – 1986.

Em Portugal, no período do Estado Novo, também houve uma preocupação em preservar o património edificado, como símbolo de um país defensor e protetor das causas do nacionalismo. Tendo consciência da relevância de todo o século XX na evolução dos conceitos de património e na consciencialização do valor dos bens patrimoniais no contexto da sociedade contemporânea, o período referente ao Estado Novo, que decorreu entre 1933 e 1974 e que foi um período de atenção aos fatores de defesa e preservação do património material muito visível nesta altura, mas também do património imaterial com uma preocupação das atividades artísticas como por exemplo o folclore e a noção e consciência de que existiam bens, cujo valor devia ser preservado, conservados e transmitido às gerações futuras, e para isso era necessário e imperioso conhecê-lo. Não podemos preservar aquilo que na realidade desconhecemos. Quando o Estado intervém para definir os instrumentos da tutela para preservar o património nacional, prevê como etapa inicial a inventariação para registo como documento e processo de salvaguarda. As circunstâncias políticas, por vezes, levam a um maior interesse e entusiasmo na defesa do património nacional, regional e local, com apoios mais significativos consoante as causas a defender. As mudanças de regime, como as que aconteceram durante o século XX, em que entramos em monarquia, num regime já frágil com vários problemas em termos de sociedade, que culminou com o regicídio no dia 1 de fevereiro de 1908 e acabou com a monarquia constitucional portuguesa no dia 5 de outubro de 1910, para depois passarmos para a 1ª República que, enquanto durou, atravessou grandes problemas e veio terminar com o golpe militar de 28 de maio de 1926 e com a instalação de um regime de ditadura militar, que levou Antonio Salazar ao poder e ao regime do Estado Novo em 1933, que conduziu os destinos do país mais de quatro décadas termina com uma revolução no dia 25 de abril de 1974, abrindo caminho para o regime democrático que vivemos atualmente.

Como refere Françoise Choay (2009), esta palavra, na sua origem, "está ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo". No entanto, falar de Património não significa que este seja apenas aquilo que é herdado dentro da família.

Sempre que referimos Património aludimos a heranças de uma sociedade e de uma cultura enraizada em que não somente se herda, mas que também implica transmissão a gerações futuras. Graças a este legado, o Património pode não ser estável e perder-se ou, em alternativa, ser modificado como forma de se conservar no tempo. Assim, podemos afirmar que o património é uma fonte de identidade de um grupo; grupo esse que se identifica social e culturalmente e que confere valor a esse Património, seja ele Património Cultural Material, Imaterial ou Património Natural, ou de qualquer outro tipo de património. Trata-se, assim, de "um processo simbólico de legitimação social e cultural de determinados objetos que conferem a um grupo um sentimento coletivo de identidade" (Silva, 2000, P:219).

A História Local de algumas Tradições locais como foi referido anteriormente, a História Local e as tradições são fundamentais quando falamos no Património Cultural Imaterial, pois são estas que o constroem e que caracterizam as diferentes regiões tornando-as assim singulares e possuidoras de identidade própria. Ao abordar o Património Cultural Imaterial podemos afirmar que estamos a recordar e a conhecer o nosso meio envolvente, a pesquisar a nossa memória, a descobrir novos sítios, costumes e tradições. A História Local cria vínculos que reforçam a construção e afirmação de identidade do Património de qualquer país (Mendes, 2000).

Em 1976, foram criados o Comité do Património Mundial e o Fundo do Património Mundial, tal como refere a Convenção para a Proteção do Património Mundial. Em 1979, foram registadas as primeiras inscrições de bens na Lista do Património Mundial. Destaca-se que Portugal apenas depositou o instrumento de ratificação em 1980. Salienta-se que a Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular que foi aprovada na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura a 15 de novembro de 1989, considera que "a cultura tradicional e popular integra o património universal da humanidade e que é um poderoso meio de aproximação entre os diferentes povos e grupos sociais e de afirmação da sua identidade cultural, constatando a sua importância social, económica, cultural e política, o seu papel na história de um povo e o seu lugar na cultura contemporânea". No ano de 1992, foi criado o Centro do Património Mundial como um organismo autónomo do Secretariado da UNESCO com a missão de gerir administrativamente todas as questões relacionadas com a Convenção do Património Mundial. No ano de 2003, foi aprovada a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, mais propriamente no dia 17 de outubro desse mesmo ano. Esta Convenção tinha como objetivo principal:

- c) a salvaguarda do património cultural imaterial;
- d) o respeito pelo património cultural imaterial das

comunidades, dos grupos e dos indivíduos em causa; e) a sensibilização, a nível local, nacional e internacional, para a importância do património cultural imaterial e do seu reconhecimento mútuo; f) a cooperação e o auxílio internacionais (UNESCO, 2003, Artigo 1.º).

Só a partir deste momento é que o Património Cultural Imaterial passou a ser alvo de uma maior preocupação por parte das entidades governativas, que passaram a olhar para este tipo de património como uma parte importante da vida das populações e entenderam ser necessário preservar e proteger as tradições culturais populares. Com efeito, o património cultural imaterial transporta a identidade de uma sociedade, de uma região ou de uma nação e deve ser considerado como um património protegido, respeitado e estimado.

As tradições, no geral, e o folclore, em particular, fazem parte da paisagem cultural portuguesa, sendo que, em alguns contextos, são das poucas manifestações culturais tornadas acessíveis à maioria da população. O folclore deixou de ser uma tradição e pertença apenas dos seus protagonistas e passou a ser alvo de uma apropriação e valorização por um quadro social diferente daquele que o originou e praticou ao longo de gerações, por vezes passa até a ser valorizado em contextos geográficos diferentes dos originais. A institucionalização do folclore veio alterar o carácter da dança como momento de lazer e interação social, em particular no meio rural, passando a ser executada por uns e vista por outros que nela só participam como meros espetadores. As exposições públicas, produzidas por ranchos ou grupos etnográficos, são sustentadas por recriações etnográficas de carácter revivalista, evocando símbolos e memórias do passado e que tanto se dirigem ao público residente como a outros visitantes.

Os festivais folclóricos que se realizam periodicamente nestas localidades em que o folclore está mais enraizado e que, em regimes de permuta, trazem outros ranchos com danças que representam outra tradição e cultura como, por exemplo, os "Sargaceiros de Apúlia", que dançam descalços e apresentam uma indumentária muito relacionada com as lides da faina piscatória, com uma cultura que procura retratar a apanha do sargaço, que era uma realidade daquela região e que o Grupo dos Sargaceiros da Casa do Povo de Apúlia continua a defender e divulgar. Os passos das danças dos sargaceiros identificam-se muito com os movimentos das ondas do mar, de vez em quando com mais suavidade e por vezes mais acelerados. Relativamente aos instrumentos musicais, predomina o som das concertinas, acompanhado pelo dos cavaquinhos, das violas braguesa e da viola-

baixo, dos ferrinhos, do reque-reque e do bombo, em tudo idênticos aos dos ranchos das localidades estudadas.

Já tive a oportunidade de observar em muitas atuações de ranchos em arraiais e festivais folclóricos que decorreram no distrito de Braga e em muitas freguesias do concelho de Terras de Bouro diferentes formas de dançar, tocar e trajar, mesmo pertencendo todos à província do Minho. Muito embora as danças tenham, em muitos casos, nomes idênticos e nalguns casos são mesmo iguais como o "Malhão", a "Chula", a "Cana-Verde", o "Vira", a "Vareira", o "Regadinho", entre outras danças, mas que acabam por ser dançadas de modo diferente do Minho.

Nestas localidades durante os festivais e arraiais os espetadores são convidados pelos elementos do rancho a interagir em algumas danças sobretudo nos "Viras Gerais" e na "Vareira", por serem danças muito conhecidas e que o público adora participar e dançar. São nestes eventos de festas e romarias, onde é cada vez ser torna mais difícil compreender a origem do público porque "os papéis confundem-se e é cada vez mais difícil distinguir os turistas dos locais, pois estes podem comportar-se como turistas no seu próprio espaço" (Sarmiento, 2010, P:58).

Relativamente ao Património Cultural Imaterial, surge como um bem precioso a salvaguardar, pois é aquele que é transmitido de geração em geração desde tempos muito recuados e que as pessoas identificam também como algo que lhes pertence e no qual se reveem e projetam familiar e historicamente. É uma prática que está enraizada em cada cultura e em cada sociedade e que, ao mesmo tempo, não é individualizada; é sim de todos, pertencente e composto por toda a comunidade local. Trata-se de um bem identificador de culturas e de países e da diferença entre eles – não de uma diferença qualitativa ou excludente, mas do traço humano que a todos une na necessidade e capacidade de formar tradições culturais próprias profundamente relacionadas com os modos de vida e experiência histórica de cada comunidade. No fundo, é o que faz com que cada país tenha a sua identidade e que permite a cada região distinguir-se dentro de um mesmo país.

Estes territórios do interior de Portugal estão inseridos como espaços rurais e vinculados a imagens e modos de vida peculiares e são facilmente confundidos com sociedades marcadas por modelos arcaicos de subdesenvolvimento e muito ligados a economias vulneráveis, que, por isso, ficam à mercê do êxodo rural e do despovoamento. Por isso, ficam muito dependentes de prestações sociais, de solidariedades e de recursos provenientes de políticas públicas que os discriminem positivamente.

Este é um retrato, que embora esteja cada vez mais desfocado, ainda perdura na memória coletiva devido à exaustiva difusão, por diferentes meios, de mensagens que resumiam uma realidade tão complexa ao tipicismo de quotidianos deslocados no tempo, a paisagens e produtos de qualidade cuja notoriedade dependia do seu exotismo¹.

Desta forma, contribuiu-se para registar e assinalar o sentimento de perda e marcar negativamente a autoestima das pessoas e dos territórios que, assim, se descobriam estigmatizados e ainda mais prisioneiros das suas próprias fragilidades. Na construção doutros modos de olhar o rural não foram indiferentes tais mudanças conceptuais e analíticas, inscrevendo-se nesta tendência a valoração positiva que o património e a cultura passaram a ter quando aplicados a este universo. O rural adquire, com a visão renovada que começa a projetar, significados menos depreciativos, assume funções e papéis que o vão retirando das periferias, geográficas e mentais, para onde progressivamente foi sendo remetido².

A diversidade dos contextos naturais, económicos, sociais e de outros recursos disponíveis e mobilizáveis e da aparente homogeneidade normalmente associada ao mundo rural servem de pano de fundo a processos de desenvolvimento cuja tradução espacial sobrepõe novas configurações territoriais às rígidas interpretações dicotómicas do país entre litoral-interior, norte-sul ou rural-urbano. Acentuando a fragmentação do nosso território, as recentes dinâmicas verificadas nos padrões de povoamento, de especialização produtiva e de ocupação e uso do solo proporcionaram um novo modelo rural português.

Reverter o estado depressivo e enfrentar os problemas reais e simbólicos que afetam estes territórios impõe que se potenciem os respetivos recursos materiais e intangíveis. As aldeias e a arquitetura popular, as paisagens e o património natural, os produtos e os saberes locais são algumas das referências que, fazendo uma perene ligação com as telúricas raízes, moldam as identidades das pessoas e dos lugares. Pelo que representam e pelo relevante papel que podem desempenhar para vencer o isolamento e promover o seu desprendimento físico e psicológico, são ativos que importa mobilizar nos respetivos processos de desenvolvimento. Contudo, sem a aposta em iniciativas e

¹ Rui Jacinto. CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Publicado no jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +, II Série N° 45 - 2007.

² Rui Jacinto. CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro. Publicado no jornal de Animação da Rede Portuguesa Leader +, II Série N° 45 - 2007.

atividades complementares gerando algum emprego, tais recursos, por si só, serão sempre insuficientes para a plena dinamização económica e social destes espaços.

Portugal, de um modo geral e os lugares de estudo em particular, tem um vasto património quer seja material, imaterial, religioso, natural, paisagístico, entre outros. Este trabalho de investigação também serve como projeto de interesse para sensibilizar para a necessidade de preservação e proteção de um património com raízes populares que está muito esquecido e quase passa despercebido aos responsáveis políticos. Estes lugares são detentores e ainda preservam um património com uma forte ligação entre o que é material e imaterial. Graças ao contributo de uma associação local que preocupada com o que resta de um legado popular que desde a sua fundação em 1982 pretende estabelecer uma reflexão operativa sobre a problemática da preservação do património cultural nas áreas da sua jurisdição.

Através do trabalho de investigação, promoveu-se o contacto entre a Associação e as comunidades locais, nomeadamente as autarquias e as populações envolvidas, procurando-se contribuir para a conservação do património cultural e para gestão de atividades de interesse regional, integrando-se num âmbito mais alargado de promoção do desenvolvimento local, nomeadamente na apresentação das participações do rancho folclórico. Este projeto foi objeto de uma análise no âmbito da complementaridade entre aquilo que pode e deve ser preservado e o que deve ser adaptado a novas realidades para evitar o abandono.

Deste modo, foi possível estudar uma realidade diferente daquela a que os associados e simpatizantes estiveram habituados ao longo dos anos. O contacto que tivemos com o mundo rural e a perceção do abandono deste património, arrastou-nos para a realidade oposta às áreas onde geralmente se fala, escreve e comenta os problemas do património, como são os grandes centros urbanos. O mundo rural abarca histórias de vida, mitos e rituais, contos e lendas e tradições populares que vão muito além da comunidade em que são vividos e praticados.

Esta associação e o seu departamento cultural manifestam um elevado interesse em recolher, preservar e divulgar as tradições populares desta localidade e dos lugares contíguos que fazem parte da mesma cultura e do mesmo património. Com empenho, dedicação e vontade tem procurado junto das entidades públicas e privadas, quer sejam as juntas de freguesia ou a câmara municipal; as

empresas locais ou municipais de trazer o tema das tradições para a "ordem do dia", para que estas não caiam ainda mais no esquecimento.

Esta investigação também constatou que este património cultural material e imaterial, popular de danças e cantares regionais menos visível, está em risco de ficar esquecido para sempre. É necessário e até imperioso que este tema seja encarado pelos responsáveis políticos autárquicos, regionais e nacionais como um objetivo de defesa de uma cultura tradicional. A solução pode passar pela força de associação locais que, federadas entre si, possam partir para a defesa, preservação e dinamização deste património. Serão porventura estes núcleos rurais a última esperança para recuperar este património. O despovoamento e abandono destes lugares não permite atualmente encarar com otimismo outra solução que não seja a do acentuar do conhecido e propalado problema.

Este caso será, certamente, um dos muitos exemplos que devem ser objeto de análise por parte das entidades competentes, mas existem, com certeza, outros que merecem igual dedicação e estudo por fazerem parte da história de um povo de uma região. Uma entidade que pode e deve ser chamada a defender estas tradições será, naturalmente, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDRN), que pode ajudar e acompanhar estes projetos e, neste sentido, contribuir para que se encontrem as melhores soluções de reabilitação da etnografia e do folclore.

2. Fontes e metodologia

Em termos de metodologia usada, procedemos à leitura de alguns trabalhos já publicados sobre as tradições antigas, recorreremos à visualização de fotografias e vídeos e ainda trabalhamos publicações físicas ou digitais que tenham recolhido informações sobre estes temas. Outro processo nuclear para realização deste estudo passou por analisar os documentos existentes no arquivo da associação para mapear a sua evolução enquanto instituição em termos gerais e, particularmente, das atividades dedicadas ao grupo folclórico. Outro dos propósitos visados é tentar obter o máximo de informação possível para a realização de um documento de trabalho que possa retratar, o mais fielmente possível, o estado atual da Associação e do rancho folclórico de Paradela. Nessa conformidade, procurámos, junto do departamento cultural, obter acesso ao arquivo para visualizar fotos e vídeos, atas de departamento e direção e todo o material documental que pudesse interessar a este estudo académico.

Também traçámos como objetivo realizar entrevistas semiestruturadas aos primeiros responsáveis pelo folclore nesta região, ainda antes da incorporação na coletividade; almejamos entrevistar os primeiros responsáveis pelo rancho da Associação e ainda tentar, se tal for possível, falar com todos os responsáveis que passaram pelo rancho, quer tenham sido responsáveis de ensaios, responsáveis de orquestração musical ou diretores técnicos. Com estes instrumentos de pesquisa pretendemos perceber quais as atuações que impactaram mais junto das populações e quais as faixas etárias que mais acolhem o folclore como música preferencial. Com esse intuito, procurámos compreender: i) se estavam a gostar das atuações, quais as reações a determinadas músicas, se interagiram mais com as chulas, os viras, as vareiras, ou os malhões; ii) qual a faixa etária e género que mais vibra, se são os mais novos, os adultos ou mais velhos, se são as mulheres ou os homens; iii) a que estrato social pertencem; iv) quais as habilitações escolares que possuem; v) se vivem na aldeia ou na cidade; vi) quem se identifica mais com as danças e os cantares populares, se são as classes populares ou aquelas com maiores recursos financeiros.

Conversámos ainda com os atuais responsáveis de todos os departamentos da coletividade, com o presidente da direção e também com outros elementos do grupo folclórico. Fizemos também uma análise comparativa entre os dois períodos – o da fundação e o da refundação. Também encarámos como ideia positiva, válida e importante ouvir os comentários e opiniões dos membros do grupo sobre as ausências sistemáticas aos ensaios e atuações, e porque chegam atrasados e sem justificações;

perceber porque andam no rancho e se gostam de dançar. Para além dos responsáveis pelo grupo, tentaremos ouvir outras pessoas de idade mais avançada para que nos relatem as experiências vividas na juventude e adolescência, procurando interpretar as percepções que cada pessoa tem desses períodos. Portanto, tentaremos também ouvir as populações destas localidades, sobretudo os mais idosos e, ainda, alguns elementos integrantes do grupo etnográfico. Temos também a intenção de realizar algumas conversas pessoais mais ou menos informais para recolha de informação de modo a compreender melhor todas as vicissitudes, dificuldades e constrangimentos que este grupo atravessou ao longo dos últimos quarenta anos.

As entrevistas e conversas foram em formato semiestruturado, algumas vezes discorrendo para outros assuntos, mas recentrando o tema e procurando obter a informação necessária ao estudo em causa. Os ouvintes foram todos informados do objetivo das conversas e também foi disponibilizada toda a informação sobre a aplicação dos resultados das entrevistas ou conversas. Mais uma vez recordo que os nossos interlocutores foram informados dos objetivos da pesquisa e dos fundamentos das conversas ou entrevistas e da importância da assinatura de um termo de consentimento informado por parte dos entrevistados para salvaguarda futura e todos tinham sempre a possibilidade de mandar parar a gravação, solicitar o fim da conversa ou entrevista e recusar a sua identificação explícita. No que concerne a este último ponto, informamos os nossos ouvintes desta possibilidade e quase todos preferiram não ser identificados com imagens e áudios porque não estavam particularmente à vontade para serem filmados ou fotografados e com toda a certeza que a conversa saia muito naturalmente porque estavam habituados a falar sem ter microfones e câmaras de filmar. Neste sentido procedeu-se a realização de conversas e anotação dos fatos mais relevantes e caso fosse objeto de preocupação por parte dos ouvintes procederíamos a uma completa anonimização do testemunho, atribuindo um nome fictício ao informante e omitindo todos os elementos que permitam a sua identificação. Nenhum dos nossos informantes se recusou a facultar a identificação e permitiram que fosse registada no documento de trabalho para o fim referido.

Quanto aos métodos de investigação a mobilizar, passam pela observação durante os ensaios e as atuações, fazendo anotações em caderno e registando em fotografia e vídeo. A recolha da informação, deve ser realizada pelo menos em metade dos ensaios, que são bimensais. As atuações não têm periodicidade fixa nem um calendário pré-estipulado, ocorrendo em muito menor número do que os ensaios. Apesar desta maior irregularidade, entendemos que o ideal seria visualizar, pelo menos, meia

dúzia de atuações. O contacto com os elementos do grupo para assistir aos ensaios e às atuações será feito através do departamento cultural da Associação.

3. Património Cultural Material e Imaterial

Uma das marcas culturais presentes no território estudado prende-se muito com o Património Material e Imaterial. Admite-se que o Património Cultural Imaterial não é fácil de explicar ou de definir, pois é algo que se vive e sente fazendo parte das vivências locais e praticamente convivemos com ele no dia-a-dia quase sem darmos conta disso, principalmente através das tradições familiares ou das datas festivas que decorrem ao longo do ano. Assim, enfrentamos alguma dificuldade sempre que o tentamos definir, pois envolve emoções e sentimentos de pertença das pessoas. Podemos então referir que o Património Cultural Imaterial é baseado nas tradições nacionais regionais e locais, centrando-se principalmente nas pessoas, pois são estas que o constroem.

Ainda antes da existência da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, adotada pela UNESCO em 1972, criou-se a Convenção de Haia, em 1954. Esta convenção assumiu o objetivo de proteger bens culturais em caso de conflito armado e definiu como bens culturais: a) Os bens, móveis ou imóveis, que apresentem uma grande importância para o património cultural dos povos, tais como os monumentos de arquitetura, de arte ou de história, religiosos ou laicos, ou sítios arqueológicos, os conjuntos de construções que apresentem um interesse histórico ou artístico, as obras de arte, os manuscritos, livros e outros objetos de interesse artístico, histórico ou arqueológico, assim como as coleções científicas e as importantes coleções de livros, de arquivos ou de reprodução dos bens acima definidos; b) Os edifícios cujo objetivo principal e efetivo seja conservar ou expor os bens culturais móveis definidos na alínea a), como são os museus, as grandes bibliotecas, os depósitos de arquivos e ainda os refúgios destinados a abrigar os bens culturais móveis definidos na alínea a) em caso de conflito armado; c) Os centros que compreendam um número considerável de bens culturais que são definidos nas alíneas a) e b), os chamados 'centros monumentais' (UNESCO, 1954, Artigo 1.º). Segundo a Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade, este "constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime de propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo" (Diário da República, n.º 177, de 12 de setembro de 2008, Artigo 2.º). Este Património Cultural inclui o chamado Património Cultural e Imaterial. O Património Cultural Imaterial só começou a ser considerado a partir da criação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, em 2003, na qual UNESCO o define do seguinte modo:

Entende-se por "património cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana. Para os efeitos da presente Convenção, tomar-se-á em consideração apenas o património cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais existentes em matéria de direitos do homem, bem como com as exigências de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos e de desenvolvimento sustentável. (2003, Artigo 2.º)

Assim, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, de 2003, também categoriza os domínios em que o Património Cultural Imaterial se pode manifestar: (a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; (b) artes do espetáculo; (c) práticas sociais, rituais e atos festivos; (d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo; (e) técnicas artesanais tradicionais (UNESCO, 2003, Artigo 2.º).

Como foi referido anteriormente, a História Local e as tradições são fundamentais quando falamos no Património Cultural Imaterial, pois são estas que o constroem e que caracterizam as diferentes regiões tornando-as assim singulares e possuidoras de identidade própria. Ao abordar o Património Cultural Imaterial podemos afirmar que estamos a recordar e a conhecer o nosso meio envolvente, a pesquisar a nossa memória, a descobrir novos sítios, costumes e tradições. A História Local cria vínculos que reforçam a construção e afirmação de identidade do Património de qualquer país (Mendes, 2000).

Numa breve reflexão sobre o património evidenciamos algumas definições relativas a este assunto. Segundo o artigo nº 1.º da Lei n.º 13/85, de 6 de julho, referente à Lei de Bases do Património Cultural (PC), publicada em 1985, "o património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo".

O Património Cultural Imaterial (PCI) abrange, segundo a definição da UNESCO (2003), "as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões – bem como os instrumentos, objetos,

artefactos e espaços culturais que lhes estão associados – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural" (Artigo 2.º).

O PCI abrange os seguintes domínios: "tradições e expressões orais (a língua enquanto vetor do PCI); artes do espetáculo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza; aptidões relativas ao artesanato tradicional" (Galinha, 2013, P: 14).

Trata-se de um tipo de património que não recorre a um suporte físico, ainda que tendo uma expressão material, como é o caso dos contos, dos ditos, das anedotas, das adivinhas, das músicas, das cantigas, do teatro, das danças, dos jogos, dos gestos, das formas de costume. Este património "não físico" chegou aos nossos dias pela via da transmissão oral: "várias formas de comunicação desde as verbais até às sonoridades musicais" (Arimateia, 2010, P: 12).

São poucas as palavras para mostrar a riqueza da cultura e do património local das regiões do interior. Quanto mais entramos no interior mais constatamos que existiu e ainda existe em certa medida uma povoação que vivia enraizada num espírito de cooperação e entreajuda. Ouvimos esta gente, sobretudo os mais idosos, nos dias quentes de verão, em lugares frescos à sombra de grandes árvores ou em tanques públicos, relatarem passagens de vida de quando eram novos, e nas longas e frias noites de inverno, que também servem para conversar entre os pares e, em certa medida, para contar aos mais novos as passagens da vida de cada um.

Portanto, este povo do interior, muito habituado a encontrar soluções para os seus problemas num espírito comunitário de cooperação e entre ajuda para superar os obstáculos e dificuldades, conseguiu encontrar leis e mecanismos que protegessem o seu lugar ou povoação. Também aqui as tradições imperavam, a "palavra dada era palavra honrada", ninguém podia faltar à palavra dada sob pena de ficar sem crédito na comunidade. Por outro lado, quem cumprisse com a palavra tinha aceitação no seio da população e gozava de estima e consideração.

Os populares dos lugares onde realizámos este estudo contam muitos casos de apoio entre os seus habitantes quando acontecia alguma fatalidade como, por exemplo, quando uma vaca caía num precipício ou era morta por um lobo, os outros tinham de ficar com um determinado número de quilos de carne para ajudar o lavrador, ou contribuir com a percentagem em função do número de cabeças de gado. Outro exemplo de vida em comunidade são as vezeiras, que consistem numa organização para pastorear o gado ovino, caprino e bovino na serra durante os meses de verão. Esta antiga prática ainda existe em algumas freguesias vizinhas e particularmente neste concelho tem vindo a ganhar notoriedade graças a uma associação local da freguesia de Vilar da Veiga denominada de "Lírios do

Gerês", que tem conseguido dar visibilidade a esta tradição e foi possível candidatá-la a Património Imaterial. A Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) aprovou a inscrição da Vezeira de Vilar da Veiga no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (INPCI), conforme despacho de 22 de novembro de 2023, assinado pela subdiretora do Património Cultural, Rita Jerónimo.

A Vezeira da freguesia de Vilar da Veiga, onde está inserida a vila do Gerês e que pertence ao concelho de Terras de Bouro, desenvolve esta prática centenária de enviar o gado para a serra depois das vessadas ou lavradas, ou seja, quando os agricultores semeiam os campos e ficam sem terreno para alimentar os animais. Por norma, o gado sobe na primeira quinzena de maio e desce na última quinzena de setembro, podendo variar um pouco de acordo com o estado do clima. Este regime de rotatividade permite aos agricultores estarem disponíveis para outras tarefas porque o gado fica entregue ao pastor.

Segundo os dados conhecidos e registados na matriz do INPCI nº 2023-013, no ano de 1802 os criadores de gado da freguesia de Vilar da Veiga criaram uma sociedade que passou a ser designada como Sociedade de Socorro Pecuário da Freguesia de Vilar da Veiga. A partir dessa altura, foi posta em prática a estratégia de entreajuda no pastoreio durante o período estival para maximização de meios e de recursos. Ficou assente numa premissa em que por cada duas cabeças de gado que cada vezeiro possuísse ficava obrigado a prestar um dia de vigília na montanha de acordo com uma Roda de Serviço pré-estabelecida, o que faz da vezeira uma prática com características singulares que a distinguem de outras com o mesmo propósito.

Tal como hoje, já naquela altura as sociedades tinham órgãos sociais. Neste caso era constituído por um juiz, um procurador, um secretário, um tesoureiro e ainda três louvados, que eram os elementos que avaliavam as situações que pudessem levar a indemnizações por parte da Vezeira aos seus associados. Esta vezeira, igual a tantas outras que foram surgindo nestes locais em que estas tradições também eram imitadas e adaptadas às circunstâncias, beneficiava da existência de grandes terrenos de utilização comunitária como por exemplo os baldios, na serra do Gerês.

Esta prática decorre entre os meses de abril e setembro e é marcada por quatro momentos importantes que são os seguintes: o "Dia do Chamado", em que é realizada uma reunião inicial dos associados para estabelecer a roda de serviço; o "Dia de Covais", em que é feita uma subida à serra para a limpeza dos caminhos e reparação dos abrigos e currais; o "Dia da Subida", na primeira quinzena de maio, com a subida do gado até ao primeiro curral na serra do Gerês, com passagem pelo

centro da Vila do Gerês perante a presença de muitos populares; e o "Dia da descida da serra e Chamado Final", normalmente na última quinzena de setembro.

O dia da subida é organizado pela Associação "Lírios do Gerês" e promovido pela Câmara Municipal de Terras de Bouro com o intuito de dar visibilidade a uma tradição que se realiza desde o início do século XIX. Atualmente, a promoção deste evento também tem uma vertente virada para o turismo. Com efeito, muitos turistas deslocam-se à vila do Gerês para "tomar as águas" na instância termal e acabam também por assistir a este evento. Deste modo, associado a esta prática realiza-se um vasto programa cultural e turístico que inclui, para além do desfile das juntas de bois pela vila do Gerês, desfiles folclóricos, cortejos etnográficos, percursos guiados pela montanha para visita aos currais e abrigos dos pastores na vezeira, prova gastronómica, chegadas de bois, concertos e cantares ao desafio numa defesa das tradições locais.

A importância desta tradição e o papel que ultimamente conseguiu junto das empresas, das entidades públicas e do setor privado, com destaque para os hoteleiros e gerentes da restauração local, levou o município a solicitar o pedido de inventariação e elevação a património imaterial. Como foi dito pela autarquia, «a Vezeira não se esgota enquanto prática tradicional e comunitária de pastoreio de gado bovino na Serra do Gerês. Assume-se como uma manifestação cultural com características únicas com o poder de agregar pessoas e ser um símbolo identitário da comunidade de Vilar da Veiga que perdura pela vontade dos vezeiros que veementemente mantêm a tradição viva e perpetuam o legado dos seus antepassados»³. Entende-se assim quem, com a inscrição no INPCI, a DGPC pode reconhecer e valorizar as tradições como manifestações de contemporaneidade, ainda que possam de alguma forma extravasar a função original.

Segundo o presidente da Associação promotora, "esta iniciativa renasceu há 18 anos com o objetivo de dar a conhecer esta tradição antiga e também promover a principal atividade económica da vila, o turismo. Com a realização deste evento conseguem organizar um fim de semana diferente, fora da época alta do turismo, para que as pessoas venham ao Gerês conhecer as nossas tradições e gastronomia local" (Miguel Teixeira, 12 de maio de 2024). Por outro lado, também é importante que estas tradições sejam passadas para os mais jovens para eles saberem que os seus antepassados encontravam soluções e formas engenhosas de trabalhar em comunidade, porque neste caso entre maio e setembro todo o gado bovino fica entregue a um pastor que é apoiado rotativamente pelos donos do gado, de acordo com o número de cabeças que cada um detém.

³ <https://ominho.pt/terras-de-bouro-vezeira-de-vilar-da-veiga-ja-e-patrimonio-cultural/>

Devemos ainda referir que esta era uma prática habitual noutras localidades, sobretudo onde existiam grandes extensões de terrenos baldios que permitiam o pastoreio do gado. Em Rio Caldo, esta prática verificou-se durante muitos anos. Atualmente, devido ao número reduzido de cabeças de gado, alguns lavradores desta freguesia associam-se à vezeira de Vilar da Veiga, em que a pintura dos cornos dos animais indica a freguesia a que pertencem. Um dos lugares da freguesia de Vilar da Veiga é o lugar da Ermida, onde ainda existem muitos agricultores que se dedicam ao pastoreio de gado caprino, ovino e bovino. Este lugar viveu durante décadas em permanente litígio com o lugar vizinho de Fafião, que pertence à freguesia de Cabril situada no concelho de Montalegre do distrito de Vila Real. O diferendo era por causa dos terrenos baldios e dos limites que pertenciam a cada localidade. Este lugar de Fafião continua a promover e divulgar as vezeiras de bovinos, mas também de caprinos e ovinos e dá igualmente destaque a outra tradição antiga conhecida como as "carrejas"⁴. Pela contenda existente entre os dois lugares conseguimos perceber a importância dos baldios nestas localidades, porque precisavam de lenha, mato e de terrenos para pastorear os animais.

Conseguimos perceber das populações locais que estas práticas antigas devem continuar a ser preservadas e este é um exemplo de que podem ser valorizadas e adaptadas à realidade atual. O Rancho da Associação de Paradela tem participado nas últimas realizações da "subida da vezeira" e desta forma também contribui para preservar e valorizar esta tradição, associando-se a outra associação local na defesa da cultura e do património locais. Este exemplo de afirmação de uma tradição local pode e deve servir de motivação e inspiração para que o folclore consiga também alavancar outros projetos com vista atingir novos horizontes. A junção destas tradições mais antigas pode despertar a curiosidade e o interesse de populações mais jovens e consequentemente potenciar o desenvolvimento de um turismo local que promova uma maior diversidade e em que também possa estar representado o folclore, as danças e os cantares locais e regionais.

No ano passado acompanhei o evento em que a associação participou na subida da Vezeira do Gerês. O evento começou na entrada da vila, com a passagem do gado seguida dos seus proprietários ou pastores, e, por fim, fechava o cortejo o rancho da associação que, com as já conhecidas músicas tradicionais, animou a população. Esta continua a ser uma manifestação cultural com um conjunto de características únicas e com o poder de agregar pessoas e de ser um símbolo identitário da comunidade de Vilar da Veiga que perdura pela vontade dos vezeiros que veementemente mantêm a tradição viva e perpetuam o legado dos seus antepassados.

⁴ Transporte de cereais em carros de bois de parcelas de terreno que ficavam isoladas dos centros e por isso juntavam-se vários lavradores para se deslocarem aos montes.

No ano seguinte, mais uma vez, esta coletividade associou-se à subida da vezeira e, como disse o presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro "as vezeiras de Rio Caldo e Vilar da Veiga cumpriram, uma vez mais, o secular costume de se dirigir para a serra, atravessando a vila do Gerês" (Manuel Tibo 12 de maio de 2024). Este evento foi mais uma vez organizado pela Associação "Lírios do Gerês" e contou, como habitualmente com a colaboração do Município, das Juntas de Freguesia de Rio Caldo, Vilar da Veiga e dos Hoteleiros do Gerês. Para além da subida realizada no domingo, a vila termal esteve em festa durante o fim de semana, com provas gastronómicas, animação musical e chegadas de bois, contribuindo, desta forma, para a promoção e o desenvolvimento da economia local, para além do fundamental reavivar das tradições ancestrais.

De salientar ainda que este foi o primeiro evento realizado depois da inscrição da Vezeira no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, decorrente do procedimento de registo da Vezeira apresentado pela Câmara Municipal de Terras de Bouro. A Associação de Paradela, com o seu rancho folclórico animou e abrilhantou esta XVIII edição que decorreu na segunda quinzena de maio, mais precisamente no dia 12, pelas 11 horas da manhã, participaram na habitual "arruada" com desfile pela praça principal em direção ao hotel das termas com atuação folclórica no referido espaço e um momento de confraternização e convívio no parque Tude de Sousa⁵.

Nestes eventos, verificámos um considerável aumento da presença popular e todas as palavras ditas nestes locais têm uma natural ampliação e tanto podem servir como críticas ou como elogios, dependendo da perspetiva, do momento e do grau de amizade em relação aos eventos ou às pessoas visadas. Se noutros tempos, estes eventos culturais de festas e romarias serviam para ajustes de contas, onde frequentemente apareciam homens de braços e pernas partidas, cabeças abertas, narizes a sangrar e olhos inchados, contendas relacionadas com os mais variados motivos, que podiam ser por alguma rapariga, por alguma parcela de terreno, ou alguma disputa de água. Atualmente, esses "ajustes de contas" estão ultrapassados e raramente acontecem desacatos entre populares e caso aconteçam algumas escaramuças nunca podem ser consideradas como ajustes de qualquer coisa, serão mais situações provocadas por quezílias momentâneas provocadas por alguma situação pontual.

Estes acontecimentos também faziam parte da tradição e se noutros tempos, qualquer razão era encontrada para um bom ajuste de contas. Como diz, um dos nossos informantes, que em novo não faltava a uma romaria da Nossa Senhora da Abadia no lugar de Paradela de Frades da freguesia

⁵ Tude Martins de Sousa (Amieira do Tejo, Nisa, 17 de janeiro de 1874 — Amadora, 16 de julho de 1951) foi um dos maiores defensores e divulgadores da Serra do Gerês e da vida comunitária naquele espaço do território português.

de Santa Maria de Bouro em Paradela ou à festa em honra do São Bento na freguesia de Rio Caldo entre outras festas e arraiais que aconteciam nestas localidades "e quase todos os anos havia porrada, quase sempre o terreiro era o palco preferido das lutas entre grupos rivais e o pau era a arma de eleição"(José Sousa, 14 de abril de 2024).

Mas ainda segundo o mesmo informante, "estas escaramuças aconteciam um pouco por todo lado, como nas festas concelhias em honra de São Brás em Moimenta e em muitas outras festas que aconteciam pelos diversos dos lugares das freguesias de Terras de Bouro. Por vezes as coisas eram bem mais graves, onde chegou a haver mortes" (José Sousa, 14 de abril de 2024).

Deste modo e neste sentido, atualmente os populares deslocam-se a estes eventos com outros objetivos. Embora continuem presentes traços de rivalidades entre os residentes dos diversos lugares e freguesias do concelho, estes parecem estar menos interessados em agressões mútuas e, por outro lado, aparentam estar mais direcionados para as intrigas do fórum coloquial, onde maldizer e criticar não parece afetar tanto os visados. Se noutros tempos "a honra" e o "bom nome", não podiam ser enxovalhados, hoje estas premissas deixaram de ter o mesmo significado.

Por isso, é comum ouvir para casos semelhantes condenações, compreensões ou absolvições, dependendo do grau de afinidade que a pessoa em causa tenha com o alvo dos seus comentários. Conhecer e compreender este grau de subjetividade pode ser difícil, mas adquirindo familiaridade com a cultura e as sociabilidades locais, ficamos a saber que as inclinações pessoais podem ser motivadas pela proximidade, pela dependência económica ou, ainda, pelo facto de em tempos ter ficado a dever um favor ou estar na iminência de precisar brevemente de algum. Tudo isto leva as pessoas a tomarem partido por determinada pessoa ou família. Por se conhecerem e acompanharem a vida uns dos outros, estes acontecimentos tornam-se normais e fazem parte do quotidiano das populações locais.

Tendo eu nascido numa aldeia próxima, em Parada de Bouro, que fica situada do outro lado do rio Cávado, no concelho de Vieira do Minho, durante a minha infância ouvi da boca dos meus avós e dos seus contemporâneos que nasceram entre o final do século XIX e o início do século XX muitas destas histórias. Eram pessoas que sempre viveram nestas localidades e que passaram pelas duas grandes guerras, presenciaram várias alterações de regime desde a Monarquia Constitucional, passando pela 1ª República e o Estado Novo e desaguando no período democrático que vivemos atualmente. Esta gente estava habituada a passar por grandes dificuldades e vivia essencialmente do que a terra dava, da matança do porco, da criação de aves de capoeira, do consumo de cabrito e

anhos, da caça e alguma pesca. Com grande dificuldade e muita canseira e preocupação tentavam colocar pão na mesa para alimentar os filhos, que normalmente eram muitos. Por isso, ainda hoje ouvimos nestas localidades conversas sobre os emigrantes que iam para as Américas, com os Estados Unidos e o Brasil na linha da frente nas escolhas dos jovens da terra.

Esta geração viveu e assistiu a uma grande transformação económica, social e cultural. Cresceu e subsistiu com pouco, passou privações e até fome – sempre ouvi dizer a estas pessoas que eram do tempo de "uma sardinha para três", identificando claramente as dificuldades da vida. Os agricultores estavam dependentes dos bons anos agrícolas, quando vinham pestes que atacavam as sementeiras e comprometiam as colheitas a fome rondava as portas, por isso existem, ainda hoje, algumas pessoas a colocarem nos primeiros dias do mês de maio giestas de flor amarela para proteger a sua família da fome. Quando as doenças afetavam os animais e começavam a morrer os porcos, os coelhos ou as galinhas, os donos pediam ao Santo António que protegesse os seus animais prometendo, em troca um animal, ou uma parte que podia ser a cabeça, a orelheira ou ainda outra parte.

As histórias contadas pelos nossos antepassados, algumas verídicas outras parcialmente fantasiadas ou totalmente inventadas, outras adaptadas a realidades do quotidiano, fazem parte da cultura de um povo e de cada lugar. O esforço coletivo e individual para registar e dar a conhecer as lendas e tradições do território português tem sido representativo da preocupação com as tradições do passado. A história de cada povo e de cada lugar, na sua diversidade e singularidade territoriais, fazem parte de um passado que vai sendo esquecido e vai morrendo com a vida biológica das pessoas, mas, ultimamente, temos assistido a um esforço desenvolvido pelas entidades públicas e pelas universidades em trazer estes temas para a "ordem do dia", iniciativa que deve ser enaltecida e amplamente valorizada.

Graças a uma maior visibilidade da cultura e da tradição popular têm sido incluídos em programas do governo, através do Ministério da Cultura, onde são lançando as principais linhas orientadoras de apoios e subsídios para defesa da cultura popular. Esta corrente de preocupação engloba e envolve também as autarquias que, através dos departamentos de cultura, apoiam e incentivam as associações locais. Mesmo ficando aquém do desejável e por vezes necessário, devemos registar como sinal positivo estes apoios. Tal como tantas outras, esta associação em particular não conseguiria desenvolver o seu trabalho sem os apoios e incentivos das entidades públicas e privadas.

A realização de eventos culturais pela associação diz muito aos seus associados, que marcam presença em grande parte dos eventos realizados ao longo do ano, como, por exemplo, o cantar das janeiras pelos lugares da freguesia durante o mês de janeiro; a realização do baile de máscaras na noite que antecede a terça-feira de carnaval; a celebração do dia da mulher no dia 8 de março; os habituais convívios em modo de piquenique durante os meses de abril ou maio; mais recentemente começaram as noites temáticas que se realizam nas piscinas de Paradela que esta coletividade explora desde a época de 2011, com a realização da "noite branca", a "festa da brasileira", a "noite da caipirinha", entre outras festas que arrastam muita gente de várias gerações. Depois do verão voltam as festas que se realizam desde a fundação da coletividade como o magusto pelo São Martinho, a Festa de Natal e a Passagem de Ano.

As novas tecnologias podem e devem ajudar na concretização destes objetivos e, desta forma, captar a atenção das gerações mais novas e despertá-las para a prossecução da tradição e da cultura locais. As lendas e tradições que são encontradas nestes lugares e que foram permanecendo na tradição oral devem ser conhecidas, analisadas, retratadas, registadas e interpretadas como fazendo parte de um futuro que se vai construindo no presente com uma forte ancoragem no passado coletivo.

São muitas vezes as associações locais que, conscientes da perda irreparável deste património único e identitário, procuram apoios humanos, técnicos, logísticos e financeiros junto dos responsáveis e que conseguem despertar a atenção para as imensas dificuldades que enfrentam. Sabe-se ainda que tem sido a capacidade de iniciativa dos dirigentes associativos que, voluntariamente e com os seus poucos recursos, tem permitido recuperar algum deste vasto património. Este propósito assenta essencialmente no conhecimento e na transmissão das experiências vividas e transmitidas às gerações seguintes e no que chegou até aos dias de hoje. São hoje muitas as coletividades e associações que, empenhadas em defender e preservar a cultura e tradição, procuram criar eventos e registos para que não caiam no esquecimento. Não obstante todo este esforço e dedicação, sabem que são pouco reconhecidas pelos poderes públicos e privados, embora toda a sua dedicação tenha erigido um legado que permite continuar a acreditar que as boas ações podem dar frutos no futuro. Cada vez mais existem pessoas interessadas por estes temas e que, como são a geração mais qualificada de sempre, serão, sem dúvida, capazes de enfrentar os velhos e novos desafios.

Segundo a revista *Análise Associativa* no seu primeiro número, publicado em 2014 pela Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (CPCCRD), o Estado, à medida que o movimento associativo se foi organizando, estruturando e assumindo o seu natural papel

de parceiro que exige respeito e dignidade, foi-se tornando mais exigente e, em muitos casos, persecutório. O grau de exigência do Estado não corresponde às condições que o movimento deveria ter por parte dos poderes públicos para desenvolver a sua atividade.

Estudos mais recentes como os realizados pela Confederação em cooperação com a Universidade Lusófona, no ano de 2009, ou com o ISPA⁶, em 2013, demonstram bem a importância destes movimentos associativos enquanto objetos de estudo para os cientistas sociais, que se ocupam e preocupam com os temas da cultura, património e tradições como importante legado para as gerações futuras. Um dos mais importantes legados das gerações anteriores prende-se com a compreensão das histórias locais, sejam elas contadas e narradas em lendas, mitos, ritos ou outras formas de interpretação e exposição de vivências passadas.

⁶ Instituto Universitário de Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida.

4. O Concelho de Terras de Bouro e a Freguesia de Valdosende

Neste capítulo vamos começar por enquadrar geograficamente o local onde o trabalho de investigação se desenrolou, fazendo uma descrição do concelho de Terras de Bouro e das suas limitações e dificuldades relacionadas com a interioridade e o isolamento, com a continuada perda de população, que apenas por breves períodos foi invertida, mormente com a construção das barragens pela companhia de eletricidade HICA, nas décadas de 40, 50 e 60 do século passado, mais concretamente na construção da barragem e central hidroelétrica de Caniçada localizada no lugar de Paradela da freguesia de Valdosende. Esta construção "trouxe novas famílias para estes lugares, onde nasceram crianças que passaram a frequentar as escolas locais e deram uma nova dinâmica e um novo ânimo às populações locais" (José Dias Sousa, Paradela, 14 abril de 2024).

As construções destes empreendimentos foram responsáveis por um aumento considerável da população devido à fixação dos trabalhadores da companhia nos bairros da empresa. Foram chegando de todos os cantos do país, alguns vieram mesmo do estrangeiro particularmente da vizinha Espanha e ficaram alojados nos bairros construídos de raiz para esse efeito. Alguns já eram homem feitos, com esposa e filhos e família constituída, outros mais jovens, muitos eram mesmo bastante jovens com 13/14 anos que começaram neste duro e arriscado trabalho. Contudo, estas localidades, nas décadas seguintes, voltaram a sofrer os efeitos do êxodo rural e do abandono.

4.1 O Concelho de Terras de Bouro

O concelho de Terras de Bouro com Brasão e Armas e que segundo parecer emitido pela Comissão de Heráldica e de Genealogia da Associação dos Arqueólogos Portugueses e com a aprovação em 28 de outubro de 1955 pelo Ministro do Interior, Conselheiro Dr. Joaquim Trigo de Negreiros, foi aprovada a seguinte constituição do brasão de armas, bandeira e selo de Terras de Bouro: "Armas de prata, com um monte de verde, rematado por um cabrito-montês, de sua cor. Coroa mural, de prata, de quatro torres. Lestei branco e com os dizeres: «Terras de Bouro», de negro. Bandeira: de verde. Cordões e borlas de verde e prata. Haste e lança de prata. Selo: circular tendo ao centro as peças das armas, sem indicação dos esmaltes. Em volta, dentro de círculos concêntricos, os dizeres" (Oliveira, 1971, P: 15).

Trata-se de um concelho de imensos montes e vales que se estende aos nossos olhos através de cursos de água, que formam grossos caudais nos rios Cávado e Homem, menos acentuados no Gerês e Rio Caldo e ainda com menor significado nos pequenos ribeiros e riachos que apenas são

conhecidos localmente por nomes relacionados com os terrenos de cultivo ou dos montes onde nascem. Terras de Bouro, um concelho fronteiriço onde a Portela do Homem serviu de entrada e saída de portugueses que, controlados pela Guarda Fiscal (GF), regressavam do estrangeiro para visitar os familiares, sobretudo nos meses de verão e voltavam para o país de acolhimento sempre sob a supervisão da GF. Este "marco histórico da vida portuguesa, que foi mensageira das nossas alegrias e das nossas tristezas, hoje nova porta que se abre ao fraterno entendimento, à profunda paz, a um convívio salutar de amizade e de progresso, entre as duas Pátrias desta Península Ibérica, Espanha-Portugal, e através deste sentimento aos outros Povos da Terra" (Oliveira, 1971, P: 17).

Os naturais e residentes destes lugares profundamente ligados a Deus, crentes numa fé católica, apostólica, romana cujo testemunho da fé ardorosa é espelhada pela série de Igrejas, Capelas, Cruzeiros, Alminhas e Nichos de Santidades, cumulando com o Santuário de São Bento da Porta Aberta, elevado recentemente a basílica menor pelo Papa Francisco no dia 21 de março de 2015 por altura da celebração dos 400 anos de construção da primeira ermida no ano 1615. Este local de culto religioso é o segundo mais visitado de Portugal. Como em todo o Minho as gentes de Terras de Bouro são profundamente religiosas e como noutros tempos do Cristianismo, "estes lumes da Fé, que cintilam florescentes pelas quebradas da serra, são prenúncios de congregação de esforços por uma paróquia fortalecida, por um viver salutar, por um fim de maior anego à terra. A paróquia é a primeira célula viva, formativa de um povo, vindoura do Concelho, fortaleza e unidade de uma Nação" (Oliveira, 1971, P: 19).

A delimitação territorial caracteriza e diferencia as populações residentes no vale do rio Homem e no vale do rio Cávado e distancia-as, igualmente, relativamente à população serrana, que é conotada como: "os lá de cima", "aqueles da serra", "essas gentes da serra", "isso é gente rija, são serranos" entre outros adjetivos usados para classificar e diferenciar a população desses territórios. A grande extensão do concelho provoca algum descontentamento nas populações do vale do Cávado, nas freguesias de Valdosende, Rio Caldo e Vilar da Veiga, pelas dificuldades no acesso à sede do concelho, sobretudo devido à falta de transportes públicos existentes.

Nesta tese vamos ainda tentar compreender o enquadramento administrativo e geográfico do concelho de Terras de Bouro, na sua escala local, regional e nacional e, compreender bem a sua localização e os principais fatores de desenvolvimento relativamente aos centros locais e regionais contíguos.

Este concelho encontra-se localizado em Portugal Continental e está inserido na NUT II - Norte e na NUT III - Cávado (a par com mais cinco municípios, designadamente Amares, Braga, Barcelos, Esposende e Vila Verde, que em conjunto compõem a Comunidade Intermunicipal - CIM Cávado). Integra administrativamente o distrito de Braga a par com mais 13 municípios (os municípios que integram a CIM Cávado e ainda Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão e Vizela)⁷.

Sendo um concelho em que grande parte da sua área fica localizada no Parque Nacional da Peneda-Gerês (aproximadamente 55,7% da área concelhia). Após a Reorganização Administrativa Territorial Autárquica (RATA)⁸, o concelho passou de 17 freguesias para 14, ficando com as seguintes freguesias: Balança, Covide, Campo do Gerês, Carvalheira, Gondoriz, Moimenta, Rio Caldo, Ribeira, Souto, Valdosoende, Vilar da Veiga, União das freguesias de Chamoim e Vilar, União das freguesias de Chorense e Monte e União das freguesias de Cibões e Brufe.

Tabela 1

Evolução de habitantes Terras de Bouro e concelhos vizinhos e cidade distrital no período entre 1960 - 2021						
Ano	1960	1981	1991	2001	2011	2021
Terras de Bouro	11 762	10 131	9 406	8 350	7 253	6 358
Amares	16 845	16 478	16 715	18 521	18 889	18 595
Vieira do Minho	18 920	17 931	15 775	14 724	12 997	11 955
Vila Verde	42 256	44 432	44 056	46 579	47 888	46 444
Braga	92 938	125 472	141 256	164 192	181 494	193 324

Fontes: <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/terras+de+bouro-380>

O quadro da tabela nº 1 analisa o concelho de Terras de Bouro, mas também os concelhos vizinhos de Amares, Vila Verde, Vieira do Minho e Braga, capital de distrito. Neste sentido e a partir dos dados da década de 1960, Terras de Bouro foi o que mais habitantes perdeu. Já era o que tinha menos população e, em apenas 21 anos – entre 1960 e 1981 –, perdeu 1630 habitantes, o que equivale uma redução populacional de aproximadamente 14%; no mesmo período, Amares perdeu 367 habitantes, pouco mais de 2%; Vieira do Minho perdeu 989 habitantes, o que em termos percentuais equivale a pouco mais de 5%; evolução contrária conheceram Vila Verde e Braga, com o primeiro a ganhar 2176 habitantes (+5%) e o segundo a ver a sua população aumentar em 32 534 habitantes, correspondendo a uma percentagem de cerca de 35%. Na década seguinte, 1981-1991, manteve-se a

⁷ Relatório sobre o Estado de Ordenamento do Território. Fevereiro de 2019. Município de Terras de Bouro

⁸ Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro.

tendência de perda significativa em Terras de Bouro e Vieira do Minho. Vila Verde perdeu pouco e Amares e Braga conheceram um amento da sua população. Nesta década, Terras de Bouro perdeu 725 habitantes (7%); Vieira do Minho perdeu 2156 habitantes (12%); Vila Verde também perdeu, mas foram apenas 376 habitantes, percentagem inferior a 1%; Amares aumentou a população em 237 habitantes, numa percentagem pouco superior a 1%; Braga aumentou a população em 15784 habitantes, numa percentagem superior a 11%.

A primeira década do novo milénio mostrou a mesma tendência com Terras de Bouro e Viera do Minho a perderem população, por outro lado Amares, Vila Verde e Braga cresceram demograficamente. Nesta década, Terras de Bouro perde 1056 habitantes, 11% da população; Vieira do Minho perde 1051 habitantes, mais de 6% da população; Amares aumentou a população em 1806 habitantes, mais de 10%; Vila Verde aumentou em 2523 habitantes, mais de 5%; Braga aumenta em 22936 habitantes, mais de 16%.

Nova década e os mesmos problemas com Terras de Bouro e Vieira do Minho em perda e Amares, Vila Verde e Braga a aumentarem a população. Terras de Bouro volta a perder mais de mil habitantes, precisamente 1097, percentagem superior a 13%; Vieira do Minho perde 1727 habitantes, percentagem superior a 11%; Amares ganha população, 368 habitantes, num crescimento que não chegou aos 2%; Braga continua a ser o campeão das subidas com a população a subir em 17302, uma percentagem superior a 10%.

A última década, com a exceção de Braga, apresenta perdas em todos os concelhos, com Terras de Bouro a perder 895 habitantes, uma percentagem superior a 12%; Vieira do Minho perde 1042 habitantes, uma percentagem superior a 8%; Amares perde pouco, apenas 294 habitantes, numa percentagem pouco superior a 1,5%; Vila Verde perde quase 1500, pouco mais de 3%; Braga ganha menos do que em décadas anteriores mas, mesmo assim, aumenta a população em 11830 habitantes, numa percentagem superior a 6,5%.

Este quadro mostra uma clara tendência de perda de população, sobretudo nos concelhos de Terras de Bouro e Vieira do Minho que, por sinal, são os que estão mais afastados da cidade de Braga e que são servidos por uma pior rede viária. Em Terras de Bouro, numa primeira fase, fecharam as escolas primárias do vale do rio Homem e as crianças foram deslocadas para o centro escolar da vila de Terras de Bouro; seguidamente fecharam as do vale do rio Cávado e as crianças foram encaminhadas para a centro escolar de Rio Caldo. Escapou a escola primária da vila do Gerês.

Deste quadro podemos concluir que em 1960 a população no concelho de Terras de Bouro contava com mais de onze mil e setecentos habitantes e passadas duas décadas pouca passava da dez mil cem e a diminuição continuou nas décadas seguintes. No início da década de 90 o concelho tinha pouco mais de nove mil e quatrocentas e passados dez anos – na entrada do novo milénio já só tinha oito mil trezentas e cinquenta. E a tendência descida da população continuou com perdas de cerca de mil habitantes por década.

Tabela 2

CONCELHO DE TERRAS DE BOURO - CENSOS 2021: EVOLUÇÃO 1960-2021						
Ano	1960	1981	1991	2001	2011	2021
População total	11 762	10 131	9 406	8 350	7 253	6 358
% Jovens < 15	35,1	30,7	23,1	16,6	13,0	10,1
% 15 a 64	55,5	55,4	60,3	62,1	62,4	60,8
% Idosos > 65	9,5	13,9	16,6	21,2	24,5	29,1
Agricultores	4,4	53,9	25,6	14,9	7,6	6,2
Casas sazonais	-	24,6	30,6	39,3	39,4	39,4
% População 4º ano	24,7	38,2	-	35,8	35,2	31,9
% População 6º ano	-	7,5	-	18,3	13,1	11,0
% População 9º ano		2,9	-	11,0	17,8	18,6
% População 12º ano	0,6	0,8	-	5,5	12,2	20,5
% Ensino médio	-	0,9	-	0,3	0,6	0,9
% Ensino superior	0,2	0,3	-	2,0	5,0	8,6

Site: <https://www.pordata.pt/censos/quadro-resumo-municipios-e-regioes/terras+de+bouro-380>

Na tabela em cima são analisados dados estatísticos da Pordata, relativos aos censos que recolhem os dados com uma periodicidade aproximadamente entre décadas. Os dados das tabelas referem-se aos períodos de 1960, 1970, 1981, 1991, 2001, 2011 e por fim 2021. Na tabela nº1, podemos verificar um ligeiro aumento da população residente até à década de 50. Abordamos cinco indicadores com o intuito de compreender a evolução demográfica que se registou no concelho de Terras de Bouro ao longo das últimas décadas, nomeadamente a população residente, a percentagem de jovens com idade inferior a 15 anos, a percentagem dos 15 aos 64 e por fim a população com idade superior a 65 anos. Retiramos ainda informações de mais dois indicadores para uma análise da evolução da população ligada à atividade agrícola e outra, que indica a evolução do turismo nestas localidades.

Como podemos analisar pela tabela nº 1, até à década de 50 houve um ligeiro crescimento da população e a partir da década de 60 começou a diminuir até chegar ao ano de 2021 com quase metade da população máxima desde 1900 e que foi registada na década de 50. Na tabela nº 2, podemos analisar a evolução dos últimos 60 anos e daí concluir que existe uma clara tendência de diminuição da população, em particular dos mais jovens e um aumento em termos percentuais da população mais idosa. Por outro lado, verificamos que a população que se dedicava à agricultura era de quase 75% na década de 60 para passar para pouco mais de 6% em 2021, denotando um claro abrandamento das atividades agrícolas e, conseqüentemente, das tarefas lúdicas que lhe estavam ligadas e que aqui nos propomos estudar. Outro dado visível nesta tabela e que não deixa de ser importante é o aumento das atividades turísticas nestas localidades, que passaram de pouco mais de 3% para quase 40% evidenciando uma aposta muito sustentada nesta nova atividade. Também por isto este dado pode ser determinante para direcionar as atividades ligadas ao folclore e, deste modo, alavancar o projeto de defesa e valorização das tradições antigas no concelho.

Na tabela seguinte, apresentamos um quadro onde estão os dados da população total residente em todas as freguesias do concelho. Nos casos das freguesias que foram fundidas na sequência da reforma administrativa de 2013, apresentamos dados totais referentes às duas freguesias. Perante estes números podemos concluir que todas as freguesias tem vindo a perder população, não sendo um dado exclusivo deste concelho, este denota uma perda maior talvez motivada pelo isolamento e pela dificuldade em arranjar emprego e construir habitação.

Em termos económicos, o concelho de Terras de Bouro não tem qualquer vocação industrial, resultado das grandes condicionantes ao nível do ordenamento, como caracterizado anteriormente, que dificulta sobremaneira maior ocupação da população em idade de trabalhar, em especial as mulheres, estando a maioria das empresas confinadas aos ramos da hotelaria, do comércio e da construção civil a par da persistência de algumas atividades tradicionais como carpintarias ou serralharias. No setor primário, o concelho apresenta uma agricultura caracterizada por uma estrutura fundiária assente em reduzidas explorações e fraca evolução tecnológica, cujas culturas são muito invariáveis, praticam quase sempre as mesmas, com predominância para o milho, centeio e alguns produtos hortícolas, as árvores de fruto também não variam muito, alguns citrinos e oliveiras, poucas macieiras, pereiras, cerejeiras, ameixoeiras, pessegueiros entre outras árvores com pouca implantação nestas culturas, existem sobretudo nos montes alguns soutos de castanheiros e nogueiras. As videiras nestes lugares

continuam a ter uma presença mais significativa e outro valor em termos de mercado, embora seja essencialmente para autoconsumo.

Relativamente a outros animais, a criação do porco ainda continua a ter uma boa aceitação na população, mesmo para quem não cria, são muitos os que acabam por comprar para matar em casa e conseguir ter chouriças e salpicões, presuntos e outras iguarias que resultam da matança do porco, como é caso dos farinhatos ou, como são conhecidos nestes lugares, de bolatas⁹, e consiste no sangue do porco amassado com farinha, cozido e depois servido com rojões. Também ainda são muitas as casas que continuam a criar aves como galinhas, patos e perus, para aproveitar a carne, mas fundamentalmente por causa dos ovos que são muito consumidos nestas localidades. Antigamente, nestes lugares, alguns agricultores também se dedicavam ao pastoreio, com rebanhos de ovelhas e cabras, embora hoje esta atividade seja residual e já são poucas as casas de lavoura que continuam a pastorear ovelhas e cabras e algumas fazem-no apenas para consumo dos anhos e cabritos e tratam destes animais nos terrenos perto de casa sem ter de os enviar para a serra.

Seguidamente apresentamos um quadro com uma tabela onde estão plasmados os dados relativos à população das diversas freguesias do concelho de Terras de Bouro, no período compreendido entre 1960 e 2021.

Tabela 3

Evolução da população nas freguesias de Terras de Bouro (1960 – 2021)							
Freguesia /Ano	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Balança	601	479	498	394	393	341	307
Brufe	133	117	99	78	57	50	304
Cibões	890	816	695	600	439	371	
Campo Gerês	437	835	226	193	187	162	149
Carvalheira	734	606	553	481	448	386	292
Chamoim	619	617	544	432	350	291	349
Vilar	376	300	257	238	200	149	
Chorense	579	558	602	606	582	454	538
Monte	295	240	231	190	147	126	

⁹ As Bolatas ou farinhatos, são nomes dados ao mesmo produto alimentar, dependendo da região. Trata-se de aproveitar o sangue dos suínos que misturados com farinha de milho fazem parte de um produto típico destas localidades, usado muito no inverno, nos meses da matança dos porcos. Informação popular.

Covide	550	385	471	489	404	343	273
Gondoriz	556	468	457	441	335	295	296
Moimenta	724	692	751	772	803	741	783
Ribeira	349	333	394	296	219	242	212
Rio Caldo	1294	1344	1243	1189	993	892	770
Souto	676	636	616	625	564	494	461
Valdosende	1084	880	841	742	699	630	550
Vilar da Veiga	1875	1723	1653	1640	1530	1286	1074

Site: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/autarquia/socio-demografia>

Fazendo uma análise à distribuição demográfica no espaço do concelho verificamos uma ocupação muito diferenciada. Com base na observação do quadro da tabela nº 3, constatamos que, no ano de 1960, das 17 freguesias existentes no concelho, apenas três tinham mais de mil residentes (Vilar da Veiga, Rio Caldo e Valdosende), todas elas do vale do Cávado e, na década seguinte, apenas as duas primeiras, com Valdosende a perder cerca de 200 habitantes e que pode estar relacionado com vários fatores: por um lado, o desenvolvimento da tecnologia permitiu uma diminuição dos trabalhadores afetos à exploração e gestão do aproveitamento hidroelétrico de Caniçada; por outro, alguns desses trabalhadores foram viver para a cidade de Braga, facilitando a vida dos filhos que estavam em idade escolar: outro fator ainda terá certamente a ver com o aproximar do fim do Estado Novo, em que, ainda antes do seu término, começaram aparecer novos empregos nas grandes cidades que levaram jovens e menos jovens, como é o caso de parte da população destes lugares que nesta altura se deslocou para a capital. Outro dado que podemos retirar relativamente às décadas de 60 e 70 é de que apenas cinco freguesias mantiveram mais de 600 habitantes (Cibões, Carvalheira, Chamoim, Moimenta e Souto) e no caso do Campo do Gerês, antiga freguesia de São João do Campo, que segundo os censos de 1960 tinha 437 e na década seguinte tinha 835. Isto deveu-se muito à movimentação e fixação de operários para a construção da barragem de Vilarinho da Furna inaugurada em 1972.

Analisando os primeiros dados do período democrático em Portugal (1981), percebemos que existiu uma ligeira subida nas freguesias da sede Moimenta, da Balança e de Chorense sendo que estas freguesias ficam muito próximas da sede do concelho, mas a freguesia que mais perdeu nesta

década foi o Campo do Gerês que ficou sem mais de 600 residentes passando de 835 para 226, o que ficou a dever-se ao fim dos trabalhos de construção da barragem.

No primeiro ano do novo milénio podemos verificar que apenas quatro freguesias tinham mais de 600 residentes, Moimenta, a sede do concelho, era a única que apresentava um ligeiro crescimento e as outras três do vale do Cávado, sendo que apenas Vilar da Veiga apresentava uma população residente superior ao milhar. Passadas duas décadas, constatamos que também a freguesia de Valdosende ficou abaixo dos 600 residentes e a superar essa marca passamos a ter apenas a sede do concelho e Rio Caldo e Vilar da Veiga, sendo que esta freguesia é a única que ultrapassa o milhar de residentes e apenas por 74 habitantes. Esta continuada perda de residentes permanentes nestas localidades compromete inexoravelmente o futuro das populações locais e consequentemente a defesa das tradições.

Segundo os dados estatísticos, o concelho de Terras de Bouro é o que tem a mais baixa densidade populacional do distrito de Braga. Um grande desafio para a autarquia e para os autarcas, que sempre falam no combate à gentrificação do interior, na criação de riqueza e postos de trabalho, na simplificação da construção de habitações para fixarem a população, mas que, como os dados da tabela apresentam, não têm conseguido inverter a tendência do êxodo rural e que se tem acentuado nas últimas décadas. Um dos maiores desafios das populações destes lugares mais afastados do centro da vila, nomeadamente Valdosende e Rio Caldo, passava pela "ida à vila"¹⁰, quando tinham de falar com o Presidente da Câmara ou tinham de ir às finanças pagar a décima, isto porque para irem ao médico foi criada uma extensão de saúde em Rio Caldo, para apoio das populações residentes no vale do rio Cávado. Cada deslocação ao centro implica algumas dezenas de quilómetros e sem a certeza de conseguir resolver os problemas todos. As freguesias do concelho estão não só muito distantes umas das outras como também é evidente a gentrificação, que aliás parece ser característica de grande parte do interior minhoto.

¹⁰ É interessante notar, que ainda hoje, as feiras desempenham um papel importante não só nestas áreas predominantemente rurais, mas também em áreas urbanas.

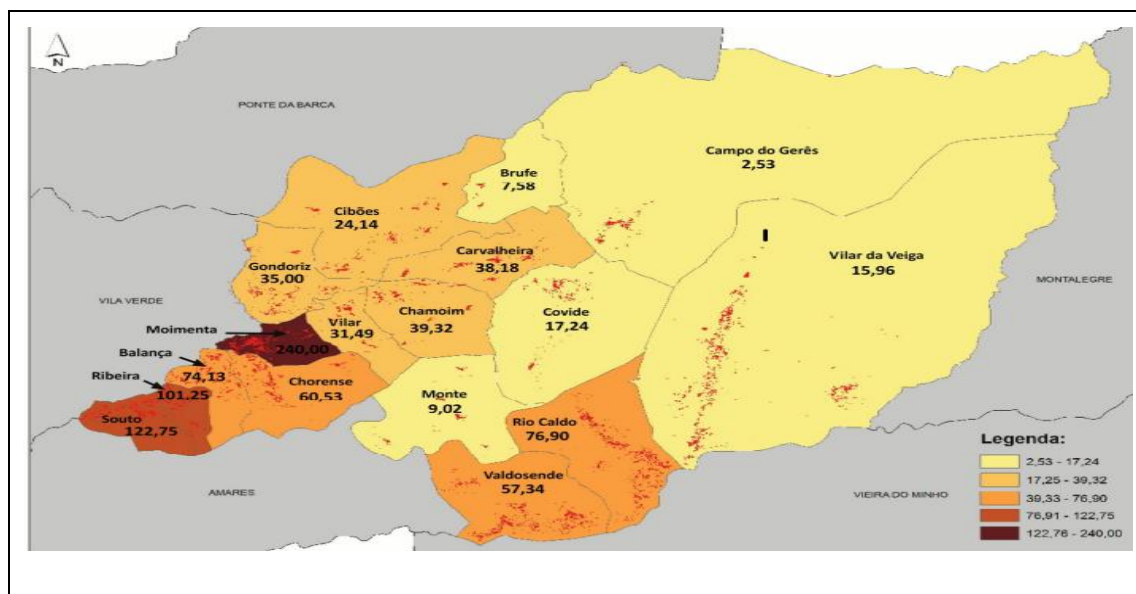
Tabela 4

Freguesia	População	Área (km²)	Freguesia	População	Área (km²)
Balança	307	3,77	Moimenta	783	3,35
Brufe	304	6,49	Gondoriz	296	7,40
Cibões		17,54	Ribeira	212	2,25
Campo Gerês	149	68,84	Rio Caldo	770	13,95
Carvalheira	292	9,05	Souto	461	4,03
Chamoim	349	7,99	Valdosende	550	12,12
Vilar		4,58	Vilar da Veiga	1074	77,83
Chorense	538	8,30	Covide	273	18,10
Monte		11,97	Terras Bouro	6358	277,56

Fonte: Cartografia Oficial de Portugal.

Na tabela nº 4 podemos verificar que as freguesias do concelho são muito assimétricas em termos de área. Temos, por exemplo, a freguesia de Vilar da Veiga com uma área de mais de 77 km², seguida de perto pela de Campo Gerês com quase 70 km². Sendo que as seguintes, mas muito distantes, são Covide e Cibões, que não chegam aos 20 km²; seguem-se freguesias como Rio Caldo, Valdosende, Monte, Carvalheira, Chorense, Chamoim, Gondoriz e Brufe, todas na casa dos de 10 km²; por fim, surgem as restantes freguesias: Vilar, Souto, Balança e Moimenta. Esta última, sendo a mais pequena em área é onde se situa a sede do concelho.

Seguidamente apresentamos um mapa com a densidade populacional, onde podemos, efetivamente e de forma mais clara, perceber a grandeza em termos de área das freguesias de Vilar da Veiga e de Campo Gerês. A freguesia que tem mais densidade populacional é Moimenta, com uma densidade de 240 habitantes por quilómetro quadrado. Souto e Ribeira também têm uma densidade superior a 100 habitantes por km². As freguesias que se aproximam são Rio Caldo, Balança, Valdosende e Chorense, com uma densidade situada entre os 50 e os 74 habitantes por km². Depois temos as freguesias de Chamoim, Carvalheira, Gondoriz, Vilar e Cibões, com uma densidade situada entre os 24 e os 40 habitantes/km²; por último, com uma densidade abaixo dos 18%, temos as freguesias de Covide, Vilar da Veiga e Monte e Brufe, que ficam mesmo abaixo dos 10%. Em último, fica o Campo do Gerês com uma densidade abaixo dos 3 habitantes por quilómetro quadrado. A análise destes dados permite-nos concluir que existem grandes assimetrias entre as freguesias do concelho, havendo núcleos muito mais povoados do que outros.



Fonte: Câmara Municipal de Terras de Bouro. (Ano de 2011).

A distância da freguesia em estudo e a sede do concelho é outra das características muito importantes e devido à proximidade desta zona com Vieira do Minho, são muitos os habitantes que preferem deslocar-se a Vieira do Minho para tratar de alguns assuntos ou para irem à feira do que se deslocarem a Moimenta que é a sede do concelho a que pertencem. Segundo Albertina Pereira Arantes e José Dias Sousa, ambos nascidos e criados em Valdosende, ela no lugar de Paradela ele no lugar de Vilarinho, mas ambos residentes em Paradela, os habitantes desta freguesia e particularmente do lugar de Paradela sempre preferiram a feira de Vieira do Minho, por ser mais perto e também pela facilidade de transporte, por acabar mais tarde e ainda por se realizar todas as segundas enquanto na vila de Covas a feira sendo também à segunda mas de quinze em quinze dias.

Outra das particularidades dos habitantes destes lugares do vale do rio Cávado, mais concretamente das freguesias de Valdosende, Rio Caldo e Vilar da Veiga durante muitas décadas enviavam os seus filhos depois do ensino primário maioritariamente para as escolas de Vieira do Minho ou de Amares, devido à distância e sinuosidade das estradas, contribuindo ainda mais para uma desigualdade entre as povoações dos dois vales. Ainda hoje, existem alunos destas freguesias a frequentarem as escolas dos concelhos vizinhos, alguns pelas mesmas razões das décadas anteriores, outros pela maior oferta em termos de opção escolar.

Ainda hoje, quem se desloca ao Gerês passando por Braga encontra uma sinalização que o leva através de Amares a Valdosende, passando depois por Rio Caldo e Vilar da Veiga sempre pela estrada N308, sem entrar em Terras de Bouro, ou mais propriamente na vila do concelho o que significa que a grande maioria dos turistas passam pelo concelho, através destas três freguesias, mas não chegam a

entrar verdadeiramente, pelo município adentro. Isto é facilmente observável pelo trânsito na referida estrada nacional, que passa pelas referidas freguesias, seja em direção ao Gerês ou ao santuário de São Bento da Porta Aberta. A quantidade de restaurantes e alojamentos locais que se encontram ao longo deste percurso é claro sinal do elevado movimento de turistas portugueses e estrangeiros que deslocam para estas localidades.

Situado na freguesia de Rio Caldo, o santuário de São Bento da Porta Aberta é um local de culto visitado por milhares de peregrinos e turistas e é o segundo maior santuário do país, a seguir ao santuário de Fátima. Embora seja um local de peregrinação contínua no calendário religioso há peregrinações que se destacam, como a romaria de em agosto, que traz à freguesia milhares de pessoas, com retornos financeiros importantíssimos não só para o santuário, administrado pela Irmandade de S. Bento da Porta Aberta¹¹, como para a própria freguesia. A relevância deste património religioso para o concelho e, sobretudo, para Rio Caldo, traduz-se no recente compromisso de trabalho da Irmandade para a preparação do pedido de inscrição da referida romaria ao Inventário Nacional no Património Cultural Imaterial¹².

Entrando por S. Bento da Porta Aberta até Covide e daí até ao Campo do Gerês observamos que ainda estamos numa zona de passagem de peregrinos e turistas para quem o santuário e a barragem de Vilarinho da Furna são importantes pontos de visita. Ao longo do caminho o ambiente continua a ser caracterizado por restaurantes e alojamentos locais com informação muito virada para turistas estrangeiros como podemos observar nos anúncios de aluguer de *Rooms e Chambres*.

Passando pelo Museu Etnográfico de Vilarinho da Furna encontramos a barragem situada onde outrora era a conhecida aldeia comunitária de Vilarinho da Furna. Verificamos que nesta área, entre as freguesias de Covide e Campo do Gerês em que esta última anteriormente se chamava S. João do Campo, a azáfama a que hoje assistimos, sobretudo nos meses de Verão, surge para verificar de perto as ruínas da antiga aldeia que ficou submersa após a construção da barragem de Vilarinho que foi inaugurada em 21 de maio de 1972 e que obrigou toda a povoação abandonar aquele lugar e que vivia sob um regime comunitário ancestral (Dias, 1981 P: 12).

Daqui resulta, possivelmente, a explicação para as acentuadas diferenças entre as três freguesias do vale do Cávado e aquelas da bacia hidrográfica do rio Homem. O concelho de Terras de Bouro tem nas diversas freguesias algumas associações locais de cariz desportivo, recreativo, cultural e social.

¹¹ <http://sbento.pt/pt/hp/>

¹² <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Inventario/Inventario>.

Muitas delas foram criadas depois do 25 de Abril, já num período de consolidação da democracia portuguesa. Contudo, existe no concelho de Terras de Bouro, mais precisamente na freguesia de Carvalheira, uma banda musical que, segundo o seu historial, teve origem em 1839 numa organização do Padre António Jose Correia na casa do Tomé, no lugar de Ervedeiros da freguesia de São Paio de Carvalheira. Também nesta freguesia existe uma forte ligação à música tradicional, pois esta banda manteve-se sempre em atividade e conta atualmente com cerca de cinco dezenas de músicos com idades entre os dez e os oitenta e três anos¹³. Também existe nesta freguesia uma forte ligação à música popular, pois também apresenta um Rancho Folclórico, que também foi sofrendo várias interrupções ao longo dos anos.

4.2 A Freguesia de Valdosende

Tabela 5

Evolução dos habitantes na freguesia de Valdosende desde o século (1900 - 2021)													
Ano	1900	1910	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011	2021
Nº H	541	577	611	622	675	792	1960	880	841	742	699	630	550

Site: <https://www.cm-terrasdebouro.pt/index.php/autarquia/socio-demografia>

Como já foi referido anteriormente, o contínuo abandono destes lugares por parte das populações compromete o futuro destes territórios. Também a freguesia de Valdosende, estudada nesta tese que tem como padroeira a Santa Marinha e fica numa aldeia do Norte de Portugal, localizada nas serranias do Gerês, a 25 Km da fronteira com Espanha. A povoação é constituída pelos lugares do Assento, Naval Velho, Paradela, Perdizes, Vilar a Monte e Vilarinho. Existiam, no entanto, quatro grandes núcleos de concentração populacional: Assento, Paradela, Vilar a Monte e Vilarinho. Ao lugar de Assento também se chama de Valdosende, o nome da própria freguesia, que segundo a população local e que foi passando de geração em geração por tradição oral, foi naquele lugar que nasceu a primeira povoação.

A estrada nacional 308, que liga Braga ao Gerês, segue um traçado praticamente paralelo ao rio. Valdosende situa-se a uma distância de mais ou menos 7 Km de São Bento da Porta Aberta e do Santuário de Nossa Senhora da Abadia, fica a cerca de 8 Km de Vilar da Veiga freguesia, a 12 Km

¹³ <https://bandamusicaldecarvalheira.com/historial>

onde fica a vila do Gerês, a 27 Km da sede do concelho, a 35 Km de Braga e a aproximadamente 100 Km do Porto (Lopes, 2001).

Com base em dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 1950 residiam em Valdosende 792 pessoas passados dez anos, em 1960 a população aumentou consideravelmente e passaram a residir 1084, em 1970 baixou para 895 residentes, em 1981 habitavam em Valdosende 841 residentes e na década seguinte, em 1991, já só permaneciam 742. Nas últimas três décadas a população continuou a cair, sendo que no ano de 2001 tinham como residência habitual 699 e dez anos depois a população baixava para 630 e os últimos dados, relativos aos censos de 2021, apontavam para 550 residentes. A tendência que conheceu uma evolução demográfica positiva na década de 60, devido aos trabalhos de construção, exploração e gestão do aproveitamento hidroelétrico de Caniçada. A partir dessa altura a freguesia manteve uma constante diminuição da população residente, com perdas significativas nas últimas seis décadas que apontam para uma queda que quase atingiu metade da população do início dos anos 60. Durante a década de 50, verificou-se um aumento significativo da população. Tudo indica que esta subida estará associada à instalação de um bairro para operários que, ao longo dessa década, puseram em funcionamento a barragem e a central da Caniçada. Mas, em 1970, a população que residia em Valdosende era já bastante inferior à década anterior, passando para 841 indivíduos e aproximando-se bastante dos valores de 1950.

A freguesia de Valdosende, igual a tantas outras deste concelho e dos concelhos vizinhos, com gente muito católica e praticante dos sagrados sacramentos, segundo os estudos do ilustre professor catedrático da Universidade do Minho (UM), também ele natural de Terras de Bouro mais concretamente da freguesia de Covide, que na publicação das *Memórias e Imagens de Terras de Bouro Antigo* escreveu sobre todas as paróquias do concelho, onde recordou que "esta referida freguesia pertencia à província do Minho ao arcebispado de Braga, da comarca de Viana e do concelho de Sequeirós, Terras de Bouro. Tinha como donatário deste concelho, o fidalgo de S. João de Rei¹⁴, Luís Manoel de Azevedo e contava com aproximadamente cem fogos e trezentas e cinquenta e duas pessoas sacramentadas" (Capela, 2001, P: 188).

Na década de 60, ocorreram grandes transformações na vida daqueles que viviam nesta região isolada do país: as guerras coloniais exigiram o recrutamento de jovens do sexo masculino e a emigração era também uma forma de melhorar as condições de vida daqueles que habitavam uma terra tão "áspera". A pobreza de recursos era uma característica da localidade. As memórias

¹⁴ Freguesia que atualmente pertence ao Concelho de Póvoa de Lanhoso do distrito de Braga.

paroquiais dizem-nos que "os frutos desta freguesia eram o milho, centeio, painço, milho alvo, e de todos o que saciava a terra era o milho que os mais são em fraca quantidade, colhe vinhos verdes bastantes para a terra quando o Senhor o dá, que esta terra aneira pelos temporais a fazerem fria; também colhe azeite que alguns lavradores têm para sua casa e para vender" (Capela, 2001, P: 188).

Ainda segundo as memórias paroquiais de Viriato Capela, Valdosende não tinha feira: "esta freguesia não tinha feira nem mesmo sítio para se fazer, por ser toda de altos e baixos", e também "não havia nem houve que conste por tradição antiga minas de metais nem canteiras de pedras, e as muitas que tem são penedos como casas". Por outro lado, na serra "tem os que nela habitam a criação de gados grossos e de cabras e ovelhas e também nela pastam os habitantes que vivem nas faldas dela e para ela de verão lançam os seus gados como são baças e nela em vezeiras as guardam por dias nuas e outros, há nela lobos e raposas e porcos bravos, há coelhos e perdizes, e não traz outro género de animais". O rio Cávado, que corre de nascente para poente, "cria trutas, bogas e escalos [...] as margens deste rio Cávado em as mais partes dele se cultivam até à beira da água, e até à beira dela dá pão e vinho, e conserva muito espinho, por serem as suas águas muito propícias" (Silva, 1985).

Analisando especificamente o lugar do Assento, este lugar era propriedade de poucos lavradores e eles próprios trabalhavam uma parte dos terrenos, enquanto o resto era trabalhado por rendeiros sem campos próprios. A falta de terra para a agricultura tornava-se evidente, tendo em conta o número de habitantes. A maior parte das terras aráveis, com parcelas muito pequenas, encontravam-se dispostas em terraços de difícil acesso e sujeitos à erosão. Os habitantes deste lugar tiveram de construir habitações em terrenos inclinados e encostadas umas às outras. Talvez seja devido à proximidade entre habitações que marca e caracteriza esta população como muito próxima e unida e muito defensora do seu território e espaço, num claro ambiente de bairrismo.

A Câmara Municipal só em 1970 canalizou água e instalou fontanários públicos nesta freguesia. Não existia rede de esgotos nem saneamento e apesar da construção da central hidroelétrica, só em 1974 se fez a instalação dos primeiros fios e postes para o abastecimento de eletricidade às populações. Do ponto de vista climatérico, a temperatura média entre janeiro e julho situava-se entre os 11 e 22°C. A época de vegetação durava em média dez meses, somente interrompida no Verão por um período seco. De meados de dezembro a meados de fevereiro, o trabalho da terra tornava-se difícil por causa da chuva abundante.

Para a agricultura praticada no lugar de Assento, a adubação era feita unicamente com estrume, aliás insuficiente, devido à redução dos rebanhos de cabras. A cultura de fruta quase não existia e os produtos mais cultivados, por se destinarem à nutrição humana, eram a couve, o milho a cevada e as batatas. O vinho produzia-se das videiras que ficavam entrelaçadas nos arames que suportados ou por árvores ou postes de ferro e mais tarde cimento. A criação de rebanhos de ovelhas e de cabras, nesta altura diminuta, tornava claramente insuficiente o abastecimento de carne, fazendo entrar em declínio a fição e a tecelagem que constituíam atividades domésticas tradicionais.

O mesmo relatório relembra ainda a existência de dez cabras e dez ovelhas no lugar do Assento no ano de 1978. A criação de porcos era também reduzida, se bem que cada família tivesse de três a dez galinhas, sendo a produção de ovos, no entanto, insuficiente para satisfazer as necessidades alimentares (Lopes, 2001).

O sul da freguesia de Valdosende, nomeadamente o lugar de Paradela, começou, ao longo da década de sessenta, a contrastar socioeconomicamente com o lugar de Assento, devido aos efeitos da construção da barragem e central hidroelétrica da Caniçada, ali vai ser construído um bairro de funcionários para alojar os trabalhadores da HICA. Para a construção destes empreendimentos chegaram engenheiros e trabalhadores de outras terras, mas também se empregaram alguns habitantes da freguesia que até à altura trabalhavam arduamente como jornaleiros ou rendeiros, podendo agora passar a contar com um salário mais tranquilizador.

Do ponto de vista socioeconómico, verificavam-se outros contrastes relevantes: o lugar de Vilarinho, que sempre foi o mais isolado, tinha menos fogos. Os recursos eram menores e o isolamento maior, pois encontra-se na parte mais alta da freguesia. A proximidade com o Santuário de Nossa Senhora da Abadia levava os habitantes deste lugar a frequentar a missa dominical mais neste templo do que na Igreja da paróquia a que pertenciam. O núcleo de habitações do lugar de Vilar a Monte, muito próximo do centro geográfico do Chamadouro e situado quase ao mesmo nível da estrada nacional, beneficiava de melhor acessibilidade. Paradela é atravessada longitudinalmente pela estrada nacional e conheceu, com a construção da barragem, uma prosperidade invulgar no Minho rural de então. Em contrapartida, o de Assento, no extremo Norte da freguesia, com as suas casas distribuídas ao longo da encosta em caminhos de terra batida muito íngremes, parecia, ao longo da década de sessenta, mais votado ao isolamento, perdendo o protagonismo de outras eras, apesar de aí se encontrarem as famílias mais tradicionais de Valdosende (Lopes, 2001).

Na freguesia de Valdosende existem algumas particularidades diferentes das outras freguesias do concelho. Desde logo, a construção da barragem modificou o *modus operandi* da população, aumentou o rendimento das famílias e também melhorou as infraestruturas locais. Ainda segundo os estudos de Rosa Lopes, a população, ao longo da década de sessenta, evidenciava uma presença de mulheres ligeiramente superior à dos homens e praticava muito o catolicismo. A freguesia era constituída por quatro núcleos populacionais relativamente afastados: Paradela, Vilar a Monte, Vilarinho e Assento ou também chamado de Valdosende, por ser considerado pelos locais o núcleo originário da aldeia e onde, de resto, se encontravam os sítios sagrados da freguesia: a igreja e o cemitério. Perto do final da década de 60 do século passado, deu-se um "cisma" religioso nesta freguesia de Valdosende.

No decurso de um conflito com o pároco, Pe. Antonio Figueiredo, o lugar do Assento da freguesia de Valdosende, da arquidiocese de Braga, contactou uma igreja protestante para lhe prestar assistência religiosa. Queixando-se de abandono religioso, a sua população recorreu ao Paço diocesano de Braga, escreveu ao arcebispo primaz, D. Francisco Maria da Silva (1963-1977), ao Cardeal-Patriarca de Lisboa D. Manuel Cerejeira (1929-1971) e ao próprio Papa Paulo VI (1963-1978). Como não obteve respostas satisfatórias, acabou por contactar a comunidade da igreja metodista de Braga e, em outubro de 1971, quase uma centena de pessoas fez a sua profissão de fé protestante.

A revolta contra o pároco da freguesia aconteceu por este tencionar construir uma nova igreja mais no centro da freguesia, mais precisamente no lugar do Chamadouro. Esta decisão veio suscitar um diferendo sobretudo entre alguns habitantes do lugar do Assento onde estava construída a igreja matriz e alguns dos lugares de Paradela e Chamadouro, local onde veio a ser construída a nova igreja (Lopes, 2001).

Este acontecimento levou alguns habitantes do lugar do Assento para a igreja Metodista Evangélica Portuguesa, no ano de 1971, três anos antes revolução que derrubou a ditadura em Portugal e numa altura em que o regime já vinha dando sinais de enfraquecimento. Este acontecimento religioso vai modificar o relacionamento entre os dois maiores lugares da freguesia, Paradela e Assento, pese embora estes dois lugares sempre tiveram momentos de tensão e divisão entre os seus habitantes (Lopes, 2001).

Este acontecimento veio aprofundar as divergências existentes entre os vários lugares da freguesia e do qual ainda hoje persistem algumas reminiscências, sobretudo na população mais antiga. Paralelamente existem outros pontos de discórdia entre os lugares da freguesia, nomeadamente entre Paradela, Chamadouro e Assento, devido à gestão dos terrenos baldios. Os baldios são geridos por três

comissões, uma de cada lugar, Assento, Paradela e Vilar a Monte, Vilarinho não tem direito aos baldios, porque, segundo dizem alguns populares, entre os quais José Sousa nosso informante e antigo presidente de Junta de freguesia de Valdosende e que também presidiu a comissão de baldios de Paradela, em tempos um senhor doou a estes três lugares os montes para que as populações, sobretudo as mais vulneráveis, tivessem lenha e mato. Os limites dos terrenos que cada lugar tem direito são alvo de contestação, a venda de madeira por uma comissão é muitas vezes embargada pelo tribunal depois da denúncia de outra. A ausência de definição clara e objetiva tem levado estas populações a andarem pelo tribunal de causa em causa, gastando dinheiro que podia e devia ser aproveitado para obras comunitárias da freguesia ou apenas servir os objetivos iniciais dos seus doadores que eram ajudarem os mais desfavorecidos.

Esta é mais uma das singularidades desta freguesia, outra é que existem duas grandes associações, uma no lugar do Assento, denominada Grupo Desportivo de Valdosende, também fundada em 1982, tal como a do lugar de Paradela que estudamos nesta tese e ainda existe outra coletividade também no lugar de Paradela que é o clube de pessoal da EDP, antigamente designado por Centro de Alegria no Trabalho (CAT), que era exclusivo dos funcionários da empresa e posteriormente passou também a servir um conjunto de associados, com a designação de sócios auxiliares e desta forma permitiu a possibilidade aos habitantes do lugar ou da freguesia de poderem usufruir do clube mesmo não sendo funcionários da empresa.

Todos estes diferendos existentes na freguesia levaram à construção de uma nova igreja e de um novo cemitério, no lugar do Chamadouro. Mais tarde os responsáveis políticos para não ferirem suscetibilidades tiveram de construir também duas capelas mortuárias, próximas dos cemitérios para evitarem novos motivos de conflitualidade.

5. Associação de Paradela

A Associação de Paradela foi pensada e delineada no dia 22 de fevereiro de 1982 por um conjunto de cidadãos da freguesia de Valdosende. Contudo, a escritura pública só foi realizada em 26 de março de 1987¹⁵ no cartório notarial de Terras de Bouro, perante o licenciado Francisco de Assis Alves de Campos, que tinha então o título de notário concelhio. Compareceram como outorgantes, os seguintes: primeiro, Eurico de Carvalho Pereira – casado, natural da freguesia de Valdosende deste Concelho e nela residente no lugar de Paradela; segundo, José Maria Arantes Dias – casado, natural da referida freguesia de Valdosende e residente no lugar de Paradela da mesma freguesia; terceiro, Eurico Fernandes da Silva – casado, natural da mencionada freguesia de Valdosende e nela residente no lugar de Paradela; quarto, Adelino de Souza Fernandes – casado, natural da referida freguesia de Valdosende e residente no lugar de Vilar a Monte, da mesma freguesia; quinto, Belmiro Pereira Barbosa – solteiro, maior, natural da dita freguesia de Valdosende, onde reside no lugar de Vilar a Monte; sexto, José de Carvalho Pereira – solteiro, maior, natural da referida freguesia de Valdosende e residente no lugar de Paradela; sétimo, Adelino Arantes Dias – solteiro, maior, natural da referida freguesia de Valdosende e residente no lugar de Paradela; oitavo, Amaro César Barbosa de Araújo – solteiro, maior, natural da freguesia de Friande, Concelho da Póvoa de Lanhoso e residente no referido lugar Paradela; nono, Manuel da Costa Luís – solteiro, maior, natural da Freguesia de Vilarchão e residente no lugar de Paradela da referida freguesia de Valdosende; décimo, Valdelino da Rocha e Silva – casado natural da referida freguesia de Valdosende e residente no lugar de Paradela.

5.1 A Fundação da Associação

A fundação da Associação teve como propósito principal defender e preservar as tradições antigas, como a cultura e o património da coletividade. O seu princípio assentou em três áreas distintas nomeadamente a área cultural, a recreativa e a desportiva e ficou designada na escritura como Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Paradela – Valdosende e apresentou os seguintes regulamentos:

Primeiro – esta coletividade tem por fim a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e a sua sede provisória fica instalada nas dependências do Salão Paroquial, situado no lugar do chamadouro da mencionada freguesia de Valdosende.

¹⁵ Livro de atas para escrituras diversas, número 38-B e 39-B.

Segundo – os seus associados ficam obrigados ao pagamento de uma joia inicial de 50 escudos e de uma quota mensal de 20 escudos, alteráveis por decisão da direção e aprovação da Assembleia Geral.

Terceiro – são órgãos da associação cultural desportiva e recreativa de Valdosende a Mesa da Assembleia Geral, a Direção Geral e o Conselho Fiscal.

Quarto – são da competência formal de funcionamento da Assembleia Geral as prescritas nas disposições legais aplicáveis, nomeadamente nos artigos de 160 a 179, do código civil. A Assembleia Geral é composta por três associados, competindo-lhes convocar, dirigir e redigir as atas dos trabalhos das assembleias gerais.

Quinto – a Direção Geral é composta por cinco associados e compete-lhe a gerência social, administrativa, financeira e disciplinar, devendo reunir quinzenalmente.

Sexto – o Conselho Fiscal é composto por três associados e compete-lhes fiscalizar os atos administrativos e financeiros da Direção, verificando as suas quotas, os relatórios e dar parecer sobre atos que impliquem o aumento de despesas ou a diminuição de receitas sociais. O Conselho Fiscal reunirá, pelo menos, uma vez em cada trimestre.

Sétimo – no que estes estatutos sejam omissos a coletividade rege-se pelo Regulamento Geral Interno, cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia Geral. (Estatutos de Associação, 1982).

De seguida apresentamos de forma resumida passagens da primeira ata da coletividade realizada no dia 13 de junho de 1982, pelas 14 horas no salão da junta de freguesia de Valdosende. Segundo a mesma ata, esta tinha o propósito de eleger uma direção. Apenas se apresentou uma lista que ficou designada pela letra A.

Esta lista foi eleita pela unanimidade dos presentes e ficou composta da seguinte maneira: Presidente. José Maria Arantes Dias; Vice-Presidente. Valdelino da Rocha e Silva; Primeiro Secretário. João de Sousa Fernandes; Segundo Secretário. Belmiro Pereira Barbosa; Tesoureiro. Abílio Henriques; Tesoureiro adjunto. Eurico Fernandes da Silva e ainda seis vogais.

Segundo o está registado no primeiro livro de atas, com termo de abertura datado de 13 de junho de 1986, com 196 páginas numeradas e rubricadas pelo presidente da direção. Conforme consta do primeiro livro de Atas¹⁶ a primeira reunião da Direção da Associação, só veio a realizar-se no dia treze de junho de 1982, mais de três meses depois da constituição como coletividade. A constituição formal da coletividade foi publicada em diário da República N° 92-III série de 21 de abril de 1982¹⁷.

¹⁶ Livro de atas n° 1 da Direção da Associação. Local: arquivo da Associação de Valdosende

¹⁷ <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/diario-republica/92-1982-4403949>, pg6.

Segundo os primeiros estatutos, esta coletividade começa por referir-se logo no artigo nº 1, que tem por objetivo defender a promoção cultural, desportiva e recreativa dos seus associados e que a sua sede provisória será na dependência do salão paroquial, situado no lugar do chamadouro da freguesia de Valdosende. Logo podemos depreender que existia uma boa ligação entre a igreja local e esta coletividade. Como tinha sido construída uma nova igreja no lugar do chamadouro, que provocou a divisão da população do lugar do Assento.

Podemos ainda encontrar nestes estatutos que os associados estavam obrigados ao pagamento de uma quota mensal de 25\$00¹⁸ e da primeira inscrição teriam de pagar uma joia inicial de 50\$00. Estes valores poderiam ser alterados por proposta da direção à Assembleia que levava o assunto a discussão e votação e se fossem aprovados seriam deliberados nessa Assembleia Geral.

Outro dos pontos desta coletividade tinha como órgãos dos corpos sociais os seguintes: A mesa da Assembleia Geral, a Direção e o Conselho fiscal.

E foram considerados três tipos de associados.

Os Sócios Honorários, eram todas as pessoas, que devido a serviços relevantes prestados à coletividade poderiam ser considerados como detentores desta categoria. Eram propostos pela Direção e aprovados em reunião da Mesa da Assembleia e ficavam isentos do pagamento de qualquer tipo de quota;

Os Sócios suplementares, eram todos os indivíduos menores de dezoito anos, que precisavam da autorização dos pais ou dos tutores e pagavam apenas uma quota mensal de 25% do valor de um sócio contribuinte;

Os Sócios contribuintes, eram todos os indivíduos sujeitos ao pagamento de uma quota mensal estabelecida segundo proposta da direção.

Como sanções e penalizações os sócios podiam ter as seguintes:

Reprensão,

Suspensão temporária ou multa, cujo valor será fixado pela direção;

Eliminação;

Expulsão.

¹⁸ Antiga moeda portuguesa que mudou em 1 de março de 2002 para o euro. <https://www.ecb.europa.eu/euro/changeover/2002/html/index.pt.html>

Quando foi constituída, esta instituição ficou assente em três pilares essenciais: a cultura, a recreação e o desporto. Posteriormente, com a passagem do estatuto de associação para o de instituição particular de solidariedade social, foram mudados os estatutos e a coletividade passou a denominar-se: Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende. Segundo os estatutos, esta coletividade foi fundada com três órgãos sociais: uma assembleia, composta por um presidente, um secretário e um vogal; uma direção, com um presidente, um secretário, um tesoureiro e três vogais (um por cada área de intervenção – cultural, recreativa e desportiva); e um conselho fiscal, que tinha um presidente, um secretário e um relator.

Ao longo do tempo, aconteceram algumas mudanças em termos organizativos, nomeadamente na direção, que passou por ter um presidente e quatro vice-presidentes: um para a área administrativa, em substituição do secretário, outro para área financeira, em substituição do tesoureiro, outro para responder pela área desportiva e, por último, um para gerir as áreas cultural e recreativa, que, entretanto, se tinham fundido numa só área de intervenção.

Quando passou a ser reconhecida como IPSS no ano de 2011¹⁹ houve a necessidade de adaptar os estatutos à nova realidade, com um presidente, um vice-presidente, um tesoureiro, um secretário e três vogais responsáveis pelas áreas social, cultural e desportiva. Cada vogal passou a ser apoiado, em cada área, por mais dois elementos. Ainda segundo o presidente, a passagem para uma IPSS trouxe novas responsabilidades e desafios. Embora os objetivos fossem os mesmos, a componente social obrigava a inscrever no plano de ação um conjunto de atividades direcionadas para este público com algumas especificidades.

A Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende – Paradela é uma entidade sem fins lucrativos e caracteriza-se por promover o apoio à família, proporcionando aos seus associados, benfeitores e comunidade em geral a satisfação de interesses relacionados com o seu bem-estar, designadamente os de carácter social de apoio a crianças e jovens, terceira idade, invalidez e deficiência; de cariz cultural, como músicas, danças, cantares populares, nos diversos lugares do concelho e em épocas festivas, como encontro de janeiras e arraiais típicos da região. Todas as atividades são realizadas maioritariamente no concelho de Terras de Bouro, mas também, mais esporadicamente, nas freguesias dos concelhos vizinhos como Amares, Vieira do Minho e Póvoa de Lanhoso.

¹⁹ <https://www.seg-social.pt/documents/10152/864429/IPSS>. Elaborado em 4.12.2023, página 43.

Esta coletividade foi fundada no dia 22 fevereiro de 1982, no lugar de Paradela, freguesia de Valdosende, por uma dezena de cidadãos com o objetivo de proporcionar aos habitantes desta localidade momentos de lazer, de desporto e de socialização. Depois da sua constituição oficial, com publicação em *Diário da República*, os sócios elegeram uma assembleia, uma direção, um conselho fiscal para coordenar, dirigir e fiscalizar a coletividade, que passou a denominar-se Associação Cultural e Recreativa e Desportiva de Paradela, com nº fiscal de 50180645 e sede no lugar de Paradela.

Os sócios fundadores, que ficaram posicionados com o número de sócio de 1 a 10, foram os seguintes: José Maria Arantes Dias, Eurico Carvalho Pereira, Eurico Fernandes da Silva, Adelino Sousa Fernandes, Adelino Arantes Dias, Manuel da Costa Luís, Amaro César Barbosa Araújo, Manuel de Sousa Teixeira, Valdelino da Rocha e Silva e Belmiro Pereira Barbosa. Foi devido ao empenho, determinação e ousadia destes cidadãos de Valdosende que tudo começou. Depois da constituição dos corpos socais, com uma assembleia para dar posse, deliberar e representar os sócios, um corpo diretivo para gerir e um conselho fiscal para fiscalizar. A partir desta altura, seguiu-se o processo natural e normal de angariação de associados.

Se olharmos para os sócios fundadores podemos facilmente constatar que eram todos do género masculino. Uma particularidade desta Associação é que o sócio fundador que ficou com o número um, assumiu a presidência da direção e manteve-se no cargo de presidente até aos dias de hoje. Isto denota, por um lado, a elevada dedicação e empenho que sempre revelou em relação à coletividade, tendo sido alvo de uma homenagem por altura do quadragésimo aniversário da instituição. Por outro, pode também ser uma evidência de que não existem elementos que estejam interessados em trabalhar para a comunidade local ou em assegurar a manutenção do trabalho e das atividades da associação. Conhecendo os nomes dos fundadores, rapidamente conseguimos aferir que alguns foram os responsáveis pela organização do folclore na freguesia e que fomentaram a constituição da coletividade para criarem as condições necessárias ao desenvolvimento cultural das tradições populares.

5.2 O Associativismo

O associativismo, em termos gerais e ainda mais nas comunidades do interior, tende a ser um motor de progresso para o desenvolvimento local. Por isso, é fundamental que o poder local promova, incentive e proteja todas as organizações e associações locais. Do nosso ponto de vista, as associações locais são certamente um símbolo de vitalidade das comunidades e representam a capacidade de

construção e organização das populações, na medida em que estas acreditam no trabalho voluntário e altruísta dos seus dirigentes e nos benefícios que trazem para economia. Sendo o homem um animal social, sempre teve a necessidade de se relacionar com o outro, de criar laços de cooperação e de entreaajuda. Nesse sentido, o associativismo pode ser entendido como uma expressão dessa inclinação e necessidade intrínseca e vital da humanidade. O associativismo é ainda uma manifestação da sociedade que foi ganhando forma e importância com a consolidação da democracia em Portugal.

Nesta conformidade, sabemos hoje que sensivelmente metade das associações que existem atualmente em Portugal foram constituídas depois do 25 de Abril de 1974, tendo certamente contribuído para aprofundar e consolidar o regime democrático. Embora no anterior regime já existissem associações, a maioria delas tinha uma especial vocação para defender, promover e apoiar o Estado e o Governo e as outras também sofriam muitas influências nas atividades que podiam desenvolver. De resto, fazia parte da estratégia do Estado Novo para poder controlar a população organizar o movimento associativo, sindical e dos tempos livres. Assim, mais do que visar a cooperação entre os indivíduos e a sua auto-organização, autonomização e emancipação na defesa dos seus interesses e na prossecução dos seus anseios, o associativismo do Estado Novo visava, pelo contrário, condicionar ideológica e socialmente a população portuguesa.

Com a implantação de um regime livre e democrático, foram então criadas muitas associações direcionadas para diversas áreas, coletividades mais independentes e libertas das amarras do poder político e com especial enfoque nas populações e no serviço prestado aos cidadãos. A partir desta data, também surgiu uma grande mudança em termos do associativismo, com o aparecimento de outros movimentos como os movimentos de moradores, da juventude, dos estudantes, de defesa do ambiente e da ecologia, dos pais e da família, entre outros. Mais tarde, na década de oitenta do século XX começam a surgir as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e também as Associações de Desenvolvimento Local (ADL).

As primeiras são organizações sem fins lucrativos cujo principal objetivo é ajudar os mais necessitados e colmatar as falhas do Estado e do poder local em determinadas áreas de intervenção social. Servem de apoio à população, a crianças e jovens em risco, a pessoas com deficiência, a pessoas em condição de sem abrigo, entre outras ações de integração social, como a organização de cursos profissionais e programas de formação que habilitem e tornem as pessoas mais autónomas. As segundas foram constituídas para sensibilizar as autarquias para a necessidade de encontrar uma estratégia integrada de desenvolvimento do território que assuma e potencie a diversidade de soluções

e variedade de projetos para cada especificidade, garantindo desta forma a multidiversidade de apostas e oportunidades em novos mercados e tornando os resultados mais firmes e, porventura, menos expostos às variações da economia.

Quando percorremos e trabalhamos nestes territórios do interior, compreendemos melhor a necessidade do associativismo local e das suas valências, que possibilitam a tomada conjunta de decisões para responder às preocupações, nomeadamente na defesa das tradições culturais e do desenvolvimento local como questão central. Relativamente ao tema do associativismo, constatamos que existe um consenso alargado sobre a importância das associações na vida democrática das sociedades desenvolvidas e também sobre o contributo positivo que este representa para o desenvolvimento local (Viegas, 2004, P:34).

Num mundo cada vez mais global, é preciso concertar a diversidade de opiniões para que os entendimentos sejam alcançados e permitam uma posição consensual para defender as comunidades locais que tem um papel fundamental no apoio aos projetos ligados à cultura. Neste ponto, o associativismo tem estado na linha da frente na defesa das expressões da cultura, da identidade, das tradições e da criatividade e tem sido capaz de promover, divulgar, preservar e partilhar estas noções de cultura e política cultural. O associativismo local implica, diretamente e por inerência, uma agregação de pessoas, individuais ou coletivas, na defesa dos interesses da comunidade, à partida, sem qualquer interesse corporativo, para além da defesa dos interesses culturais, sociais ou desportivos.

Os movimentos associativos foram-se modificando ao longo dos tempos. No século passado e até anos 1960, o movimento associativo era feito pelas classes trabalhadoras que lutavam por direitos como a liberdade e igualdade, sendo estas reivindicações sustentadas em associações muito diversas como mutualidades, cooperativas de produção e consumo, coletividades de cultura, educação não formal, recreio e desporto, sindicatos e partidos de classe. A partir dos anos 60, surgem novos movimentos sociais pelos direitos culturais ou de autonomia expressando-se em novas associações movidas pelo anticolonialismo, a defesa da igualdade de género, a defesa do ambiente e do património construído, a promoção e divulgação artística e a cooperação com países do Terceiro Mundo (Fernandes, 2002).

As Associações Culturais, Recreativas e Desportivas têm como principal objetivo desenvolver um conjunto de atividades assentes na participação dos associados e cidadãos que se interessem em preservar e divulgar memórias e tradições. Este processo passa naturalmente por encontrar parcerias

entre outras coletividades locais com o mesmo propósito. Por isso, muitas das associações locais, sobretudo através da área cultural defendem as tradições locais, o passado e a memória como valores culturais de uma população e região.

Outro motivo de afirmação local foi a fundação, em 1982, no lugar do Assento, do Grupo Desportivo de Valdosende (GDV), que sobretudo na área desportiva rivalizou durante muitos anos com a Associação de Paradela na disputa pela conquista de torneios de futebol de salão, e mais tarde, em torneios de futebol de cinco. Nesta freguesia, os primeiros torneios foram organizados pela Associação de Paralela, tendo como recinto o "velhinho" campo da HICA, em terra batida, localizado junto às piscinas de Paradela. No início da década de oitenta do século XX, era o único torneio realizado nas redondezas e, por isso, participavam equipas do próprio concelho e, sobretudo, dos concelhos vizinhos de Vieira do Minho e de Amares. Durante os meses de julho e agosto, os sábados e domingos de tarde eram reservados para "ir à bola". Nos dias de jogo, eram autênticas "romarias" que se dirigiam para o terreno para apoiarem a equipa da terra. Numa altura em que nem todos tinham veículo próprio, assistia-se a multidões atravessarem a barragem de Caniçada, oriundos de Parada de Bouro, para apoiarem a equipa da terra.

As assistências dos jogos aumentavam consideravelmente quando jogavam as equipas de Parada de Bouro e Santa Maria de Bouro devido à proximidade ao campo. Para além das equipas já referidas, participavam outras como o GDV, o Grupo de Rio Caldo, equipas de Vilar da Veiga, Gerês, Chorense e Covas – estas eram as mais assíduas –; depois havia outras que participavam ocasionalmente e que vinham do concelho de Amares, de Santa Marta, Dornelas e Figueiredo. Foi também por esta altura que começaram a aparecer as equipas patrocinadas pelos estabelecimentos comerciais, com destaque para o café Costinha, de Paradela, café Moçambique, de Santa Maria de Bouro, café Testamento, de Parada de Bouro, entre outras casas de comércio local que absorviam os jogadores da terra que não tinham sido escolhidos pelas equipas das associações e contratavam noutros concelhos jogadores com experiência para fazer um bom torneio. Mais tarde, as associações locais com a finalidade de acomodarem os jogadores da terra, criaram as equipas de segunda, que denominaram equipas B.

Deste modo, passou a haver uma rivalidade entre jogadores conhecidos que às vezes jogavam pelas associações e outros pelos estabelecimentos comerciais. Também aqui os donos dos cafés queriam mostrar o seu poderio económico porque as associações locais acabaram por desviar potenciais clientes, que, ao deslocarem-se para o bar das coletividades, deixavam de frequentar os cafés particulares. Num meio pequeno e com pouca população, todos os clientes contam.

De acordo com o presidente da Associação de Paradela, a ideia de fundar uma coletividade começou a germinar no café Costinha, único na altura em Paradela e que rivalizava em termos de oferta de serviços com o CAT da EDP. O seu proprietário, Manuel Costinha, foi um claro defensor da ideia de fundar uma coletividade associativa. Mais tarde, com a mudança para uma sede provisória, nos fundos da igreja paroquial, vieram os problemas de competição com o café local. Posteriormente, com a instalação da coletividade na antiga escola primária de Paradela, a sede passou a funcionar com serviço bar, numa primeira fase, às sextas, sábados à noite e domingos à tarde. A mudança dos clientes habituais do café Costinha para a Associação levou a um desconforto porque, segundo dizem alguns sócios da coletividade, o que Manuel Costinha pensava era que a Associação, como não tinha sede nem bar, funcionaria no seu café com as vendas a reverterem para ele.

Quando verificou que os dirigentes da Associação encontraram um lugar para funcionar como sede, apareceram logo alguns problemas com o Pe. Antonio Fonseca que, já de idade avançada e também influenciado por alguns acólitos mais fervorosos, começou a tecer comentários pouco abonatórios para a coletividade. Um dos mais interventivos era Eurico Carvalho Pereira o ensaiador do primeiro Rancho de Paradela, ainda antes da fundação da Associação, e um dos sócios fundadores, figurando durante os primeiros anos como o segundo associado. Como o Eurico Carvalho Pereira era cunhado do Manuel Costinha dono do café onde a Associação foi fundada começam ambos a questionar os fundamentos da coletividade. A partir dessa altura começaram as divergências entre o presidente da direção e o Eurico Carvalho Pereira, que mais tarde veio a culminar com a expulsão do associado e fundador Eurico Carvalho Pereira decido pela direção e sufragado pela Assembleia Geral.

Estas associações locais durante muitos anos apresentam planos de atividades muito direcionados para as áreas desportivas e por vezes quase com a exclusividade para o futebol. Embora atualmente algumas dessas coletividades dependam exclusivamente das práticas desportivas, com especial destaque para o futebol e relegando as outras modalidades para segundo e terceiro plano. Este tipo de associações desportivas é caracterizado por encontrar no desporto, e, como foi referido, especialmente no futebol, uma inclinação para o desporto de competição. Ao contrário desta, as outras áreas procuram suscitar uma evolução cultural sem objetivo principal de subir na classificação, sendo feita uma avaliação mais qualitativa dos resultados alcançados. Recentemente e muito devido ao benefício que as atividades desportivas têm na saúde física e mental dos cidadãos, as coletividades que não tenham apenas estas modalidades, começam a virar-se para outras em que a competição não seja a parte mais importante, como, por exemplo, as caminhadas, a ginástica funcional, entre outras. A associação em estudo apresenta todos os anos um plano onde engloba outras modalidades.

Presentemente, assistimos cada vez mais a um certo absentismo das práticas tradicionais em detrimento de novas práticas desportivas, culturais e sociais, como caminhadas, desfiles de moda, passeios ao ar livre, piqueniques, realização de noites temáticas, participação em jogos populares, tabuleiro, cartas, entre outras atividades. Nestas localidades foi-se também perdendo as corridas dos jovens para jogar futebol que, sobretudo aos sábados e domingos, passavam por estes lugares a correr primeiro para o campo térreo da HICA e mais tarde para o parque de jogos do Chamadouro. Agora os jovens passam pelos mesmos lugares de bicicleta a pedal e, por vezes, de veículos motorizados.

Fruto de uma maior preocupação com a população mais envelhecida, foram sendo construídos equipamentos de manutenção que podem servir toda as faixas etárias. O aumento do número de infraestruturas recentemente criadas nas localidades devia motivar e incentivar as populações e as coletividades a concentrarem esforços na prática da atividade física pela importância da promoção da saúde física e mental. Neste sentido e dada a importância da prática de exercício físico, associações deviam promover uma série de atividades físicas para permitir que cada pessoa, independentemente da sua condição social, tivesse a possibilidade de realizar atividades físicas.

O ser humano desde sempre teve necessidade de viver em grupo, pelo que o associativismo não pode ser visto como uma atividade recente, porque há milhares de anos, o ser humano descobriu a importância de viver em grupos para garantir a sua sobrevivência e percebeu que ao realizar ações conjuntas atingiria melhores resultados. A relação da cultura com o desenvolvimento local é um tema debatido frequentemente e raramente atinge uma trajetória consensual na relação da cultura com o desenvolvimento local. O país tem regiões diferentes umas mais interiorizadas e mais despovoadas outras do litoral mais industrializadas e também por isso pode haver diferentes visões sobre a cultura. Naturalmente que existe uma diversidade cultural entre regiões e mesmo dentro delas existem povoações e localidades com diferenças culturais que não podem estabelecer padrões ou referências universais. O desenvolvimento local é um processo para todas as pessoas e não somente para algumas, independentemente do seu estatuto ou local onde vivam.

O desenvolvimento local deve ter em primeiro lugar uma clara vontade de melhorar a vida quotidiana das populações e essa vontade deve ser feita através da confiança nos seus próprios recursos e na capacidade de combinar o desenvolvimento local com a construção de um futuro melhor. É com este enquadramento que a cultura ganha identidade e se transforma num veículo de desenvolvimento, e para uma melhor fundamentação do referido, é importante mencionar alguns

elementos gerais que na teoria e na prática esclarecem de forma mais clara os princípios do Desenvolvimento Local (Lopes, 2012).

Compreendendo a problemática do desenvolvimento local como uma questão central necessária para criar as sinergias e formas de organização populacional que representem os interesses locais. Neste propósito enquadram-se as relações das populações e associações vizinhas em que a partilha de identidades culturais facilita a organização popular e promove uma unidade no Associativismo Local. Uma das formas mais eficazes dessa unidade territorial e da representação popular são as associações que pelas suas especificidades particulares contribuem para um modelo de participação democrático que poderão ter um papel ativo e direto na implementação de políticas públicas (Viegas, 2014, P: 42).

5.2.1 O Departamento Cultural

O departamento tem como uma das atividades mais importantes, a gestão e superintendência do grupo etnográfico da coletividade, a par do grupo de música popular, realização de peças de teatro, piqueniques, entre outros eventos. Neste trabalho de investigação, um dos temas que iremos abordar é a atividade desenvolvida pela área cultural com destaque para o Rancho Folclórico de Paradela (RFP). Deste modo, pretendemos compreender as dificuldades de encontrar elementos que estejam interessados em aprender a tocar instrumentos musicais de cariz popular, a dançar músicas tradicionais, a desfilar com utensílios e alfaias agrícolas. Mais a frente noutro capítulo falaremos do rancho e abordaremos este e outros temas relacionados com as tradições populares interpretadas pelo rancho folclórico.

Numa conversa com a atual responsável pelo pelouro da cultura, Cristina Barbosa, esta revelou-nos que a coletividade tem desenvolvido uma grande dinâmica em atividades culturais e imprimido no rancho uma vontade de superar as dificuldades dos últimos anos. Disse ainda que "quando a coletividade foi fundada tinha 7 anos e, portanto, não se lembra dessa fase. Porém, recorda-se bem de participar nas festas de Natal, de cantar as janeiras pelas casas dos diversos lugares da freguesia, dos convívios e piqueniques, das peças de teatro e dos desfiles de máscaras entre outros eventos organizados pela coletividade. Por isso, quando foi convidada pelo presidente da direção para assumir o departamento cultural, aceitou logo, pois sempre colaborou com a coletividade". (Cristina Barbosa, 12 de maio de 2024)

A responsável pela área cultural disponibilizou o plano de atividades para o ano de 2024 que apresentou à direção em novembro de 2023 e que assamos a transcrever um pequeno excerto:

O plano de atividades para o ano de 2024 assume, em linha com o anterior, uma aposta clara no Rancho Folclórico, que sofreu com a paragem devido à situação pandémica que o país e o mundo atravessaram nos anos de 2020 a 2022. Também por isso, a aposta no folclore deve ser prioritária para este departamento, com objetivos muito bem definidos de promover e divulgar as tradições de Terras de Bouro e o relacionamento interpessoal, de recrutar novos elementos para o grupo, de abrir a escola de música para ensinar a tocar, dançar e cantar e ainda de dotar o Rancho de novos trajes, sobretudo de inverno ainda inexistentes para a maior parte dos elementos (Cristina Barbosa, 25 de novembro de 2023).

Alguns dos objetivos e das atividades que área cultural pretende desenvolver ao longo do próximo passam por: realizar ensaios com a periodicidade bimensal; fazer a inventariação de todos os instrumentos, trajes, danças e cantares do Rancho; realizar atuações dentro e fora do concelho; e, ainda, implementar novas danças e alterar algumas já existentes.

Ainda segundo a responsável pela área cultural, a coletividade pretende avançar com a escola de música para "capacitar as pessoas para a aprendizagem e o desenvolvimento das técnicas de dançar e cantar e também tocar os instrumentos ligados ao folclore como a concertina, a viola braguesa, o cavaquinho, o bombo, as castanholas, os ferrinhos, a pandeireta e outros instrumentos muito usados neste tipo de música" (Cristina Barbosa, 25 de novembro de 2023).

Para isso, a coletividade pretende estabelecer um protocolo com a Câmara Municipal de Terras de Bouro, com a Junta de Freguesia de Valdosende e com outras instituições para apoiar e subsidiar este projeto. Ainda na área cultural, os elementos do Rancho pretendem, à semelhança dos anos anteriores, cantar os reis e as janeiras nos lugares da freguesia e participar no encontro concelhio em Terras de Bouro. Também como todos os anos, almejam comemorar o aniversário da coletividade na terceira semana de fevereiro, com a realização de várias atividades culturais, recreativas e desportivas. A comemoração do aniversário tem sempre no programa a realização de uma missa em sufrágio dos dirigentes e associados falecidos, com a participação da direção na preparação da eucaristia, associando-se ao grupo coral e completando o ofertório com os símbolos dos pilares da coletividade, nomeadamente com os temas alusivos às áreas social, cultural e desportiva.

A área cultural da direção da Associação pretende dar continuidade ao programa de defesa das tradições, planeando as atividades culturais para o ano de 2024, com destaque para o sempre ambicionado e sucessivamente adiado programa de Despertar Tradições em Terras de Bouro, mais concretamente através das atividades do Rancho Folclórico e do Grupo de Cordas Despertar Tradições (GCDT), promovendo contactos com a Câmara Municipal e diversas instituições particulares e públicas e participando nos diversos eventos para os quais for solicitada.

Com o Rancho Folclórico, bem como com o Grupo de Cordas Despertar Tradições pretendemos continuar a recolher, preservar e divulgar as tradições de Terras de Bouro, na nossa região e além-fronteiras, apesar das dificuldades com que nos podemos deparar.

A criação de uma Escola de Música e Dança continua a ser uma pretensão desta Associação que se justifica pela dinâmica que a coletividade tem empreendido nesta área, demonstrada pela atividade desenvolvida, com inúmeras solicitações para animações, quer do Rancho Folclórico, quer do Grupo de Cordas Despertar Tradições, envolvendo dezenas de praticantes; trata-se de um dos dois Grupos Folclóricos ativos no concelho, bem como de um grupo de recolha e divulgação da música tradicional da região. Para a instalação da Escola de Folclore contaremos, por certo, com o apoio mensal de um subsídio municipal, à semelhança do que acontece com apoios a outras instituições concelhias, a nível desportivo ou musical! Daremos continuidade ao projeto da Câmara Municipal "Cultura para Todos", contribuindo com as animações musicais nas várias instituições de Solidariedade Social do concelho e outras (Cristina Barbosa, 25 de novembro de 2023).

Esta coletividade também tem no plano de ação, a realização de cursos de formação profissional para desempregados em horário laboral e empregados em horário pós-laboral e para isso tem previsto a realização de reuniões com a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do Homem Cávado e Ave, (ATAHCA).

5.2.2 O Departamento Social

O departamento social foi criado mais recentemente, apenas quando a coletividade passou a Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), devido à necessidade de possuir um departamento que tratasse exclusivamente da vertente social. A primeira responsável pela área social, foi Anabela Alves, que, como enfermeira de profissão, estaria mais vocacionada para os temas ligados ao envelhecimento ativo, à inclusão social, aos direitos de igualdade entre género e faixas etárias. Esta responsável acumulava estas funções com as da direção técnica e artística, ou seja, de ensaiadora do rancho. Devido à saída de Anabela, que alegou motivos pessoais para sair da direção entrou como responsável para a área social Helena Bernardino, também enfermeira e igualmente capacitada para desempenhar e desenvolver a área social.

A seguir transcrevemos a plano de atividades para o departamento social apresentado na Assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2024.

Também na área social pretendemos proporcionar um maior apoio às famílias, designadamente às classes mais idosas e crianças, através da fomentação de atividades conjuntas, com celebração de protocolos com

a Câmara Municipal e outras instituições. Nos anos 2021 e 2022, através dos Programas “Cultura Para Todos”, bem como no “Desporto Para Todos”, promovemos uma maior envolvência das crianças, idosos e mulheres, ações que promoveremos com maior ênfase no ano 2024. [...] Ainda no plano social, “temos as piscinas de Paradela, que continuam a ser um espaço de veraneio e lazer por eleição. O ano 2023 foi excelente, pela procura deste espaço. Deste modo, procuraremos melhorá-lo, criando infraestruturas de vulto que permitam uma maior concentração de toda a atividade da coletividade não apenas na época de verão, mas também nas outras estações do ano. No ano de 2024 esperamos manter a sua abertura num período compreendido entre 1 de junho e 30 de setembro, com a realização de várias festas temáticas e com atividades lúdicas e desportivas. Também prevemos disponibilizar estas instalações às instituições e escolas do concelho, mediante celebração de protocolos, bem como a instituições e grupos organizados de outros municípios, à semelhança dos anos transatos. Para além destas ações, apresentamos ainda um quadro, onde constam todas as atividades, com a previsibilidade possível da sua concretização, para o presente ano, com os custos previsíveis e os proveitos estimados. Prometemos manter uma gestão o mais eficaz e eficiente possível, como vem sendo apanágio desta Direção. No entanto, existem naturalmente encargos, aos quais não podemos, não devemos, nem nos queremos alhear. Neste sentido, estamos certos de poder continuar a receber o apoio da Câmara Municipal de Terras de Bouro, da Junta de Freguesia de Valdoso, bem como de outros parceiros que nos foram apoiando ao longo dos últimos anos, como a EDP, a ATAHCA, a Procabelo, a Rede Moderna, a Titãs, a Sabseg Seguros, a DST e a ABB, as quais foram fundamentais no desenvolvimento sociocultural desta coletividade e desta terra. Esperamos ainda, ao longo deste ano, poder contar com outros parceiros, que possam e entendam apoiar-nos de algum modo, por forma a podermos alcançar os objetivos que traçamos para o ano 2024 [...] A Direção da Associação compromete-se a honrar os compromissos que lhe estão incumbidos tendo como principal foco o bem-estar dos nossos associados, familiares e população em geral. Para isso, precisa do apoio, empenho e dedicação dos seus dirigentes. O objetivo deste plano anual, é descrever sucintamente as atividades planificadas, para as diversas áreas. Todavia, podem ser realizadas atividades que não estejam contempladas neste plano, assim como também, podem não ser realizadas atividades planificadas. (Helena Bernardino, 25 de novembro de 2023)

5.2.3 O Departamento Desportivo

O departamento desportivo já desempenhou imensa atividade, nomeadamente a realização de torneios de futebol no início dos anos 80 no campo da HICA e, posteriormente, no parque de jogos do Chamadouro, construído com a mão de obra dos dirigentes e amigos e inaugurado em meados da década de 80, sendo, na altura, um moderno recinto desportivo que permitia a realização de jogos de futebol, andebol, vólei e ténis de campo.

O desinteresse demonstrado pelos jovens da freguesia em continuar a jogar futebol ou outra modalidade levou ao abandono do campo. Atualmente, com um piso irregular, silvas à volta, sem

iluminação nem água quente, não reúne as condições mínimas para a prática de qualquer modalidade desportiva. As sucessivas mudanças de responsável pela área desportiva podem também significar que vários tentaram inverter esta tendência e atingir resultados satisfatórios. Nos últimos anos, foram mesmo muitos os dirigentes deste departamento que abandonaram funções, alguns não chegaram a cumprir o triénio para o qual foram eleitos.

A responsável desportiva, neste momento, é Joana Pinto, irmã do dirigente anterior, que também saiu no fim do mandato. Sendo uma jovem de pouco mais de vinte anos, com formação superior na área da biologia e com todos os predicados para desempenhar um relevante papel na vertente desportiva e que, inicialmente, foi implementando algumas atividades, também já foi esmorecendo, segundo a opinião do presidente da direção que continua a dizer que não acerta na escolha da pessoa certa para tutelar esta importante área, sobretudo devido aos projetos do IPDJ a que a coletividade se tem vindo a candidatar com sucesso e também pelos elevados investimentos que a associação em fez infraestruturas como, por exemplo, o campo de jogos de praia, junto ao complexo das piscinas de Paradela.

A seguir transcrevemos a plano de atividades para o departamento desportivo, apresentado na Assembleia geral ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2024.

A área desportiva deverá ter, neste ano de 2024, maior ênfase, contrariando os últimos anos, pela consecução da construção do recinto de Desportos de Praia que já permitiu e permitirá uma maior prática e promoção do desporto em várias modalidades tais como o futebol, voleibol, badminton e outras. Assim, daremos continuidade e uma maior ênfase ao desenvolvimento do Programa “DESPORTO PARA TODOS”, da iniciativa do IPDJ, ao qual nos candidatámos em 2021, 2022 e 2023 através do Projeto “DESPERTAR PARA A SAÚDE COM DESPORTO PARA TODOS”. Este continua a ser um projeto aprovado em direção muito importante e que pretendemos dar continuidade no ano 2024; este ano pretendemos dar maior ênfase à atividade de karaté, nas instalações da Associação, através da parceria da Associação com o Karaté Wado-Portugal, sediado em Vila Verde, procurando uma maior divulgação da modalidade e com isso atrair um maior número de praticantes. [...] Também pretendemos promover com melhor dinâmica, e maior participação a realização de caminhadas pelos diversos trilhos do concelho e realizá-las nas condições de segurança e defesa do ambiente. Para o efeito promoveremos protocolos com empresas de turismo e com a Câmara Municipal. Esta Associação procurará, mais uma vez, chamar a si a manutenção do “Trilho da Caniçada”, trilho este localizado na área da freguesia, por ser considerado um trilho muito atraente, mas que continua “desprezado”, não obstante ter sido efetuada uma ligeira intervenção por parte do município. Este é um objetivo preconizado desde o ano 2019, mas que ainda não foi concretizado, não obstante as várias solicitações já dirigidas ao município. (Joana Pinto, 25 de novembro de 2023)

5.2.4 O crescimento da Associação

A coletividade, desde a sua fundação, foi crescendo em termos de associados e desenvolvendo mais atividades. Segundo o presidente da direção:

Não podemos comparar a realidade de 1982 com a atualidade. Muitas mudanças aconteceram no país, nas regiões, nos municípios e nas localidades e também em Valdosende, onde esta coletividade está instalada. Passaram mais de quatro décadas e neste longo tempo que vai desde o início até agora, conseguimos perceber o alcance dos objetivos que nos propusemos fazer. Vou apenas elencar alguns. Quando fundamos a coletividade em fevereiro, não tínhamos sede para albergar os associados, andamos como se costuma dizer "com a casa às costas", não tínhamos campo de jogos onde os atletas pudessem praticar desporto, não tínhamos um salão para os ensaios do rancho. (José Dias, 20 de abril de 2024)

Durantes estes anos, a população deste lugar assistiu ao desenvolvimento e crescimento da coletividade. Ainda segundo o presidente,

atualmente conseguiram ter sede própria numa primeira fase aberta aos fins de semana (noites de sexta e sábado e domingos de tarde), com uma escala de serviço assegurada pelos dirigentes, posteriormente e com gratificações a jovens e mais recentemente com o recurso a uma funcionária. Nem sempre foi fácil e continua a não ser, porque muitas vezes os associados não aparecem, sobretudo no inverno e optam por ficar em casa, o que como todos sabemos hoje acabam por ter tudo, internet, assistir a jogos, filmes, jogos virtuais e deste modo deixam de sair para conversar e socializar e perante isto, torna-se difícil justificar a manutenção de uma sede aberta. (José Dias, 20 de abril de 2024)

Outro exemplo de crescimento da coletividade que o presidente deu, foi de que,

construíram um moderno parque de jogos no lugar do Chamadouro logo nos primeiros anos da década de 80 e que passou a ser o local de eleição durante os meses de verão em substituição do ultrapassado campo da HICA, junto às piscinas de Paradela. Este parque de jogos foi muito visitado por atletas do concelho e dos lugares vizinhos que se deslocavam para participar em torneios e traziam os respetivos apoiantes. A luz elétrica permitiu realizar jogos durante a noite. Atualmente, o parque está sem atividade porque os jovens não estão interessados em jogar futebol, andebol, vôlei, ténis e, como já disse anteriormente, preferem jogos de computador. (José Dias, 20 de abril de 2024)

Também foi comprado um terreno junto à sede e foi construído de raiz um salão para a realização de festas e atividades. O presidente disse que

era um desejo que tinham e precisavam porque a sede tornava-se pequena para as festas e sobretudo ensaios do rancho. Mas, entretanto, resolveram ampliar a sede, esta decisão não foi consensual, mas era necessária e permitiu durante algum tempo ensaiar e realizar festas até à construção do novo salão, que terminou em 2005 e passou a servir a área cultural para eventos como festas de Natal, passagens de ano, magusto, noites de fado, jantares, convívios, reuniões e formações. (José Dias, 20 de abril de 2024)

Mais recentemente, a coletividade começou a explorar em regime de comodato as piscinas do município localizadas em Paradela e que foram construídas pela companhia de eletricidade HICA e foram durante muitos anos exploradas pelo clube pessoal da EDP (antigo CAT) e atualmente são um dos imóveis que a companhia de eletricidade entregou à autarquia para legalização do bairro da EDP. Estas piscinas, segundo o presidente, servem de "cartão de entrada no concelho e por isso devem ser bem preservadas por forma a proporcionar as melhores condições aos veraneantes que todas as épocas se deslocam àquele espaço" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Por todas estas melhorias e desenvolvimentos somos levados a concluir que esta coletividade tem desenvolvido ao longo de décadas um importante trabalho de aproximação entre as populações e de promoção da coesão social entre os diversos tipos de famílias existentes no território. Um dos grandes polos de desenvolvimento desta coletividade foi quando passou a explorar as piscinas de Paradela. Na realidade, a direção da Associação sabe bem que quando aceitou explorar as piscinas em regime de comodato estabelecido com o município de Terras de Bouro, passou a dedicar mais tempo e, conseqüentemente, a encontrar novas formas de apoio para requalificar aquele espaço que estava a ficar muito degradado e não servia nem os interesses de Paradela nem de Terras de Bouro.

Passados alguns anos este espaço de convívio e lazer sofreu consideráveis melhorias, nomeadamente na ampliação da zona do Bar com aumento da capacidade da esplanada e também para uma duplicação da zona das espreguiçadeiras que passou para uma lotação de cerca de quarenta. A construção de um espaço para a prática de jogos de areia, com destaque para o vólei futebol de praia, ampliação do arrelvamento para a colocação de tolhas. Todos estes investimentos foram concertados com a autarquia que continua empenhada em apoiar e acompanhar o desenvolvimento deste complexo e também de empresas particulares.

O presidente disse que

"sempre estive convicto que quando, em 2018, conseguiram um elevado apoio financeiro da EDP de trinta e cinco mil euros e outro de igual valor da câmara municipal para requalificarem as piscinas de Paradela que tinham sido construídas pela HICA na década de 60 para os trabalhadores e seus familiares. Perante aquele elevado apoio a direção não hesitou em lançar mãos à obra, mesmo sabendo que ainda teriam, como tiveram, de investir dinheiro da coletividade num projeto final a rondar os cem mil euros". (José Dias, 20 de abril de 2024)

Ainda assim, o presidente da direção afirma "claramente que não tem dúvidas de que foi uma boa decisão, que talvez tenha provocado discórdia, mas se fosse hoje tomava a mesma decisão, porque está absolutamente convicto que os ganhos foram garantidamente superiores as perdas". E

prosseguiu dizendo que "ele, tal como Eurico, ambos filhos de antigos trabalhadores da HICA, que vieram de fora, casaram e ficaram por Paradela e passaram a infância aprendendo a nadar nestas piscinas, deveriam sentir orgulho em continuar a disponibilizar a todas as crianças sem exceção a frequência das piscinas de Paradela" (José Dias, 20 de abril de 2024).

As novas infraestruturas possibilitaram melhores condições aos utilizadores. Nessa altura substituídos todos os tubos e máquinas, instalados novos equipamentos, diminuída a profundidade na parte mais funda de três para dois metros numa adaptação às normas com a colocação de um "ampara pés" na parte mais funda, revestimento em tela, colocação de novos chuveiros e escadas e construção de tanque de compensação, alargamento da esplanada, ampliação do bar entre outras obras precisas e necessárias. O presidente confidenciou ainda que "estão a trabalhar para a construção de um novo bar panorâmico com vista para a albufeira de Caniçada. Já fizeram um estudo e um anteprojecto e contam com o apoio da autarquia porque os orçamentos ascendem a mais de três centenas de milhares de euros" (José Dias, 20 de abril de 2024).

5.3 Associação, Fundação e Consolidação

Como já foi referido esta coletividade nasceu da força da vontade de um conjunto de cidadãos do lugar de Paradela, da freguesia de Valdosedo, situada no concelho de Terras de Bouro. Foram dez os sócios fundadores e ficaram ordenados com a numeração de um a dez. O propósito desta coletividade, segundo o sócio fundador número um e primeiro e único presidente da Associação, José Maria Arantes Dias, passava por criar condições para proporcionar aos seus associados e respetivos familiares bons momentos de convívio e lazer.

Segundo o registo da escritura²⁰, a constituição da associação, decorreu no cartório notarial de Terras de Bouro, sendo titular do cargo de notário o licenciado Francisco de Assis Alves de Campos e foi na presença do ajudante do cartório notarial de Terras de Bouro que, no dia 26 de março de 1987, foi criada a Associação, tendo pagado a quantia de 450 escudos. Desta escritura foram testemunhas abonatórias os seguintes senhores: Fernando de Carvalho Soares, solteiro maior, residente no lugar de Sá, freguesia de Souto deste concelho; Manuel Dias Cosme Vilarinho, casado, residente no lugar de Freitas, freguesia de Covide, deste concelho de Terras de Bouro.

²⁰ Escritura da constituição da Associação de Valdosedo. 26 de março de 1987. Conta registada sob o n.º 85.

Esta coletividade quando foi fundada não tinha sede e o seu primeiro espaço físico de acolhimento aos associados, foi nos fundos da igreja do chamadouro, onde foi instalado um bar e uma sala de convívio para acomodar os sócios e respetivos familiares. Segundo o presidente da direção, esta decisão causou alguma controvérsia no seio da população que tinha contribuído para construção desta igreja na sequência do diferendo entre a população dos lugares de Paradela e do Assento. Por este motivo, a direção rapidamente tentou encontrar uma solução para este problema, que recaiu na cedência do espaço que tinha servido de escola primária e posteriormente de sede da junta de freguesia.

Também esta decisão não foi consensual, mas continua a servir de sede da Associação. Ainda menos consensual e até bastante polémico e muito contestado por alguma população da freguesia foi a ampliação do edifício quando decidiram colocar um piso em cima do atual e que ficou concluído e foi inaugurado no ano de 1997. De registar a presença do antigo Governador Civil de Braga, Dr. Pedro Bacelar de Vasconcelos que presidiu à cerimónia e igualmente digno de registo foi a ausência do Presidente da Câmara de Terras de Bouro, Dr. José Antonio de Araújo. Mais tarde e pela necessidade de um espaço para o grupo folclórico a coletividade comprou um terreno em frente à atual sede e construiu de raiz um imóvel onde no rés do chão fica uma cozinha regional e no piso superior um salão de festas e que também passou a servir para os ensaios do rancho entre outras atividades que a Associação desenvolve ao longo do ano, como a passagem de ano, desfile de máscaras no Carnaval, magusto no S. Martinho, festa de Natal e outras festas temáticas.

Segundo presidente, José Dias, a "decisão de ampliar a sede da coletividade com a colocação de um piso superior gerou algum desconforto em alguns membros da direção, nomeadamente em António Baía, que, na altura, desempenhava a função de secretário e não concordava com esta decisão. Alguns dos motivos apontados para esta discordância eram de que o imóvel não era da coletividade e pertencia à junta de freguesia, não tinham verbas para as referidas obras, podia ser uma decisão que dividisse ainda mais um lugar que já tinha alguns problemas e na sua opinião deviam encontrar outra solução. Mas a possibilidade de aproveitar uma candidatura a um programa do Estado que visava ajudar as associações sem fins lucrativos prevaleceu entre a maioria dos dirigentes" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Como foi referido, a solução passou por submeter uma candidatura ao programa de apoio técnico e financeiro à Direção-Geral do Ordenamento do Território (DGOT) com o objetivo de comparticipar as obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos urbanos de

utilização coletiva, incluindo equipamentos religiosos, a efetuar por instituições privadas de interesse público sem fins lucrativos, constituídas há mais de dois anos, instituições particulares de solidariedade social, desde que o equipamento a financiar se incluísse no âmbito das suas finalidades estatutárias principais ou secundárias, e freguesias e associações de freguesias de direito público²¹.

No entanto e ainda segundo o presidente da direção, "aconteceram um conjunto de situações com este programa nomeadamente o facto de o imóvel estar em nome da junta de freguesia e alguns membros da assembleia não concordarem e votarem contra este projeto. Todos estes acontecimentos levaram ao sucessivo adiamento da concretização do esperado apoio da DGOT e como as obras já tinham arrancado e o programa não foi viabilizado tendo arrastado esta coletividade para elevadas dívidas vendo-se obrigada a recorrer a um elevado empréstimo bancário à Caixa Geral de Depósitos (CGD) e ainda a empréstimos de particulares como o foi caso da Manuela Sousa, do Rui Luís e dele próprio" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Esta situação marcaria a coletividade nos anos seguintes, não só pela frágil situação financeira, mas também porque, como já foi referido, provocou algum desconforto entre dirigentes e associados. Num pequeno lugar, com pouca gente e com problemas de divisão conhecidos o afastamento de alguns ou um certo desligamento das atividades associativas comprometeu ainda mais a realização de alguns eventos. Esta situação, que aconteceu por volta de 1997, coincidiu sensivelmente no tempo com o término do grupo de cantares de música popular "Despertar". Se juntarmos a tudo isto o facto de o rancho continuar sem atividade visível podemos concluir que a mudança de milénio não foi muito favorável para a coletividade em termos de defesa e preservação das tradições locais. A chegada do novo milénio parece que trouxe um novo alento com a reativação do grupo folclórico em 2003 que se manteve sem interrupção até à atualidade, apesar das dúvidas e incertezas ao longo de cada época.

No entanto, como diz o ditado popular "não há mal que sempre dure nem bem que nunca acabe" também neste caso e numa localidade pequena como Paradela onde todos se conhecem e precisam do apoio uns dos outros e sobretudo devido à ausência de outros espaços de diversão e socialização tudo foi voltando ao normal e paulatinamente foram recuperando alguns dissidentes, outros foram-se fazendo sócios e, com maior ou menor dificuldade, a coletividade foi-se mantendo sempre em atividade desde a sua fundação e, como disse o presidente, "até durante a pandemia de Covid, em 2020, quando toda a atividade parou, o rancho cancelou os ensaios e atuações, mas a direção continuou a reunir pelos meios telemáticos e a fazer publicações alusivas às efemérides, foi recolhendo e

²¹ <https://www.ccdrc.pt/pt/areas-de-atuacao/administracao-local/apoio-tecnico-e-financeiro/programa-equipamentos/>

entregando bens alimentícios aos mais carenciados da freguesia, desempenhando a componente social, mas sempre no estreito cumprimento das regras impostas pelas autoridades sanitárias "(Jose Dias, 20 de abril de 2024).

Como já foi referido, esta coletividade manteve-se em atividade desde a sua fundação e, com mais ou menos pujança, foi cumprindo o plano de atividades que apresentou aos associados nos diversos anos e, como disse o seu presidente, "de vez quando foram apelando aos conterrâneos para se tornarem associados da coletividade e, sobretudo, aos associados que tinham deixado de pagar as quotas" (José Dias, 13 de abril de 2024). Ainda segundo o presidente, "estes avisos conseguem no imediato fazer com que alguns regressem, mas o resultado não é muito animador e de cerca de cem cartas talvez voltem uma dezena, portanto dez por cento das cartas enviadas" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Grande parte dos dirigentes já se encontram na direção há muito tempo. Como referiu o presidente tirando ele "ninguém mais está na mesma função desde o princípio, mas quase todos foram passando por outras funções, alguns foram vogais e depois foram assumindo lugares de maior responsabilidade. Durante muito tempo o núcleo duro foi-se mantendo, mas ultimamente alguns foram saindo como é o caso de Eurico Silva, que, no último mandato, deixou o cargo de secretário da Mesa da Assembleia Geral alegando desgaste e cansaço, mas mantendo-se por enquanto na coordenação do rancho com a gestão musical da tocata. Outro exemplo de saída do rancho e da direção foi Manuel Costinha, que abandonou a presidência do conselho fiscal e também o grupo folclórico onde tocava cavaquinho. Outro exemplo, ainda menos compreensível é o caso do atual vice-presidente Rui Luís, que abandonou o rancho onde dançava e desempenhava as funções de "marcador". Existem outros casos de abandono, uns com melhores justificações do que outros, mas como em tudo na vida uns saem outros chegam, uns fazem mais falta do que outros, mas todos são necessários" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Ainda segundo o presidente, a direção tem procurado manter informados os associados e, ocasionalmente, vai enviando por carta informações sobre as atividades realizadas e também dando conta da situação de cada associado em termos de quotas e facilitando a sua regularização. O dirigente disse ainda que "este processo de envio por carta dando indicações concretas e precisas das atividades desenvolvidas pela coletividade já aconteceu mais vezes. Fizeram-no pelos menos em 2007 por altura da comemoração dos 25 anos da coletividade. Atualmente, as informações são enviadas via

e-mail, mas como nem todos os associados dispõem de correio eletrónico continuam a enviar por carta para quem não tem ou não deixou o endereço eletrónico " (José Dias, 20 de abril de 2024).

De seguida apresento o conteúdo de uma carta que foi enviada a todos os associados com o propósito de dar conhecer todo o trabalho desenvolvido nos últimos 37 anos de existência.

Caro(a) conterrâneo(a),

Caro concidadão,

A Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende Paradela é uma instituição particular de solidariedade social, de utilidade pública, com 37 anos de história.

O nosso principal objetivo é proporcionar aos nossos associados e às suas famílias, a todos os benfeitores e à comunidade em geral, momentos diversão, de convívio e lazer, no âmbito social, cultural e desportivo, para todas as faixas etárias.

Todos os anos, desenvolvemos um elevado número de atividades, nas diversas áreas e para todos os associados. Na área social, procuramos a integração e coesão social, possibilitando a participação em todos os eventos, independentemente da sua condição económica ou social; na cultura, defendemos as tradições, com particular enfoque na música popular portuguesa, nas danças e cantares locais, nos modos de trajar e tocar, procurando preservar o mais fielmente possível os traços originais, sobretudo através do nosso grupo etnográfico; na área desportiva, também promovemos diversas atividades, como caminhadas, encontros de futebol, voleibol e jogos populares, entre outros, incentivando desta forma, a prática da atividade física, para melhorar os índices de autoestima e bem-estar.

Como uma das instituições mais dinâmicas da região, prosseguimos metas aliciantes e inspiradoras, novas experiências e novos desafios que requerem o apoio e colaboração de todos, para que continuemos a fazer cada vez mais e melhor.

Ser associado desta instituição permite que usufrua de inúmeros benefícios, como já referimos, designadamente em festas, convívios, passeios e outros eventos, nomeadamente no verão pode desfrutar do magnífico espaço de lazer e convívio, das Piscinas de Paradela, durante a época balnear, pagando metade do valor aplicado ao público em geral, quer seja por dia, mês ou época.

Torne mais seu o que é de todos, fazendo-se sócio. Ajude, ajudando-se a si mesmo e usufrua! Acredite que vale a pena!

No caso de ainda estar inscrito como associado e não ter a sua situação devidamente regularizada, a Direção da Associação, deliberou aplicar, apenas o pagamento dos últimos três anos, mantendo desta forma o número de sócio, bem como todas as regalias estatutárias.

Para se fazer sócio ou regularizar a sua situação faça-o diretamente na nossa sede ou através do IBAN acima referenciado, remetendo-nos cópia, por email, do comprovativo de pagamento, sendo-lhe posteriormente remetido pela mesma via o respetivo recibo. Para qualquer esclarecimento, contacte-nos através de um dos números acima mencionados. Ser sócio custa, apenas, 12€/ano! (+ 5€ de joia no ato da inscrição).

Continuaremos a trabalhar em prol da nossa terra e da nossa comunidade,

Muito obrigado pela sua colaboração e aceite um abraço associativo!

A DIREÇÃO

Esta carta foi enviada em 2019 e, segundo conseguimos apurar, foram alcançados resultados positivos. Segundo o presidente da direção, "os sócios deixam de pagar as quotas por variadíssimos motivos. Alguns porque se fizeram sócios quando ainda trabalhavam na EDP e quando se reformaram ou foram viver para outros locais deixaram pagar as quotas, embora alguns continuem como é o caso do Armindo Pião da Póvoa de Lanhoso, que já pertenceu à direção e continua a fazer questão de pagar as quotas todos os anos apesar de já estar há muito tempo reformado da EDP. Outros fizeram-se sócios porque apareciam nas atividades realizadas pela coletividade ao longo do ano e depois como não tinham grande ligação ao lugar, afastavam-se naturalmente, outros deixam de pagar por desleixo, negligência, ou falta de oportunidade. O envio da carta servia para lembrar e quem quisesse continuar tinha a facilidade de pagar por transferência bancária e quem não manifestasse interesse perderia todos os direitos, por outro lado para quem tivesse interesse em continuar e já tivesse muitos anos em atraso beneficiaria de uma amnistia e pagava apenas os últimos três anos, ficando com a situação regularizada" (José Dias, 20 de abril de 2024).

Todos os anos, no cumprimento de legalidades estatutárias, esta coletividade reúne pelo menos duas vezes em Assembleia Geral Ordinária, uma até 30 de novembro para apresentação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO) e outra até 31 de março para apresentação do Relatório e Contas do ano transato.

Para melhor compreensão da atividade desta coletividade, passamos a transcrever o Plano de Ação e Orçamento apresentado aos associados em Assembleia Geral Ordinária, realizada na sede da Associação, sita na rua nº 2, no lugar de Paradela, no dia 25 de novembro de 2023, que foi aprovado por unanimidade dos associados presentes e tinha como nota introdutória o seguinte texto:

Com a elaboração do presente documento pretende-se descrever as atividades que a direção da Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende – Paradela e seus colaboradores se propõe realizar no ano de 2024. Continuam a viver-se tempos muito conturbados, face ao aumento considerável do custo de vida devido aumento da inflação o que leva a bastantes limitações e dificuldades nas atividades que nos propomos realizar. No entanto, tudo faremos para que possam ser concretizadas, seguindo o referencial de conduta de boas práticas, de acordo com as circunstâncias da evolução da situação económico-social.

Este plano contempla atividades que são a continuidade de projetos e programas iniciados nos anos corrente e transatos de relevância para o que consideramos fazer parte fundamental dos objetivos principais.

A Direção da Associação, continuará a reunir, ordinariamente, no primeiro sábado de cada mês, pelas 21 horas, na sede da Associação. Poderá reunir excecionalmente, noutra local e noutra horário, por motivos de força maior. Sempre que razões plausíveis existam, e de acordo com os estatutos internos reunirá extraordinariamente.

A Assembleia Geral reunirá até 31 de março, para apresentação, discussão e votação do Relatório e Contas referentes ao ano de 2023 e até 30 de novembro, para apresentação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano seguinte.

A Associação dispõe de condições adequadas à organização interna da vida da coletividade, podendo e devendo, assim, os dirigentes associados e amigos usufruir do espaço e de todas as regalias e benesses existentes nesta coletividade.

Foi criado um espaço desportivo de desportos de praia, com as condições oficiais exigidas para as diferentes modalidades. A criação deste espaço proporciona uma série de benefícios tanto para a comunidade local assim como para quem nos visita. Para além de proporcionar a atividades desportiva, tem um impacto positivo na saúde e na comunidade. Este espaço proporciona oportunidades para as pessoas conviverem, fazer exercício físico e desfrutarem de um estilo de vida ativo e saudável.

Analisando o PAO da coletividade para o ano de 2024, podemos depreender que a associação continua apostada em manter vivas as tradições locais, nomeadamente por via do rancho folclórico

E também achamos importante apresentar uma súmula do que foi a Assembleia-Geral Ordinária que decorreu no dia 17 de março de 2024, com a apresentação do Relatório e Contas relativo a 2023. Perante a presença de cerca de duas dezenas de associados, o presidente da Assembleia, Rui Costa, depois de agradecer a presença e dar as boas-vindas aos associados, elencou os pontos a debater que eram os seguintes: 1. Leitura da ata da última assembleia; 2. Apresentação do Relatório e Contas; 3. Atribuição do estatuto de sócio honorário; 4. Outros assuntos de interesse para a coletividade.

Foi lida a ata da reunião anterior pela secretária da Assembleia, Luísa Cachada, que, depois de submetida a análise, discussão e votação, foi aprovada por unanimidade pelos presentes. De seguida, o tesoureiro, Manuel Barbosa, depois de entregar exemplares do Relatório e Contas impressos aos representantes da Mesa da Assembleia e do Conselho Fiscal, apresentou numa projeção de multimédia para que todos pudessem acompanhar e compreender da melhor forma possível as informações que estavam a ser prestadas.

Começou por se dirigir aos associados nos seguintes termos:

Caros associados:

É com elevado sentido de responsabilidade que apresentamos o Relatório e Contas do ano de 2023. Este documento reflete o desempenho financeiro e operacional da nossa coletividade ao longo do último ano, fornecendo uma visão geral das atividades realizadas e das conquistas alcançadas.

Apresentar o Relatório e Contas aos associados, para além de uma obrigação legal, é uma ferramenta fundamental para garantir a transparência e prestação de contas aos associados. Além disso, demonstra

o compromisso da coletividade em disponibilizar informações detalhadas sobre o desempenho financeiro e os resultados obtidos.

Geralmente, no final da apresentação, são discutidos e debatidos os resultados financeiros, os projetos em andamento, as estratégias futuras e outros assuntos relevantes para a coletividade. Caso necessitem de esclarecimentos adicionais sobre o relatório e contas, estamos à vossa disposição.

Este relatório que hoje apresentamos em Assembleia Geral Ordinária aos órgãos sociais da coletividade, nomeadamente à mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e a todos os associados, para análise, discussão e votação. (Relatório e Contas, apresentado na sede da Associação, no dia 17 de março de 2024).

No Relatório e Contas verificou-se, pelo segundo ano consecutivo, a existência de um *superavit* e houve lugar à transferência para o ano seguinte de um saldo positivo bastante significativo. O Relatório e Contas de 2023, foi aprovado por unanimidade dos presentes, com apenas um membro a questionar a direção sobre o elevado apoio que a autarquia tem dado para o rancho e que, por isso, também a direção da coletividade deve apoiar ainda mais folclórico. O vice-presidente, Rui Luís, interveio para dizer o seguinte: "os responsáveis do rancho nunca tiveram falta de apoio da direção, porque esta nunca negou o que quer que fosse ao grupo e que os apoios que aparecem nos boletins camarários onde realmente aparecem elevados apoios porque o presidente consegue mais facilmente subsidiar a coletividade pela importância que o rancho tem para a cultura e para o Município" (Rui Costa Luís, 17 de março de 2024). O presidente acabou por referir "que em termos gerais foram cumpridos todos objetivos que estavam no Plano de Atividades e Orçamento e por esse motivo devíamos estar todos satisfeitos e orgulhosos" (José Dias, 17 de março de 2024).

Passando ao terceiro ponto da ordem de trabalhos e no cumprimento do que tinha sido decidido em reunião de direção, foram propostos para a condição de sócios honorários por serviços continuados de elevada importância e relevantes para a coletividade as seguintes associadas: Anabela Alves, Cristina Sousa e Manuela Sousa. De Salientar que a direção reconheceu o trabalho destas três associadas na defesa das tradições nomeadamente através do rancho folclórico. Foram aprovadas por unanimidade dos presentes e a partir desta data passaram para a condição de Sócias Honorárias, ficando isentas do pagamento de quotas.

6. O Rancho Folclórico, as Tradições, Folclore e a Música Popular

Neste último capítulo, pretendemos abordar os temas relacionados com o rancho folclórico da coletividade, as tradições e as ligações ao folclore e ainda fazer uma breve abordagem ao trabalho que esta associação desenvolve em prol da música popular portuguesa, mais concretamente nos temas relacionados com as cantigas do Minho. De entre as múltiplas atividades que a coletividade tem desenvolvido ao longo dos mais de quarenta anos de atividade, o rancho tem merecido um especial destaque devido às suas danças e músicas.

Esta associação tem inserido no seu departamento cultural um Rancho Folclórico que, segundo Eurico Fernandes da Silva, " nasceu de uma cisão entre o antigo ensaiador Eurico Carvalho Pereira e a Direção da Associação por volta do início da década de 80. Segundo informações fornecidas por Eurico Fernandes Silva e corroboradas por Manuela Sousa, que faziam parte do primeiro rancho, a separação aconteceu devido ao facto de Eurico Carvalho Pereira não prestar contas referentes às atuações dos anos anteriores. Quando foi confrontado com a necessidade de o fazer, ignorou o pedido, o que motivou a saída de vários elementos, que passaram imediatamente para a Associação que tinha começado com funções associativas e pretendia incluir na área cultural o Rancho" (Eurico Fernandes da Silva, 30 de setembro de 2023).

Nesse sentido, a constituição do primeiro rancho da associação teve como primeiros elementos, para além dos sócios fundadores e dirigentes de primeira linha, alguns membros dos corpos sociais e outros da primeira grande fornada de associados inscritos. Foram ainda englobados alguns elementos dissidentes do antigo rancho de Paradelas, assim como algumas pessoas que se estreavam nas danças regionais, formando o primeiro Rancho Folclórico da Associação de Paradelas (RFAP). Os principais protagonistas do rancho foram os primeiros subscritores da coletividade, desde logo o presidente, José Maria Arantes Dias, que cantava e tocava viola braguesa ou cavaquinho; Eurico Carvalho Pereira, que tocava viola braguesa; Eurico Fernandes Silva, atual responsável pela música, foi, desde o início, o tocador de concertina, viola braguesa, cavaquinho, acordeão, entre outros instrumentos musicais. Manuel da Costa Luís e Adelino Arantes Dias eram dançadores do rancho. Manuel de Sousa Teixeira tocava viola e cantava e o Amaro César de Araújo tocava viola clássica. Deste modo, verificamos que todos estes homens foram fundadores da coletividade e tinham o gosto e o desejo de fundarem uma coletividade para, através da música popular, proporcionarem aos seus associados momentos de convívio e alegria.

O aparecimento do rancho resulta, em primeiro lugar, da vontade demonstrada pela população em participar nas danças de música popular e, em segundo lugar, das desavenças entre vários elementos do grupo mais antigo e, por fim, porque a coletividade tinha na sua matriz inicial recolher e recuperar tradições antigas, objetivo em que o folclore estava naturalmente incluído.

Soubemos depois que divergências profundas entre o José Maria Arantes Dias e Eurico Carvalho Pereira levaram à saída deste e também ao abandono do rancho e da função de ensaiador. Com a saída de Eurico Carvalho Pereira, quem assumiu a responsabilidade de ensaiar foi Maria da Conceição Azevedo. Contudo, algumas desavenças entre alguns elementos entre outras dificuldades como a saída de jovens da freguesia, uns para estudar, outros para trabalhar e outros para a emigração o grupo folclórico ficou sem atividade no início da década de 1990 e permaneceu assim durante alguns anos, até reiniciar a atividade no ano de 2003.

Contudo, o gosto pela música não deixava alguns dos fundadores conformarem-se com o desaparecimento do rancho e motivou-os a criarem um grupo de música popular, denominado Despertar, que, com menos elementos que o rancho, conseguiu aguentar-se durante alguns anos, até sensivelmente 1997, quando também neste conjunto começaram a surgir problemas, tendo ficado apenas alguns elementos a ensaiarem esporadicamente e sem fazerem atuações. No ano de 2003, "no regresso de uma viagem ao santuário de Nossa Senhora de Fátima, resolveram reativar o rancho. No fim de umas danças realizadas na estação de serviço de Santo Tirso, foram desafiando a Eurico Fernandes Silva e a Anabela Alves, que ficaram de contactar algumas pessoas para aferir da viabilidade do projeto" (Anabela Alves, 10 de março de 2024).

Deste modo, muitos dos anteriores elementos passaram a integrar o novo Rancho da Associação. Contudo, "este momento provocou desentendimentos entre familiares e amigos, pois estamos perante uma povoação pequena e onde todos se conhecem e muitos pertencem a famílias próximas. Se existiam muitas dificuldades para formar um grupo folclórico, estas dissensões ainda as aumentaram mais e contribuíram para que as primeiras épocas folclóricas do Rancho da Associação não fossem nada fáceis. Tiveram, desde logo, de encontrar alguém que os ensiasse e de procurar músicos, dançadores, cantadores e figurantes. Tal como afirmou Eurico Silva, tudo isso foi um grande desafio, estando convencido que havia uma vontade de não falhar e de que aqueles que tiveram a ideia de formar o rancho dentro da Associação empenharam-se muito, como foi o caso do presidente" (José Dias, 10 de março de 2024).

O reaparecimento do folclore nesta coletividade só acontece depois da entrada do novo milénio, mais precisamente no ano de 2003. Os principais responsáveis pela reativação do rancho foram Anabela Alves e Eurico Fernandes Silva. Foram eles que efetuaram contactos com antigos elementos do grupo, tendo-se alguns disponibilizado prontamente, outros alegando que não tinham disponibilidade e apareceram novos dançadores, cantadores e tocadores. De salientar que, nesta altura, Anabela era a responsável pela área social. Estes responsáveis disseram que "os primeiros passos foram muito difíceis, como já esperavam, onde alguns estão à espera de ver quem aceitou para decidirem e, nestes lugares pequenos onde todos se conhecem, existem elementos que influenciam muito e outros que são muito influenciados. Mas passado esse período inicial [...] as coisas começaram a evoluir naturalmente, a entrar em velocidade de cruzeiro e pode dizer-se que as primeiras épocas logo a seguir à reativação foram muito importantes e de entusiasmo e dedicação de quase todos os elementos do grupo. Naturalmente que existem sempre algumas exceções, uns que saem por isto ou aquilo e outros que abandonam sem justificações aceitáveis, mas isso também faz parte e já estão preparados e habituados" (Anabela Alves, 15 de junho de 2024).

Passados estes anos de interregno de atividade folclórica por mais de uma década e havendo muitos populares que lembravam saudosos os tempos em que o rancho animava o público, terão sido essa ausência, saudade e vontade que serviram para dar alento aos responsáveis e a todos os elementos que passaram a integrar o rancho a partir de 2003. Anabela afirmou ainda que não existem "na coletividade [registos] relativos às primeiras atuações senão opiniões avulsas de elementos que de memória vão dizendo onde foram sem especificar datas. Mas, independentemente de mais ou menos atuações, todos temos a certeza de que depois desta reativação o rancho nunca mais esteve interrompido, excetuando os anos de pandemia. E se nos primeiros anos de atividade tiveram poucas atuações, nas épocas seguintes tiveram sempre perto de uma dezena, por vezes mais e nos melhores anos chegaram às quinze" (Anabela Alves, 15 de junho de 2024).

No rancho desta coletividade existem elementos repartidos por várias funções como, porta-estandartes, tocadores, cantadores e dançadores. Atualmente existe um regulamento interno no qual estão estipulados os deveres e as obrigações dos elementos do grupo. Também existe um mapa de registo de presenças nos ensaios e nas atuações e, ainda, uma lista onde constam os pertences da coletividade que estão sob a responsabilidade de cada elemento, como por exemplo as roupas e os acessórios que receberam e a data em que foram entregues e os instrumentos musicais que detêm.

Este rancho folclórico sempre procurou nas suas atuações e desfiles exibir a variedade, a riqueza e a beleza do traje popular minhoto, procurando garantir a fidelidade às formas tradicionais com seus os trajes de trabalho e domingueiro, passando pelos de festas e romarias até ao traje de noivos. Fazem parte do repertório do grupo os viras e os malhões, a chula e cana verde, a tirana e o corridinho, entre outras músicas. Estas músicas de matriz popular, muito conhecidas nestas aldeias, animam as festas e romarias nos meses de verão. São músicas que as pessoas gostam e sabem dançar, por isso entusiasmam-se e participam, nos "viras gerais", gerando uma sinergia com os elementos do rancho, que procuram no terreiro pares para os acompanharem nestas danças.

O quadro seguinte apresenta algumas atuações realizadas no primeiro ano de reativação do rancho folclórico. Pelo quadro podemos constatar que foram poucos, três apenas, é possível que tinham sido mais, mas não existem registos de outras atuações neste ano.

Tabela 6

ÉPOCA FOLCLÓRICA DO ANO DE 2003				
Tipo de festa	Local	Concelho	Valor	Atuação e tempo
Festa Religiosa	Paradela	Terras de Bouro	000,00€	1,5 horas noite
Festa Religiosa	Rio Caldo	Terras de Bouro	250,00€	1,5 horas de tarde
Festa Religiosa	Gerês	Terras de Bouro	250.00€	1,5 horas de tarde
Total da Receita			500.00€	

Numa análise referente ao quadro da época de 2003 que apresenta apenas três atuações registadas nos documentos do rancho²² referentes à época de 2003. No entanto e segundo o presidente da direção houve seguramente mais, não sabe quantas ao certo, mas atuaram nas festas da coletividade com a Festa de Natal, no São Martinho e em piqueniques que faziam regularmente" (José Dias, 20 de abril de 2024). Para a Associação o Grupo Folclórico é o principal embaixador destas atividades culturais e procura deixar uma imagem positiva que defenda e preserve as tradições ainda presentes nesta localidade. Basta assistir às atuações dos ranchos e observar as indumentárias dos seus elementos, ouvir as suas músicas e ver as suas coreografias para sabermos que estamos perante a representação de uma certa sociedade, de uma determinada época.

Sendo o folclore e toda esta atividade que gravita à volta das tradições locais esta coletividade em estudo e segundo o seu presidente, já pensou em solicitar a inscrição na FPF e passar a fazer parte

²² Documento do rancho relativo à época 2003. Pasta da Associação – Ano 2003.

de uma instituição que congrega outros ranchos e obedece a regras e princípios de defesa e preservação da cultura tradicional. Se fossem um grupo federado teriam outras vantagens e conseguiriam ter uma certificação de qualidade, o que era um fator decisivo para a participação em festivais folclóricos e encontros com outros grupos e com isso compreender e identificar outras formas de dançar, tocar, cantar e trajar de outras localidades e regiões. Outra vantagem seria a possibilidade de candidatura para a obtenção de subsídios e donativos da autarquia e de outros organismos.

Porque o fundamental é que os grupos folclóricos sejam fiéis às tradições e práticas regionais, no entanto, devem também adaptar-se aos dias de hoje, não só quanto ao tipo de músicas e danças que utilizam, mas também em relação ao público cujos hábitos culturais já não se adequam aos costumes tradicionais de assistir a dez danças de roda durante uma apresentação de vinte minutos. A cultura não é um processo estático, muito pelo contrário, é dinâmico e em constante renovação, sendo assim pouco sensato classificar, atualmente, as tradições como verdadeiras ou falsas.

Nesse sentido os grupos folclóricos devem também tentar aproximar-se do público de hoje, estudando os seus hábitos para que possam criar um espetáculo dinâmico e ainda assim fiel aos seus valores. É com este propósito que o rancho de Paradela aparece no contexto de apresentar músicas e danças que consigam atrair e motivar o público sem se desviar do principal objetivo e das marcas identitárias da região. Mas também sabemos que durante um espetáculo temos de agradar ao público e por isso é fundamental introduzir músicas e danças que dentro do folclore tradicional encontrem populações que se identifiquem com elas. Como diz a ensaiadora, "não devemos estar demasiado presos ao passado caso contrário dentro em pouco não temos ninguém a dançar, porque as raparigas hoje pintam as unhas, colocam gel, fazem tatuagens e não querer aceitar isto com uma certa naturalidade é mandá-las embora, por isso o que ela pede é que tapem o mais possível durante as atuações" (Anabela Alves, 12 de maio de 2024).

O quadro seguinte apresenta dados da época folclórica de 2009. Podemos observar que das 11 atuações, 8 foram realizadas em Terras de Bouro, 2 em Braga e 1 em Bragança. Outro dado que podemos retirar deste quadro é que os honorários eram muito diversificados, pois temos 4 atuações com o valor de 600 euros, duas com o valor de 500 euros, outras duas por 250 euros, uma de 225 euros, uma gratuita no lugar de Paradela e uma permuta. As atuações duram entre uma hora e meia e duas horas.

Tabela 7

ÉPOCA FOLCLÓRICA DO ANO DE 2009				
Tipo de festa	Local	Concelho	Valor	Atuação e tempo
Festa Religiosa	Fraião	Braga	600,00€	2,0 horas de tarde
Arruada S. João	Braga	Braga	225,00€	1,5 horas de tarde
Festa Religiosa	Covas	Terras de Bouro	250,00€	1,5 horas de tarde
Subida Vezeira	Gerês	Terras de Bouro	250.00€	1,5 horas de tarde
Festa Religiosa	Rio Caldo	Terras de Bouro	500,00€	2,0 horas à noite
Festa Religiosa	Rio Caldo	Terras de Bouro	500.00€	1,5 horas de tarde
Festa Religiosa	Bragança	Bragança	600,00€	2,0 horas de tarde
Arraial de Verão	Gerês	Terras de Bouro	600,00€	5 músicas - noite
Arraial de Verão	Gerês	Terras de Bouro	600,00€	1,5 horas de noite
Festa Religiosa	Paradela	Terras de Bouro	000,00€	Festa no lugar
Festa Religiosa	Assento	Terras de Bouro	000,00€	Permuta
Total da Receita			4125.00€	

Relativamente ao quadro da época de 2009 e se compararmos com o anterior podemos concluir que houve um aumento considerável em termos de atuações em meia dúzia de anos. Foram onze das quais oito no concelho de Terras de Bouro, duas em Braga e uma em Bragança. E segundo o responsável pela música "nos anos anteriores e nos seguintes os números foram semelhantes situando-se à volta de uma dúzia de atuações. E também, com os recursos que têm não podem ir mais longe, porque normalmente os pedidos são para os meses de verão e existem férias dos elementos e doze atuações ocupam praticamente três meses com os fins de semana todos preenchidos" (Eurico Fernandes da Silva, 12 de maio de 2024).

Estes dados referentes ano de 2009, mostram que o Rancho participou na sua maioria em festividades religiosas e muito circunscritas ao concelho de Terras de Bouro. De salientar que neste período tiveram sete atuações em festividades religiosas e quatro foram em festas de natureza popular, como a participação no São João de Braga, que embora seja uma festividade religiosa, a "noitada" tem uma vertente pagã; as três participações na vila do Gerês, duas foram de animação de verão para apresentação aos turistas que visitam o local nesta época e a outra realizada, na primeira quinzena de maio, insere-se na animação de uma prática antiga denominada "Subida da Vezeira", que consiste em assinalar a data de levar o gado bovino para a serra, onde fica guardado por um pastor durante os meses de verão até ao fim de setembro.

Em forma de balanço podemos concluir que em 2009, o rancho já tinha seis anos desde a sua reativação e estava com alguma pujança e nesse ano teve uma saída para São Tiago de Fraião, uma

freguesia da cidade de Braga, em que a comissão de festas pagou ao rancho a quantia de 600 euros, uma quantia um pouco mais elevada devido à distância. Neste ano, o rancho também beneficiou de um protocolo com o município em que, para participar na "Animação Termal" no Gerês, a câmara pagou 600 euros por cada uma das duas atuações.

Como em quase todos os cantos de Portugal existem histórias e lendas que fazem da rica tradição cultural do nosso país. Fazem parte do imaginário coletivo e individual e desempenham um papel significativo na preservação das tradições populares. As lendas e tradições são aquele tipo de tesouros coletivos que, guardadas e reproduzidas de geração em geração, se misturam, fundem e desenvolvem em sentidos muito diversos, alusivos a uma vida que, presa a âncoras religiosas, místicas ou mágicas, por vezes foi encontrando nestes temas razões para as dúvidas e incertezas que os mistérios do universo apresentavam.

Por isso, nesta tese procuramos apresentar algumas narrativas que as gerações mais antigas relatavam e garantiram que também as ouviram das gerações anteriores à sua. Através da audição destes populares e também da pesquisa sistemática conseguimos encontrar paralelo em muitas das histórias locais.

Por mostrar ficam muitas outras, incluindo as canções que também fizeram parte da recolha e que, oportunamente, constituirão objeto de disseminação. Vamos procurar, ao longo deste trabalho, construir algumas ideias que permitam encontrar o sentido dos processos sociais do passado, coisas complexas e simples que alimentaram e alimentam mundos de vida que durante séculos estiveram na preocupação dos povos, como por exemplo o mistério do nascimento e da morte, da fertilidade e da sexualidade, da ligação entre a doença e a religião, dos medos e das premonições, da abundância e da fome, das relações sociais, dos desvios comportamentais do quotidiano, enfim do que podemos todos a encarar como uma breve viagem do presente ao passado com as preocupações fixadas no futuro.

A coletividade que estudamos sempre teve como um dos seus objetivos principais defender, preservar e divulgar as tradições locais. Logo no ano a seguir à sua fundação reuniu alguns dos tocadores, dançadores e cantadores da freguesia e incluiu no departamento cultural um grupo de música popular que passou a designar por rancho. Com o objetivo de continuar a preservar o folclore do lugar de Paradela, aproveitou elementos que tinham pertencido ao anterior rancho. Porque no lugar de Paradela já tinha existido um grupo folclórico, mas que nunca conseguiu grande visibilidade nem tinha estrutura diretiva e logística que permitisse avançar com um projeto de folclore. Nessa

conformidade, a coletividade lançou mãos à obra e empenhou-se na revitalização do folclore e para isso constitui o rancho que apetrechou com roupas, instrumentos e acessórios.

Quando falamos de tradições, lembramo-nos folclore e dos ranchos que, como grupos procuram perpetuar as tradições antigas das rusgas e dos grupos de música popular, dos gigantones e cabeçudos, das bandas de música, dos cantadores ao desafio e das desgarradas muito típicas na região. Os cantadores ao desafio, ou improvisadores como também são conhecidos nestes lugares e que vão aparecendo nas festas e romarias, entram nas cantorias desafiando homens e mulheres que também cantam nestes moldes.

O Folclore em Portugal ganha um novo impulso com a fundação da Federação do Folclore Português (FPF) no ano de 1977, durante o Primeiro Congresso Nacional de Folclore, no qual Augusto Santos foi eleito presidente, segundo a ata nº 1 de 28 de maio de 1977. O folclore durante o Estado Novo tinha um papel de afirmação e alinhamento com a política do governo e do Estado e organizações estatais como o Secretariado de Propaganda Nacional e a Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho eram fundamentais nessa estratégia.

Como já foi referido, o fim do Estado Novo levou ao desenvolvimento de novas realidades e permitiu a uma sociedade mais liberta e preocupada com os problemas sociais, coletivos, culturais e procura levantar novas coletividades direcionadas para defender e preservar a cultura e as tradições. O aparecimento da FPF surge, em certo sentido, para fiscalizar os grupos folclóricos, promovendo uma associação de instituições culturais com o objetivo de estudar, divulgar e salvaguardar todos os elementos constituintes da cultura tradicional e popular portuguesa.

Mesmo assim a atividade realizada pela FFP, tanto é contestada pelos grupos federados como não federados, queixando-se ainda da falta de apoio técnico e monetário. Atualmente, para a contratação de grupos por parte de festas e festivais, ser federado já não é um fator relevante, pois tanto uns como outros, na sua grande maioria pouco cumprem as normas da Federação e, muitas vezes, as tradições locais.

Esta opinião é partilhada pela ensaiadora Anabela Alves, que nos confidenciou que, em tempos, reuniu com responsáveis da FPF e "que percebeu que haveria clara vantagem em fazer parte da federação", porém, do que ouviu, "a federação é bastante exigentes com a indumentária e não permite que as raparigas dancem com elásticos nos socos, com unhas de gel, tatuagens em locais visíveis, *piercings* e outros adereços porque devem estar o mais parecido possível com o que se julga ser a originalidade" (Anabela Alves, 12 de maio de 2024).

Segundo o departamento cultural da Associação, é através do rancho folclórico que se procuram divulgar as tradições e a cultura popular rural. Ao longo das últimas décadas, têm levado através dos muitos espetáculos públicos que protagonizam um pouco das tradições do lugar, da freguesia e do concelho. Segundo a responsável pela área cultural a coletividade, a Associação tem-se esforçado por fazer uma recolha das letras, das músicas e das cantigas, entre outros utensílios agrícolas que possam ampliar o espólio do grupo etnográfico. Ao longo dos tempos têm procurado incluir no rancho folclórico também algumas peças de vestuário que foram encontradas pela direção e pelo departamento cultural ou oferecidas por pessoas de idade mais avançada de várias freguesias do concelho, com objetivo de serem incorporadas no rol da coletividade. Algumas peças, nomeadamente lenços dos namorados, lenços de pedida, toalhas de águas mãos, calças de homem e coletes de mulher, foram mesmo replicadas.

Os anos foram passando e o folclore esteve sempre presente em alguns momentos de animação, como por exemplo nas festas de Natal, nas janeiras, nos piqueniques ou nos passeios de convívio. Como a vontade de continuar esteve sempre presente no espírito daquela gente, em setembro de 2003, começaram a ser dados passos para a reativação do Rancho Folclórico. Com Eurico Fernandes da Silva na música e Anabela Alves nas danças, deram-se os primeiros passos. Agarrando-se a um conjunto de elementos mais antigos, interessados em passar o conhecimento aos mais novos, foram dando forma ao reinício do atual Rancho Folclórico da Associação Sociocultural e Desportiva de Valdosende. Alguns dos mais novos eram familiares diretos dos antigos elementos, como filhos, sobrinhos e primos que estavam muito empenhados em aprender e dar continuidade a esta tradição.

O quadro seguinte apresenta dados da época folclórica de 2022. Neste quadro podemos observar que das 13 atuações, 8 foram realizadas em Terras de Bouro, 2 em Vila Verde, Braga 2 em Amares e 1 em Alfândega da Fé no distrito de Bragança. O Rancho continua a atuar maioritariamente em Terras de Bouro, nos concelhos vizinhos de Vila Verde e Amares e teve apenas uma saída do distrito para ir atuar a Alfândega da Fé. Relativamente aos valores apresentados na época de 2009, os valores cobrados baixaram consideravelmente, pois estamos a falar de, com exceção da atuação em Alfândega de Fé que foram 600 euros, as outras atuações no máximo tiveram um valor de 400 euros, com duas apenas de 300 euros, a subida da vezeira e da abadia. As outras duas, são participações em Festivais e normalmente estas são permutas. As atuações duram entre uma hora e meia e duas horas.

Tabela 8

ÉPOCA FOLCLÓRICA DO ANO DE 2022				
Data	Tipo de festa	Local	Valor	Atuação e tempo
20 de março	Festa Religiosa	Vila Verde	400,00€	2,0 horas de Tarde
15 de maio	Subida da Vezeira	Terras de Bouro	300,00€	1,5 horas de Tarde
10 de julho	Festa Religiosa	Vila Verde	400,00€	1,5 horas de Tarde
15 de junho	Festival Folclórico	Terras de Bouro	0.00€	5 músicas à noite
31 de julho	Festa Religiosa	Terras de Bouro	400,00€	1,5 horas de Tarde
05 de agosto	Festival Folclórico	Terras de Bouro	0.00€	6 músicas à noite
06 de agosto	Festival Folclórico	Terras de Bouro	0.00€	5 músicas à noite
11 de agosto	Senhora da Abadia	Amares	300,00€	1,5 horas de Tarde
14 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	400.00€	2,0 horas de Tarde
20 de agosto	Festa Religiosa	Alfandega da Fé	600,00€	1,5 horas de Tarde
27 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	400.00€	1,5 horas de Noite
28 de agosto	Festa Religiosa	Amares	400.00€	1,5 horas de Noite
09 de outubro	Festa Religiosa	Terras de Bouro	400.00€	1,5 horas de Noite
Total da Receita			4000.00€	

Com os dados desta tabela podemos concluir que, no ano de 2022, foram realizadas treze atuações divididas pelos concelhos de Terras de Bouro (oito), em Amares (2), em Vila Verde (2) e em Sambade (1), concelho de Alfandega da Fé no distrito de Vila Real. Ainda de acordo com a tabela, podemos concluir que as atuações aconteceram preferencialmente durante a tarde ou à noite e que duraram entre uma hora e meia a duas horas, com exceção das participações em festivais, em que as músicas tocadas e dançadas não excedem as seis, traduzindo-se num menor tempo de atuação.

Como acontece todos os anos, mais ou menos por setembro ou outubro, o Rancho realiza um encontro de convívio e confraternização para encerrar a temporada folclórica. É por esta altura que fazem o balanço do ano em curso e falam sobre como correu a época. Já fizeram passeios para o Alto Douro vinhateiro, para o Alto Minho, para a capital e para Santiago de Compostela, entre muitos outros sítios. Deste modo, procuram variar e diversificar para tentar agradar a todos. Segundo a ata elaborada e arquivada como documento de referência aos pontos mais importantes da reunião, o encontro de 2023 teve lugar junto às piscinas de Paradela, local conhecido por todos. A responsável pela área cultural disse-nos que "a escolha do dia e do local para o passeio nem sempre é consensual e, também por isso, o encerramento oficial da época de 2023 foi um jantar convívio para todos os elementos do rancho folclórico nas piscinas de Paradela, no dia 30 de setembro, pelas 19h30m".

Segundo a informação obtida a partir da referida ata, estiveram presentes 32 elementos e faltaram 8. O encontro, para além de ter como objetivo proporcionar um convívio onde os elementos

possam estar sem o compromisso de terem de atuar, pressionados pelo tempo e com receio de se enganarem, serve também para observações e reflexões sobre a época finda e refletir sobre como todos e cada um podem melhorar no futuro. Este convívio/jantar pretende fornecer aos elementos do Rancho Folclórico comentários que possibilitem a melhoria do grupo, observações do que consideram que não correu bem e sugestões para melhorar o desempenho por forma a entregar um produto de melhor qualidade a quem os vê e escuta.

Neste convívio em particular, para além das considerações habituais, destacaram-se os agradecimentos dos responsáveis, como foi o caso da responsável pela área cultural, que teceu rasgados elogios aos elementos do grupo que, em momentos difíceis, não vacilaram e se uns tiveram mais empenhados do que outros, como acontece todos os anos, no geral todos contribuíram para a boa época que, oficialmente, encerrava naquele dia. E dizia oficialmente porque normalmente são convidados para participar em novembro na Festa de S. Martinho em Terras de Bouro e, algumas vezes, na festa das colheitas em outubro no lugar do Assento desta freguesia, o que não foi o caso no ano em apreço. Outro momento importante deste jantar foi a entrega dos envelopes aos elementos do grupo com a quantia a que cada um tinha direito em função das presenças que teve nos ensaios e atuações. Devemos salientar, porém, que nem todos concordaram com a entrega deste prémio e que alguns fizeram mesmo questão de o tornar público, como foi o caso de Luís Eurico Silva, que referiu que tinha mais sentido pegar no dinheiro e fazer passeios e convívios para fomentar a união do grupo, que no seu entender apresenta uma divisão muito grande. Relativamente a esta questão, Cristina Barbosa referiu que a direção tinha decidido atribuir a gratificação por atuação e ensaio por ser mais justo e objetivo, porque já aconteceu no passado que os mais assíduos não tiveram disponibilidade para os passeios e que, por outro lado, alguns que, não tendo estado em muitas atuações e ensaios, tinham mais disponibilidade para participar nos passeios. Ainda sobre este tema, Manuela Sousa disse que agora "quem quisesse os tais passeios e convívios podia ir e pagava com a compensação que tinha recebido e, portanto, também não devia haver problema nesse sentido" (Ata do Rancho, pág. 5).

Também foi perguntado a todos os elementos presentes se alguém pretendia abandonar o grupo ou se estaria indisponível para a próxima época. Dos presentes, todos mostraram interesse em continuar no Rancho. Cristina começou por dizer que "foi convidada para integrar a coordenação do rancho, para ajudar a Bela e o Eurico que vinham manifestando cansaço e não conseguiam motivar o grupo" e que "aceitou o convite de bom grado e procurou desempenhá-lo com sentido de compromisso e responsabilidade. No entanto e sobretudo na última época ficou com muitas responsabilidades a seu

cargo, que lhe provocaram um elevado nível de stress e não ter conseguido passar a mensagem positiva que a direção pretendia" (Cristina Barbosa, 30 de setembro de 2023).

Ficou demonstrado neste convívio, que também serviu de reunião, que os três elementos que desempenham a coordenação do rancho nem sempre estiveram sintonizados e que, por vezes, existiram algumas divergências entre eles e outras falhas em termos comunicação. Este ponto foi tocado e todos assumiram que a comunicação entre eles nem sempre funciona bem e que pode impactar o relacionamento com o grupo.

Cristina também informou que, na reunião de direção, este tema da falta ou insuficiente comunicação entre os membros coordenadores foi analisado e debatido sendo que esse problema não ajuda na motivação do grupo e pode até servir para desmotivar ainda mais um grupo já de si pouco motivado. Por tudo isto seria importante que melhorasse a comunicação entre eles e, na sua opinião, deviam dividir as tarefas de modo que cada um assumisse a responsabilidade do que lhe competia, podendo solicitar ajuda caso dela necessitasse. Por fim, a dirigente da coletividade afirmou que, por ela, continuava com as seguintes tarefas: "preparação dos lanches, receber os contactos dos responsáveis das festas que pretendam atuações, gerir o grupo no WhatsApp, marcar as presenças nos ensaios e atuações, entrar em contacto com o presidente da direção para definir se há autocarro caso a distância e número de pessoas o justifique". E deste modo deu o mote para que os outros responsáveis assumissem as outras tarefas, como, por exemplo, contactar com o pessoal da tocata que, na sua opinião fazia, sentido ficar sob a supervisão de Eurico que, como coordena os músicos, podia também assumir a responsabilidade de verificar se todos os instrumentos seguem para as atuações e regressam e ficam acomodados nas instalações da coletividade. Por fim, Anabela ficaria com a responsabilidade de continuar a ensaiar e seleccionar as danças e os respetivos pares e também confirmar as presenças, até para gerir as danças nas atuações. Eurico da Silva disse que, "de certa maneira, já vinha fazendo isso, mas que cada um podia e devia ser responsável pelo instrumento que toca, pelo menos vir buscar e levar para o autocarro e se fizessem isso já seria mais fácil". Relativamente às suas tarefas, Anabela Alves disse "que ia tentar preparar melhor as atuações e, na medida do possível, informar antecipadamente quem vai dançar e quais as danças em cada atuação "porque essa também foi uma preocupação referida por alguns elementos neste jantar nomeadamente verbalizado por Ana Filipa Silva, elemento do rancho.

Tomou a palavra novamente Cristina que disse que, "enquanto elemento responsável pela área cultural da coletividade, agradeceu em nome da direção o esforço e empenho que cada um tem dado ao rancho folclórico" (Cristina Barbosa, 30 de setembro de 2023). Informou ainda que, "este ano, a

direção da Associação, por forma a valorizar o nosso trabalho, para além do que já usufruíamos em anos anteriores, como a isenção de pagamento de quotas a todos os elementos com idade superior a 18 anos, decidiu também que todos os elementos tivessem acesso gratuito às piscinas durante a época balnear do corrente ano e, agora, também a atribuição de um prémio monetário a cada um de nós". Esta ideia já tinha sido lançada no ano anterior e não foi avante pois alguns preferiram um passeio no final da época. No entanto, o que se verificou foi que esse passeio foi pouco participado, uma vez que a data marcada impossibilitou a ida de muita gente. Não é fácil a marcação de um dia em que toda a gente possa estar presente.

Deste modo, a direção achou que a forma mais justa de premiar os elementos do rancho era atribuir um valor monetário, que, neste caso, foi de 5 euros por cada participação quer nos ensaios, quer nas atuações. Assim, cada um receberá em função das participações. A direção acha que o valor é muito pouco, para o trabalho desenvolvido e esforço que fazemos, mas é dado com todo o gosto. Também comunicou que "todo o dinheiro que foi ganho nas diversas atuações foi gasto com o rancho e com a realização deste jantar, a associação ainda teve de suportar custos pra além das receitas obtidas com as atuações". Salientou ainda que a "Associação tem um papel muito importante na nossa comunidade, quer a nível cultural, social ou desportiva. E que é graças a vocês que se consegue manter vivas as nossas tradições e por isso somos responsáveis por transmiti-las às futuras gerações. Sabemos que nem sempre é fácil conciliar compromissos pessoais e profissionais com as nossas atividades no Rancho, mas o que fazemos aqui é verdadeiramente especial" (José Dias, 30 de setembro de 2023).

Neste convívio cada um podia invocar o que achou que correu bem, menos bem e até mal, o que podiam fazer diferente, dar ideias, encontrar soluções para os problemas que existem. Cristina Barbosa afirmou que "o sucesso e a vitalidade do nosso Rancho não seriam possíveis sem o esforço incansável, a dedicação e o amor que cada um de nós tem demonstrado ao longo do tempo". Referiu ainda "que uns colaboraram mais que outros, é verdade que muitas vezes isso significou sacrificar o tempo longe das nossas famílias e outras responsabilidades pessoais e profissionais" (Cristina Barbosa, 30 de setembro de 2023).

Neste sentido, a responsável pela área começou, desde muito pequena, a frequentar a coletividade com a irmã mais velha e, como tal, sempre manteve uma forte ligação ao rancho e à música popular portuguesa, tendo também pertencido ao grupo musical da Associação durante a década de 90. Podemos ainda confirmar que, no que depender dela, tudo será feito para que o rancho e os seus elementos possam ter as condições mínimas e indispensáveis para continuarem a defender

e a praticar as tradições. Neste encontro, ficou mais uma vez demonstrado que são os mais antigos que continuam a impulsionar o grupo. Os mais novos, ou porque estão mais virados para outras diversões ou porque ainda não sentiram verdadeiramente o folclore, continuam intermitentes, faltam a muitos ensaios e alguns chegam mesmo a desistir.

Este parece ser um dos maiores problemas do rancho – senão o maior – e, consequentemente, da coletividade. Pois sendo este a joia da coroa e arrastando ainda muitos adeptos aos arraiais e às romarias, a falta de elementos nos ensaios é grave, mas pior ainda é quando faltam às atuações onde o nome do Rancho e da Associação é posto em causa e a diminuição da qualidade afeta o grupo, pois as comissões de festas pagam para ver o rancho e os espetadores ficam defraudados. Deste modo, ficam confirmados alguns dos problemas que geram preocupação e stress como dizia anteriormente a responsável pela área cultural, que superintende o Rancho.

Porque se para muitos o Rancho continua a fazer parte de uma importante atividade cultural da Associação e com eles podem sempre contar porque nunca vacilam ao longo dos anos e são conhecidos como os da "velha guarda", os que fazem grandes esforços e sacrifícios para estarem sempre presentes nos ensaios e atuações; para outros, geralmente mais novos, são muito menos os que estão sempre comprometidos com o folclore. Mas o rancho precisa de todos, de crianças, jovens, adultos idosos, de homens e mulheres, por vezes todos são poucos para satisfazer as necessidades do grupo.

A Associação tem a clara noção e partilha a mesma preocupação que os responsáveis pelo rancho. Também foi dito pelo presidente da direção que a autarquia está muito empenhada em ajudar a manter ativo o grupo folclórico e todos os anos subsidia a coletividade com verbas específicas para a cultura e também diretamente para o Rancho. Ainda segundo o responsável máximo da associação, o presidente do município está apostado em apoiar uma escola de folclore para conseguir formar elementos que possam assegurar o futuro do folclore nestas localidades. Garantiu ainda que, enquanto estiver à frente da autarquia, vai apoiar os ranchos e grupos de música popular por fazerem parte da tradição e memória do povo de Terras de Bouro (José Dias, Presidente da Associação).

Segundo os elementos mais antigos, como é o caso de Manuela Sousa, 58 anos, que chegou a acompanhar o primeiro rancho da Associação e que referiu que "antigamente como o rancho era novidade apareciam muitos e quando não dançavam ficavam chateados e se não fossem escolhidos para as atuações então é que ficavam muito zangados. Atualmente, como ninguém fica de fora porque todos fazem falta e são chamados a participar, alguns preferem ficar noutros lugares e noutras diversões" (Manuela Sousa, 30 de setembro de 2023).

Os elementos da coordenação do Rancho foram abordando algumas das atuações da época passada, tendo Eurico acabado por dizer "que está sozinho na concertina, que continuam a ter muitas atuações em agosto, um mês de férias, aos sábados e domingos durante a tarde para acompanhar as procissões e normalmente nesta altura os dias muito quentes e que se calhar devíamos pensar em optar nestes períodos por atuar mais para à tardinha ou pelo menos colocar essa questão às comissões de festas, que aceitariam facilmente esta sugestão". Também foram referidas algumas situações que aconteceram na época anterior, em relação às quais Cristina Barbosa voltou a dizer que nas reuniões de direção está a ser constantemente abordada a situação do autocarro e que "a direção disponibiliza o autocarro para todas as atuações e tem de encontrar motorista e os elementos do Rancho perto da hora de saída começam a informar que vão em carro próprio, de boleia e que o autocarro chega a deslocar-se com poucos elementos, por vezes 7 ou 8 elementos". Esta situação não tem sido nada fácil de resolver e também não pode obrigar as pessoas a irem de autocarro. Por outro lado, o autocarro é sempre necessário por causa do transporte dos instrumentos, dos acessórios, das bandeiras, dos porta-estandartes, das águas e dos lanches. Mas, como disse Cristina Barbosa, "a deslocação no autocarro servia para melhorar o espírito de grupo, concertar posições e opiniões, para a ensaiadora divulgar quais as danças e músicas a tocar, quais os pares que iriam dançar", colmatando uma situação a que Ana Filipa Silva, de 20 anos, estudante em Fafe e filha de Manuela Sousa, se referiu e em que considerava que "os elementos deviam saber antecipadamente qual a sequência das danças e os pares que iam dançar". Anabela acabou por responder que, "por vezes, nem sabe quem vai dançar, que em cima da hora de partida aparecem elementos a dizer que não podem ir e que, nestas circunstâncias, se torna muito difícil preparar os pares". Ainda assim, comprometeu-se, caso os elementos respondam antecipadamente sobre a disponibilidade, a fazer o esforço por encontrar uma solução que vá ao encontro dessas vontades.

Cristina referiu ainda que "tiveram alguns contratempos e algumas confusões com algumas atuações, como, por exemplo, estarem em cartazes sem que ninguém tivesse falado com ela, isto aconteceu por duas vezes" e confessou que numa das situações o senhor até foi deselegante e ela compreendia a preocupação da Comissão de Festas que tinha o nome do Rancho no cartaz e eles não iriam aparecer porque já estavam comprometidos com outra Comissão de Festas, que, essa sim, tinha falado com ela. Depois vieram a saber que o responsável da comissão de festas tinha falado com o presidente da direção e que este se esqueceu de informar a responsável da área cultural. Estas tipo de situações não abona nem dignifica o Rancho, "pedindo desculpa a todos os elementos do Rancho, em particular à Anabela e ao Eurico, por estas e outras situações menos bem conseguidas, que não

deviam ter acontecido e que da sua parte fez tudo o que foi possível e por vezes parece que não chegou". Salientou ainda que "mesmo com todas estas dificuldades e obstáculos que foram aparecendo e sendo ultrapassados com elevado grau de satisfação por parte de quem os presenciou" e disse "que tem muito orgulho em pertencer a este grupo, pois é muito bom ouvir das pessoas que o rancho tem muitos jovens que dançam bem e que interagem muito com o público".

A ensaiadora, Anabela, garantiu "que sente muito orgulho em pertencer ao Rancho e que anda lá desde muito nova, praticamente desde o início, teria treze anos, e das coisas que mais recorda dos tempos da juventude é das saídas do Rancho e que, por isso, conseguiu convencer as filhas, Mariana e Diana, e também o marido, Guilherme, a pertencerem ao grupo. No entanto, quer a filha mais velha Mariana quer o marido já saíram do Rancho. Isto aconteceu com muitos outros elementos que começaram no Rancho em 2003, para não falar dos que já saíram desde o ano de 1983. Estamos perante uma realidade que temos de compreender e enfrentar". Com este desabafo conseguimos compreender muitas das dificuldades que os responsáveis encontram para manter o grupo em atividade e reproduzimos novamente um excerto do discurso da responsável pela área cultural que continuou a agradecer a todos os elementos "o esforço, o empenho, a disponibilidade e a dedicação que cada elemento tem dado ao rancho folclórico".

Foi ainda comunicado neste jantar por Cristina Barbosa que "todo o dinheiro que foi ganho nas diversas atuações foi gasto em apoios para o rancho, com aquisição dos lanches e jantares como o caso deste, na compra de roupas, calçado e acessórios, no abastecimento de combustível e gratificações aos motoristas". E continuou dizendo que a "Associação tem um papel muito importante na nossa comunidade, quer ao nível cultural, social e desportivo. E que é graças a todos que se conseguem manter vivas as tradições e por isso somos responsáveis por transmiti-las às futuras gerações. Sabemos que nem sempre é fácil conciliar compromissos pessoais e profissionais com as nossas atividades no Rancho, mas o que fazemos aqui é verdadeiramente especial" (Cristina Barbosa, 30 de setembro de 2023).

A responsável pela área cultural da coletividade continuou a louvar e enaltecer os elementos do Rancho, denotando algum receio em ferir suscetibilidades, pois parece que existem elementos muito sensíveis a observações que possam parecer críticas e deste modo afetar o grupo. Por isso, durante todo o discurso a responsável assumiu toda a responsabilidade em conjunto com Anabela Alves e Eurico Fernandes. Um dos momentos altos neste convívio foi quando disse que "vocês são o coração e a alma do nosso Rancho e sem a vossa presença a associação não seria a mesma". E continuou a solicitar a máxima colaboração quando pediu aos elementos para "continuarem a dançar, a cantar e a

celebrar a nossa cultura com a mesma paixão que sempre demonstraram". Também disse que o Rancho tinha um futuro brilhante graças a todos e por ser composto por muitos jovens. Por favor, "saibam que a direção da associação tem respeito e gratidão por todos os membros do Rancho Folclórico. Por isso, em meu nome pessoal e em nome da Direção, muito obrigada. Por tudo o que fazem pela cultura da nossa terra a Associação agradece" (Cristina Barbosa, 30 de setembro de 2023).

De seguida tomou a palavra a responsável pelas coreografias e ensaios do Rancho, Anabela Alves, que referiu gostar "muito de todos os que fazem parte do grupo, incluindo os que já fizeram parte e tiveram de sair por qualquer motivo. Que já decorreram 20 anos desde que assumiu as funções no Rancho Folclórico e que foi com muita aprendizagem e investimento no conhecimento desta área que conseguiu ensinar as coreografias, pois quando começou pouco ou nada sabia sobre folclore apenas dançar como lhe tinham ensinado". Continuou dizendo que "neste momento o estado de desgaste é muito grande e sente-se sem motivação para continuar". E continuou dizendo que "desde que a Cristina aceitou integrar a coordenação do Rancho foi uma grande ajuda porque gosta do folclore e porque serve de ligação entre a direção e a coordenação do Rancho, pois passou assumir algumas das incumbências que anteriormente lhe pertenciam". Mas mesmo assim continua desanimada e sem forças para continuar elencando algumas das situações que mais a marcaram nos últimos 20 anos, nomeadamente a falta de respeito e consideração de alguns elementos do grupo:

"sinto-me sem ânimo e desrespeitada pelo grupo, nomeadamente nas orientações que dou repetidamente e não são cumpridas, a falta de cumprimento de regras básicas como o atraso nos ensaios e atuações, as faltas aos ensaios e atuações, sem qualquer justificação. Atualmente é um sacrifício ir para um ensaio, não sabemos quem vai aparecer, será que vamos ter pessoas suficientes para fazer ensaio. Como devem compreender já saio de casa angustiada com receio do que pode acontecer. Na época passada e na tentativa de dinamizar e combater o desinteresse e falta de participação foram implementadas alterações de algumas danças e foram criadas mais três danças, esperando que fosse um fator motivador. Após várias tentativas de implementação, ainda não estão preparadas para apresentar, não pelo grau de dificuldade, mas por não conseguir ensaiar com todo o grupo". (Anabela Alves, 30 de setembro de 2023).

Afirmou ainda que já tinha comunicado à direção que não pretendia continuar com as responsabilidades que tinha assumido nas últimas décadas, garantindo, porém, "que estava disponível para ajudar e como era evidente, a sua saída não seria repentina, mas sim gradual e continuava com disponibilidade para ensinar e transmitir conhecimentos a quem viesse assumir as suas funções" (Anabela Alves, 30 de setembro de 2023).

Foi também neste convívio que a coordenação do rancho colocou o lugar à disposição, por acharem que não estavam a conseguir motivar o grupo e que já se sentiam muito cansados e questionaram o grupo se havia alguém com vontade de os substituir. Anabela Alves, Eurico Fernandes da Silva e Cristina Barbosa disseram que continuavam no rancho como elementos, mas que gostavam que alguém viesse assumir a responsabilidade de coordenar o grupo e que até seria vantajoso que fossem substituídos por elementos de dentro do Rancho e no futuro outros poderiam voltar e revezarem-se entre eles.

Eurico Silva questionou ainda os presentes do seguinte modo: "se ninguém quiser assumir deixamos cair o Grupo? ". Surgiram respostas de que "não, isso não" por parte da maioria dos presentes. Ernesto Martins prontificou-se a ajudar Anabela nos ensaios, Alexandra Araújo disse que o mal não estava na coordenação do Rancho, que os responsáveis estavam a desempenhar muito bem essas funções e que:

"tinha consciência que muitas vezes nos ensaios, quando a Bela estava a falar ninguém a ouvia, que todos ficavam a conversar uns com uns outros e que andamos todos muito melindrosos, e por vezes somos indelicados uns com os outros. Também sugeriu que cada um fizesse uma análise de consciência, de que quando estamos num ensaio ou atuação, na forma como nos comportamos ou falamos. Que temos todos de ter mais respeito uns pelos outros e que quando estivermos nos ensaios devemos cumprir com os nossos compromissos". (Eurico Fernandes da Silva, 30 de setembro de 2023).

Margarida Martins, outro elemento do rancho, questionou "porque não se colocam sempre no grupo de WhatsApp as perguntas ou sondagens, quando se quer saber se há disponibilidade ou não dos elementos para as atuações. Só se coloca para algumas e para outras não, e isso é um dos motivos pelo qual ela nunca responde". Anabela e Cristina disseram que por vezes não se coloca porque as informações são decididas nos ensaios, mas ficou acordado que a partir de agora se colocaria sempre.

Numa análise mais distante, facilmente conseguimos perceber a dificuldade dos responsáveis da coordenação em manter o rancho em atividade. Num grupo onde os elementos praticamente não recebem incentivos para ficarem comprometidos para atuarem aos sábados, domingos e feriados, as pessoas preferem não assumir responsabilidades. Ficamos com a sensação de que são os mais velhos que asseguram o compromisso e continuam a promover o folclore porque estão no grupo desde muito novos e querem manter viva a tradição. Também ficámos a saber pelos responsáveis do rancho que o presidente do município de Terras de Bouro está muito preocupado com as dificuldades sentidas pela Associação em manter ativo o rancho, pois já se perderam outros no concelho e que, no que depender

da autarquia, os grupos folclóricos receberão o apoio necessário para continuarem a praticar esta tradição.

Quando ouvimos os elementos que estiveram no primeiro Rancho, como Eurico Silva e José Dias, conseguimos perceber muitas das dificuldades que foram sentidas nos primeiros anos de afirmação do folclore nesta localidade. Os tempos eram outros e as dificuldades também eram outras. O poder económico das famílias também era diminuto e os instrumentos musicais eram dos tocadores, os trajes também eram comprados pelas pessoas que dançavam e nem todas tinham possibilidades para isso. Por outro lado, havia famílias que tinham várias pessoas no grupo e isso aumentava o orçamento familiar. Contudo, também a apresentação de boas roupas e bons acessórios dava uma imagem de poder e estatuto e, por isso, alguns não se importavam de comprar os trajes e acessórios.

Outro dos períodos conturbados que afetou o rancho foi o êxodo rural que começou a notar-se nesta freguesia, e particularmente neste lugar de Paradela, a partir de meados da década de 80, com a saída de muitos habitantes para a cidade de Braga. Os trabalhadores da HICA começaram a deslocar-se para a cidade porque a empresa passou a garantir o transporte, primeiro em autocarro próprio com motorista da empresa, desta forma, as esposas destes trabalhadores podiam acompanhar os filhos que estavam a estudar em Braga.

Todas estas vicissitudes contribuíram para uma mudança na estrutura comunitária de Valdosende. Se em meados do século passado apareceram homens e mulheres de várias localidades que provocaram um aumento da população e que enriqueceram e pluralizaram a cultura, agora tudo acontecia em sentido contrário. A população que tinha nascido nesta terra começou a abandonar, em alguns casos definitivamente, a terra onde tinha passado a infância e adolescência, por motivos escolares, laborais, de condições de vida ou outras situações. Estas saídas foram também muito sentidas pela Associação, que perdia associados e, conseqüentemente, elementos para o rancho folclórico, o que acabaria por conduzir ao seu interregno no final da década de 80, passando para o grupo de cantares de música popular, que também não sobreviveu ao final da década de 90.

Atualmente e segundo conseguimos perceber através dos responsáveis pelo rancho folclórico, os problemas são outros, talvez menos compreensíveis porque embora muitos estejam a trabalhar ou estudar em Braga, facilmente se deslocam a Paradela. Quase todos têm viatura própria e nem precisam de transporte para as atuações. Apesar da coletividade apoiar e incentivar os jovens a participarem na preservação e valorização da cultura e das tradições locais, estes estão bastante comprometidos com outras realidades, festas e eventos. Para os rapazes um dos problemas prendem-

se com o futebol, na sua maioria preferem participar em torneios de futebol no Verão onde se disputam certas rivalidades entre associações, lugares e freguesias, alguns participam em campeonatos da Associação de Futebol de Braga (AFB), cujos jogos são disputados todos os fins-de-semana. Contudo, tendo em conta que os jogos estão concentrados, na sua maioria, no período compreendido entre setembro e maio, não colidem com a época folclórica. Para as jovens raparigas, as férias com os pais, os primeiros namoros, as piscinas e as idas à praia são apontadas como causas para as faltas aos ensaios e às atuações.

Estas situações têm sido suplantadas com muito bom senso e alguma mestria, compreendendo e aceitando as falhas e a fraca noção de compromisso, por vezes mais do que seria suposto, mas a escassez de recursos humanos não permite outro tratamento. Segundo os responsáveis, até já se pensou em aplicar "multas", que seriam deduzidas nos prémios do fim da época, mas, por outro lado, pode não ser uma boa solução porque pode ser entendido como estar a forçar a presença a todo o custo. Também já pensaram em atribuir um prémio suplementar a quem conseguisse o pleno de ensaios e atuações, outra possibilidade que está em estudo é um prémio por patamares, digamos que em percentagem, mas que também pode levar a que alguns, quando impossibilitados de chegar ao patamar seguinte, optem por desistir e faltar. Como sabemos bem, o ideal passa sempre pelo compromisso que cada um possa assumir com o grupo, pois ninguém pede impossíveis e todos compreendem que há ausências mais do que justificadas, como por exemplo motivos de trabalho, razões de saúde, questões relacionadas com óbito de familiares próximos, entre outras.

O quadro seguinte apresenta dados da época folclórica de 2023. Neste quadro podemos observar que das 13 atuações, 11 foram realizadas em Terras de Bouro, e apenas 2 em Amares. Nesta época ainda foi mais evidente a predominância das atuações no concelho. Constatamos que houve um ligeiro aumento em termos de valor cobrado pelo grupo. Esta época na casa dos 500 euros, com uma atuação de 600 euros e outra de 400 euros e uma de 350 euros em Terras de Bouro. De salientar que as duas atuações em Amares foram de 300 euros. Apenas uma participação gratuita no Festival concelhio. E as atuações continuam com uma duração entre uma hora e meia a duas horas.

Tabela 9

ÉPOCA FOLCLÓRICA DO ANO DE 2023				
Data	Tipo de festa	Local	Valor	Atuação e tempo
07 de maio	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	2,0 horas de tarde
14 de maio	Subida da Vezeira	Terras de Bouro	350,00€	1,5 horas de tarde
11 de junho	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	1,5 horas de tarde
18 de junho	Festa Religiosa	Terras de Bouro	400,00€	1,5 horas de tarde
18 de junho	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	2,0 horas à noite
09 de julho	Festa Religiosa	Amares	300,00€	1,5 horas de tarde
30 de julho	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	2,0 horas de tarde
04 de agosto	Festival folclórico	Terras de Bouro	000,00€	5 músicas - noite
11 de agosto	Festa Religiosa	Amares	300,00€	1,5 horas de noite
12 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	600,00€	2 horas de tarde
15 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	1,5 horas de noite
19 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	1,5 horas de noite
20 de agosto	Festa Religiosa	Terras de Bouro	500,00€	1,5 horas de noite
Total da Receita			5450,00€	

Perante a análise das atuações relativas ao ano de 2023 e quando comparadas com as do ano anterior, podemos concluir que o grupo continua maioritariamente a desempenhar funções no concelho de Terras de Bouro. Pois, das treze atuações, onze foram no concelho, tendo sido apenas duas as atuações no concelho de Amares.

Quando no dia 30 de setembro de 2023 foi oficialmente encerrada a época folclórica, e como aconteceu em todas as épocas anteriores e foi perguntado quem tinha intenções de sair ou continuar, ficou mais ou menos assumido que no início do próximo ano civil dariam início aos ensaios para preparação da nova época. Segundo o que foi dito por Cristina logo durante a passagem de ano, foi combinado cantar as janeiras nos lugares da freguesia, para manter essa tradição e que também iriam participar no XXIII Encontro Concelhio de Cantares de Natal e Reis em Terras de Bouro, no dia 7 de janeiro pelas 14h30. Este acontecimento foi amplamente divulgado nos meios de comunicação local, nas redes sociais e num *spot* publicitário na rádio Alto Ave, no qual se dizia que: "À semelhança da edição anterior, o evento contará com a presença de várias instituições sociais e culturais do concelho, adianta o município em comunicado, sendo o Auditório Municipal de Terras de Bouro o palco escolhido para tal acontecimento". Em comunicado a autarquia também informava de que entrada é gratuita. O presidente da direção alinha por um princípio de não fazer "má figura", por isso, rapidamente marca ensaios para os primeiros dias da semana e começa a visitar o repertório das letras e músicas para ver se encontra uma que tenha sido tocada há mais tempo e não esteja nos ouvidos das pessoas.

Participei enquanto observador nos últimos ensaios do Rancho, frequentando o mesmo espaço que os elementos ocupam antes e depois dos ensaios. Verifiquei que muitos passam primeiro pelo bar para tomarem café ou beberem uma bebida e conversarem um pouco sobre questões quotidianas, o que também revela a importância destes encontros para o desenvolvimento das sociabilidades dos seus elementos. A minha presença não podia alterar a metodologia de ensaios e, por isso, nesta fase apenas os responsáveis foram informados do meu objetivo enquanto observador. Perceber as dinâmicas e os conceitos, os movimentos e as coreografias das danças é ao mesmo tempo enriquecedor e desafiante. Observar os mais velhos a ensinar movimentos de danças aos mais novos é um sinal evidente de transmissão de uma identidade regional e, ao mesmo tempo, defensora do património local. Estes momentos servem como cartão de visita para quem assiste pela primeira vez a um ensaio ou visualiza uma atuação. Conheço muitos dos elementos do Rancho, já acompanhei muitos ensaios e atuações, porque gosto de folclore e também porque tenho vontade de contribuir para revitalizar esta tradição antiga. Foram sobretudo estes que escolhi como interlocutores, para tentar perceber as dificuldades e quais as possibilidades de encontrar soluções que possam alavancar esta tradição.

Estas práticas e tradições ocupam um papel importante na cultura popular e servem de exibição e mostruários para referir e afirmar uma tradição regional e local. Não apenas de um saber local, mas de um estilo de vida em constante mudança. Para estudar a relação entre a memória e o espaço temos de ter em conta a sua própria natureza. As memórias que os mais antigos transmitem aos mais novos transformam esses lugares de memória em referências de uma dada cultura e identidade que devem permanecer nos discursos das próximas gerações e serão novamente contadas como se tivesse sido por eles vividas. As práticas diferenciadas e substantivas relativas aos espaços e às representações, também fazem parte do legado das anteriores gerações e são projetadas para as gerações vindouras como atividades ligadas ao espaço e à memória de um lugar com passado e história. Nesse sentido, as tradições, como vimos, são transformadas em representações após um primeiro tratamento social das suas características que assumem um estatuto próprio. Para serem constituídas como referências de identidade, devem aceder a um nível de formulação de destaque no quotidiano e uma prática social rotineira.

No dia treze de janeiro de 2024, pelas 21 horas e 30 minutos, deu-se início à nova temporada do Rancho da Associação de Paradelas. Neste dia, começaram os ensaios no salão cultural da coletividade. Ainda segundo a responsável pela área cultural, compareceram grande parte dos

elementos, embora se tivesse verificado a ausência de alguns que não avisaram nem justificaram a ausência.

A responsável pela área cultural, Cristina Barbosa, antes de se iniciar o ensaio, informou a coordenação do rancho, nomeadamente Eurico e Anabela, de que foi falado e decidido na reunião da direção, realizada no 6 janeiro de 2024, que a Associação iria continuar a beneficiar todos os elementos do rancho com as mesmas benesses que nos anos anteriores, nomeadamente através da atribuição:

- da isenção do pagamento de quotas de associados;
- da entrada nas piscinas de Paradelas na época balnear do próximo verão;
- de prémios de participação nas atuações e de presença nos ensaios nos mesmos moldes do ano anterior.

Cristina também referiu que foi sugerido, pelos membros da direção da Associação, que os ensaios fossem marcados para os 2º e 4º sábados de cada mês, assim todos os elementos do rancho folclórico estariam sempre informados das datas dos ensaios. A coordenação do rancho folclórico ainda não tinha conseguido reunir para definir e planear estratégias para a nova temporada que então se iniciava. A este ensaio compareceram novos elementos, nomeadamente Ana Catarina, Adelino Silva e Luís Eurico Silva, que no ano passado e nas épocas anteriores foi ajudando sempre que podia para suprimir algumas lacunas sem assumir um compromisso. É ainda de salientar que estes elementos já tinham pertencido ao rancho e que o haviam deixado por razões pessoais. Cristina falou ainda com outro elemento para integrar o rancho, onde tocava cavaquinho, mas este não compareceu ao ensaio. Também apareceu uma criança, que veio do Gerês com a intenção de apreender a dançar. Veio com Ana Catarina, que regressou ao Rancho depois de ter estado afastada durante as últimas épocas, por ter sido mãe, e que resolveu voltar, acedendo a um convite do departamento cultural, que convidou antigos membros do Rancho. Ana Catarina, como secretária da direção, não podia virar as costas ao grupo, por isso regressou por gostar de folclore e porque os filhos já estão mais crescidos e podem ficar entregues à mãe e à sogra. Como mora na Vila do Gerês, não se importa de dar boleia quando vem para os ensaios, como aconteceu com Maria Clara, a menina que quer aprender a dançar e a mãe não a pode trazer.

A ensaiadora, Anabela Alves, deu início aos ensaios com os elementos que estavam presentes. Iniciou-se por volta das 21h45m, com ensaio de várias danças, sobretudo as novas, nomeadamente o "Malhão das Palmas" e o "Vira de Valdosedo", que são danças que já se têm vindo a trabalhar em

anos anteriores e que ainda não foi possível apresentar em público. Também se dançaram danças que sofreram algumas alterações ou receberam uma nova coreografia, nomeadamente o "António" e o "Cheguei ao pé do Alecrim". Dançaram também a "Chula", a "Cana verde" e "A Entrada". Muitas delas foram repetidas para se fazerem várias correções.

Deu-se por terminado o ensaio por volta das 23h10m, tendo-se informado o grupo de que os próximos ensaios seriam sempre no 2º e 4º sábado de cada mês. Se, porventura, alguns desses dias coincidir com alguma atividade marcada pela direção da associação, não haverá ensaio. De um modo geral, o ensaio correu bem, com os elementos empenhados e entusiasmados pelo regresso.

Deste primeiro ensaio, foi possível observar que os elementos do grupo não primam pela pontualidade. Mesmo com a tolerância de dez minutos, alguns vão aparecendo e começam a ensaiar nas segundas e terceiras danças. Em conversa com a ensaiadora Anabela, esta referiu-nos que este é um dos grandes problemas que "hoje até nem foi dos piores ensaios, talvez por ser o primeiro, faltaram poucos e apesar de alguns se atrasarem, não foi nada de significativo". Consegui perceber que tratam os elementos com muita delicadeza e alguns até com uma tolerância aparentemente excessiva. Fiquei com a ideia de que os responsáveis não podem ser muito exigentes nem com pontualidade, nem com assiduidade e ainda menos com as correções durante os ensaios e assim torna-se difícil evoluir.

Ainda no mês de janeiro, mais precisamente no dia 27, realizou-se no salão cultural, pelas 21 horas e 40 minutos, o segundo ensaio do Rancho. Não sendo possível observar grandes diferenças em relação ao primeiro ensaio, com algumas ausências de elementos que ainda não começaram a época e que segundo os responsáveis estão disponíveis para continuar, mas não aparecem aos ensaios, o que não é nada de novo em relação às épocas anteriores. No entanto, esta situação levanta problemas à ensaiadora que não consegue avançar com as danças novas. Outra das dificuldades prende-se com o facto de os faltosos, mesmo faltando, estarem mais bem preparados e numa atuação terem de dançar acabando por ser premiados em relação aos que sempre vieram aos ensaios. Como ainda estamos no início da época, normalmente existem mais ausências, quando começarem a aparecer novos compromissos geralmente aparecem mais e desta forma vão sendo colmatadas as necessidades.

No dia 10 de fevereiro, realizou-se mais um ensaio do Rancho, no salão cultural da Associação. Como em todas as épocas anteriores, a partir das 21 horas e 30 minutos os membros do rancho foram chegando ao salão. Por volta das 21h45, a responsável pelo departamento cultural, informou o grupo "que já tinham sido convidados para duas atuações, uma para o dia 9 de junho, um domingo à

tarde, em Rio Caldo; outra no dia 17 de agosto, no Gerês, também domingo à tarde. O Rancho já esteve nestas duas festividades o ano passado e seria dentro dos mesmos moldes e que os pormenores seriam ajustados posteriormente" (Cristina Barbosa, 10 de fevereiro de 2024).

Informou ainda que "tinham sido convidados para outra atuação e que esta, trata-se de uma saída internacional, pois foram convidados para voltarem a França, tal como tinha acontecido em 2014, nos dias 18 e 19 de maio. Estas iniciativas enquadram-se no contexto da gemação entre as duas comunidades e são patrocinadas pela autarquia de Terras de Bouro e a comunidade local de *Le Beausset*²³. Desta vez seria diferente de 2014 porque nessa altura viajaram de autocarro e foi muito cansativo, desta vez a viagem será de avião e a autarquia estava a trabalhar nessa parte. Ainda não sabia qual preço dos bilhetes e também não tinha a certeza se seriam totalmente custeados pelo município ou se a associação também teria de contribuir. Contudo, nesta fase, o mais importante era saber quem tinha disponibilidade para fazer essa deslocação" (Cristina Barbosa, 10 de fevereiro de 2024).

Terminadas as informações prestadas pela responsável pela área cultural, a ensaiadora, Anabela, deu início ao ensaio muito perto das 22 horas, apesar de algumas ausências em relação aos ensaios anteriores, nomeadamente do presidente e da secretária da direção e de outros elementos. Notei que desta vez não ensaiaram uma música muito conhecida e quase sempre pedida nas atuações dos anos anteriores, a "Chula". No ensaio estiverem presentes oito pares, o que é considerado um bom número, embora alguns ainda não estejam à vontade em todas as danças. O ensaio decorreu com algumas dificuldades demonstradas por elementos que demoram mais tempo a compreender as movimentações e as coreografias, algumas distrações e correções de elementos mais velhos do grupo, que nem sempre são bem recebidas pelos mais novos. Percebi que uma jovem dançou pela primeira vez, tendo sido colocada a dançar com Guilherme, que é filho da responsável pela área cultural e anda no grupo desde os sete anos. Numa das danças novas, ouvi a ensaiadora dizer que as raparigas estavam todas a dançar bem, enquanto alguns dos rapazes tinham demonstrado mais dificuldade. Um dos homens que tinha regressado também pareceu algo perdido em algumas danças.

No dia 11 de maio pelas 21 horas e 30 minutos apresentei-me mais uma vez no salão cultural da coletividade para assistir ao último ensaio antes da primeira participação da época de 2024. Estiveram presentes muitos elementos do rancho, o que segundo a responsável pela área cultural, Cristina

²³ Le Beausset é uma comuna francesa na região administrativa da Provença-Alpes-Costa Azul, no departamento de Var. Estende-se por uma área de 36 km², com habitantes, segundo os censos de 2004, com uma densidade de 233 hab/km².

Barbosa, superou as expectativas, talvez por estar próximo o início da época. Antes dos ensaios foram entregues alguns trajes a novos elementos, nomeadamente às crianças que começaram esta época como José Miguel, que vai iniciar atividade aos 7 anos de idade. Este menino é filho da secretária da direção, que também regressou ao rancho depois de um interregno de alguns anos por motivos pessoais. Segundo a secretária, Ana Catarina Dias, o entusiasmo com que o seu filho vem para os ensaios, fez com que ela também voltasse com mais vontade.

Numa pequena e rápida conversa com a secretária da direção, Ana Dias informou-nos que "sempre gostou muito do rancho, até porque sendo filha do presidente foi habitada desde pequenina a ouvir falar do rancho, da música popular e das tradições locais. Começou ainda muito novinha no rancho, andou por lá muitos anos, depois casou, teve filhos e ausentou-se, agora está de regresso e ainda traz mais um elemento jovem para o grupo e quem sabe se no futuro também convence a filha que nasceu recentemente. Tudo isto para tentar vivas as tradições populares" (Ana Catarina 11 de maio de 2024).

Outro elemento muito jovem é Luís Miguel, filho de Luís Eurico e neto de Eurico Silva, responsável pela tocata, levando a música popular a mais uma geração da família, porque como foi dito anteriormente o primeiro responsável pelo rancho ainda fora da impulsionou o folclore nesta localidade.

Relativamente ao ensaio, começou por volta das 22 horas e 20 minutos, com algum atraso, mas motivado pela entrega da indumentária aos novos elementos. A ensaiadora Anabela Alves, fez a uma breve introdução do que iriam ser as danças e músicas para o dia seguinte e que seria um pouco diferente dos outros anos. Teriam de lá estar na vila do Gerês às 10 horas e 30 minutos porque depois a Guarda Nacional Republicana (GNR) fechava o trânsito para permitir a passagem do gado. Tal como na época passada e em quase todas, sobretudo as últimas, o rancho inicia a sua apresentação ao público com a subida da vezeira que acontece no segundo domingo do mês de maio.

Por fim, o presidente da direção da associação na sua alocução disse que "a coletividade tinha todo o gosto em participar nesta prática comunitária da Vezeira em Terras de Bouro todos os anos, ininterruptamente, entre maio e setembro, na freguesia de Vilar da Veiga, contando com a participação da Vezeira de Vilar da Veiga, Vezeira de Rio Caldo e da Vezeira da Aldeia Comunitária da Ermida" (José Dias, 11 de maio de 2024).

Esta atividade encontra-se devidamente regulada e é impulsionada e mantida por criadores de gado bovino das Freguesias de Vilar da Veiga e Rio Caldo e pelos seus familiares que como são

criadores de gado continuam com esta atividade económica e no lugar da Ermida ainda existem muitas cabeças de gado bovino, ovino e caprino. A atividade de criação de gado, por ser uma tradição importante na memória coletiva desta comunidade, é atualmente praticada por várias gerações da família. É comum que o criador seja o avô ou o pai, mas nos dias importantes, como o dia de Currais, o dia da subida da Vezeira e os dias da roda de serviço, ele é acompanhado pelos filhos, netos e respetivos cônjuges.

Outra das atuações desta coletividade aconteceu na freguesia vizinha de Rio Caldo do concelho de Terras de Bouro. Mais uma vez, o rancho participou na procissão e animou os presentes com as suas músicas. Os populares já conhecem algumas das músicas e participam nas danças e pedem, inclusive, os conhecidos "Viras", que são danças onde todos podem participar numa simbiose entre os dançadores do grupo, devidamente trajados, e a população presente a mostrar que também sabe dançar. No final e depois de perguntar à responsável pela área cultural da associação porque acha que os populares pedem estas músicas para dançarem e se acontecem muito noutros locais por onde atuam. Ela disse-nos que

"acontece muito e uma das razões que encontra é por estarmos no verão onde estão muitos emigrantes que saíram muito novos, mas gostam do que é popular, tradicional e antigo, alguns dançam porque já dançaram antes de sair do país, outros até já dançaram no nosso rancho, mas tiveram de sair da região ou do país e quando regressam procuram saber onde o rancho atua para estarem presentes. Temos inclusive alguns que nos pedem para irem trajados e dançarem porque gostam realmente muito do folclore e foi uma pena que tivesse emigrado porque faziam muita falta" (Cristina Barbosa, 14 de julho, Rio Caldo).

No mês de julho, o Rancho apenas teve uma atuação, que foi a participação nas festividades em honra da padroeira da freguesia no lugar do Assento, no dia 28 de julho.

Agosto começou com atuações do grupo folclórico. Logo no segundo dia, na sede do concelho, participaram mais uma vez no festival concelhio juntamente com mais três ranchos. O festival começou com os ranchos perfilados no habitual desfile que parte da rotunda principal e segue pela Avenida Dr. Paulo Marcelino em direção aos Paços do Concelho para subir ao palco e registar a colocação das fitas alusivas ao festival nas bandeiras ou porta-estandarte do grupo, por responsáveis da organização e autoridades municipais. O Festival começou com a participação do rancho folclórico e etnográfico "A Telheira", da localidade de Barqueiros do concelho de Barcelos; seguiu-se o rancho da Associação Sociocultural e Desportiva de Paradela Valdosende, do concelho de Terras de Bouro; em terceiro, atou o Grupo Folclórico da Casa do Povo de Martim, também do concelho barcelense; por

último e para finalizar fechou o festival o Rancho Folclórico de Valdreu, da freguesia com o mesmo nome do vizinho concelho de Vila Verde.

Numa conversa com a ensaiadora, Anabela, sobre quais são as músicas e danças mais solicitadas pelo público, esta respondeu que

"depende do público-alvo, uns gostam mais da Chula que é uma dança com um ritmo muito acelerado e que é muito pedido e durante alguns anos não foi muito dançada, porque com a saída de dançadores mais antigos, os mais novos ainda demoraram algum tempo aprender e para além disso é preciso pelo menos quatro pares que sejam seguros e não vacilem, por vezes ela própria acaba por ter de a dançar. Outra dança muito pedida em algumas localidades é o Vira Geral e Vareira, porque permitem uma interação com o público presente. O Grupo tem muitas danças bonitas e para todos os gostos, por isso depende muito de onde estão a atuar e de quem está a assistir" (Anabela Alves, 15 de julho de 2024)

Esta coletividade continua empenhada em manter o folclore como uma importante atividade cultural destas localidades e associa-se ao Dia Nacional do Folclore. Porque em termos de defesa do folclore, a Federação do Folclore Português conseguiu que o último domingo do mês de maio fosse considerado Dia Nacional de Folclore. Este dia passou a ser comemorado desde o ano de 2016 e tinha como objetivos principais consciencializar os cidadãos nacionais para a necessidade da valorização da cultura e do património tradicional e popular, das identidades locais e das memórias coletivas dos cidadãos portugueses.

O Dia Nacional do Folclore Português "veio sobretudo, abrir uma via de esperança no futuro, funcionando enquanto momento próprio de reflexão e de ação, habilitando os restantes agentes sociais (nomeadamente o parlamento, o governo e a sociedade em geral) a melhor exercerem as suas competências próprias, visando sobretudo, em última instância, uma consciencialização social para as questões da cultura tradicional e popular portuguesa e o folclore português, aquilo que, afinal, nos distingue dos nossos concidadãos europeus. Com o estabelecimento desta data comemorativa, e para alcançar os objetivos pretendidos, a Federação do Folclore Português e apresenta aos um conjunto de pressupostos e procedimentos que garantam a preservação dos diversos aspetos da cultura tradicional e popular portuguesa"(Recardães, 1 de dezembro de 2013 Federação Portuguesa de Folclore).

Nas festas e romarias que acontecem um pouco por todo Minho e que ocorrem com muita frequência no concelho de Terras de Bouro nos meses de verão, fazem destas datas especiais momentos de alegria e convívio ligados às tradições locais, com especial destaque para atuações dos ranchos nos festivais de folclore. Esta associação também promove eventos, nomeadamente sobre a

dança, a música, a etnografia e o folclore. De vez em quando junta outros os grupos de folclore e organiza um festival folclórico. Todos os anos participa no festival folclórico em Terras de Bouro, no encontro de ranchos que a autarquia realiza, normalmente na primeira sexta-feira de agosto, onde cada grupo dança entre três e cinco num evento único. Participam todos os ranchos do concelho e são sempre convidados outros do concelho vizinho de Vila Verde e normalmente, pelo menos um de um concelho mais distante.

Soubemos que os primeiros estudos folclóricos partiram de folcloristas que pretendiam fazer da cultura popular um objeto de estudo. Quando a palavra folclore foi usada pela primeira vez, esta pretendia significar os modos, costumes, superstições e provérbios tradicionais. Era, pois, natural que uma associação recentemente fundada pretendesse constituir um rancho e usar o folclore como termo de introdução para divulgação da cultura popular e através dos cantares e trajes, das músicas, danças e graças à oralidade de uma população eternizar esta cultura pelas gerações vindouras. O folclore é parte integrante da cultura de um povo e consequentemente da cultura popular, à qual associamos os usos e costumes desta localidade de Paradela de Valdosende. Esta associação, segundo Cristina Barbosa, responsável pela área cultural que superentende o rancho, revela que "trabalham sempre com empenho e entusiasmo, divulgando e registando para mostrar às nossas gerações, para que no futuro estas conseguiram fazer o mesmo às gerações seguintes.

Quando estudámos o problema da afirmação cultural destes eventos relacionados com a etnografia e suas derivadas nestes lugares do interior, são muitas as dificuldades que estes grupos etnográficos atravessam, por vezes são mesmo gigantescas. Sofrem dos problemas da gentrificação e do um êxodo rural muito sentido nestas localidades. Estas aldeias do interior sempre sofreram de um problema relacionado com a falta de recursos humanos, devido à escassez de emprego, e à distância em relação às maiores vilas e cidades do distrito bracarense. Este processo de abandono do interior não começou agora, mas só há muito pouco tempo começou a ser falado, estudado e debatido, pois estas fugas não são imediatas, levam o seu tempo e passam por um caminho em que fecham escolas e as crianças têm de se deslocar para longe para estudar; encerram serviços médicos e os utentes precisam fazer muitos quilómetros para serem assistidos; encerram os serviços de apoio social, fiscal, judicial, florestal e de apoio agrícola, entre tantos outros serviços necessários e importantes para as populações do interior. Todos estes acontecimentos levam a um cada vez maior êxodo rural e passam a ser considerados como um flagelo local e nacional. Nesta conformidade, os decisores políticos vão promovendo algumas iniciativas legislativas ocasionais e não raras vezes desarticuladas e de efeitos

reduzidos, para tentarem, sem grande sucesso, demonstrar que estão atentos e preocupados com problemas dos lugares mais interiores do país.

Por isso, quando dizemos que ser popular, normalmente queremos dizer que é usado pelo povo, pertence ao povo, foi adaptado pelo povo, com características marcantes e próprias; quando nos referimos de que algo é de autor desconhecido, e como tem que ter um autor, estamos na realidade inclinados para uma criação popular com sucessivas alterações e transformações aos longos dos tempos, umas ligeiras outras mais profundas, umas involuntárias outras intencionais, dando por exemplo de uma "moda" "alguém a fez, mas tocador após tocador, cantor após cantor, com as alterações que involuntariamente foram sendo introduzidas, acabou por a ir alterando até algumas vezes se transformar numa música muito diferente: que podemos até não considerar o mesmo padrão. Contudo, muitas músicas são de origem urbana que o povo vai adotando e adaptando. Nestas, como aliás nalgumas de criação local, pode-se às vezes identificar o autor. São, contudo, casos raros"²⁴.

Quanto ao ser tradicional refere-se ao "ter passado de geração em geração, chegando-nos por via oral ou por imitação, fazendo-se como se via fazer ou ouvia; devendo ainda entender-se como tradicional os comportamentos, os usos, as vivências, os valores que qualquer grupo social, relevante culturalmente, utilizou durante o tempo suficiente para impor a marca local, independentemente da sua origem e natureza"²⁵. Por fim, o ser comunitário pertencer a uma comunidade cultural significativa e não apenas a uma família ou pessoa. Ser usada pela totalidade da mesma ou por um grupo social de dimensão significativa²⁶.

²⁴ https://www.e-cultura.pt/patrimonio_item/14072

²⁵ Idem

²⁶ idem

Tabela 10

ÉPOCA FOLCLÓRICA DO ANO DE 2024					
Data	Tipo de festa	Localidade	Concelho	Valor	Atuação e tempo
12 de maio	Subida da Vezeira	Gerês	Terras de Bouro	350,00€	1,5 h. Manhã/tarde
09 de junho	Festa Religiosa	Rio Caldo	Terras de Bouro	600,00€	1,5 h. Tarde/Noite
28 de julho	Festa Religiosa	Valdosende	Terras de Bouro	000,00€	1,5 h. Tarde/Noite
02 agosto	Festival Folclórico	Moimenta	Terras de Bouro	000,00€	0,5h. Noite
10 agosto	Festa Religiosa	Abadia	Amares	350,00€	1,5 h. Noite
11 agosto	Festival Folclórico	Vieira	Vieira do Minho	000,00€	0,5h. Noite
12 agosto	Festa Religiosa	São Bento	Terras de Bouro	700,00€	1,5 h. Tarde
17 agosto	Festa Religiosa	Gerês	Terras de Bouro	600,00€	1,5 h. Tarde
25 agosto	Festa Religiosa	Santa Marta	Amares	600,00€	1,5 h. Noite
15 setembro	Festa Popular	Lomar	Braga	600,00€	1,5 h. Noite
21 setembro	Festa Aniversário	Rio Caldo	Terras de Bouro	600,00€	1,5h. Tarde
Total da Receita				4400,00€	

Outro dos projetos da coletividade tem passado por envolver as crianças dos centros educativos de Terras de Bouro, desde o pré-escolar, passando pelo 1º, 2º e 3º ciclos e indo até secundário, abrangendo toda a comunidade escolar do Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, que, com a ajuda dos seus educadores e professores, realizaram diversos trabalhos sobre as tradições em Terras de Bouro. Com estes trabalhos foram feitas exposições na Escola Básica de Rio Caldo; na biblioteca escolar da Escola Básica e Secundária de Moimenta; na XVII Feira Mostra de S. Martinho em Moimenta, e na sede da associação. Aquando das exposições, também, foram projetadas um vídeo demonstrativo das várias etapas do desenvolvimento do projeto Despertar Tradições.

A associação, segundo o seu presidente, já teve uma escola de música popular portuguesa para garantir a continuidade do rancho. Por mais que uma vez foi interrompida ou por falta de formandos ou pela pouca adesão. Com efeito, os formandos nem sempre mostraram o compromisso mínimo de frequência das aulas e por isso não houve continuidade do projeto de aprender música popular.

O último curso que foi ministrado na coletividade decorreu no âmbito de um projeto cofinanciado por entidades públicas e privadas para garantir a continuidade das tradições que correm o risco de desaparecer. Este projeto tinha como um dos principais objetivos a capacitação de elementos reprodutores e difusores dos valores tradicionais relativos à música, ao canto e à dança popular, para integrar no rancho.

Neste último curso onde apareceram crianças, jovens e alguns adultos para aprender a tocar concertina, viola e cavaquinho. Os outros instrumentos musicais de percussão tais como bombo, reco-reco, ferrinhos, a pandeireta e as castanholas foram ministrados durante os ensaios semanais do rancho juntamente com o ensino e aperfeiçoamento das coreografias e danças.

Para além do rancho, o grupo de música popular denominado Despertar Tradições também participa e anima arraiais populares na região. Mesmo depois da reativação do rancho em 2003, o grupo manteve atividade com uma certa regularidade, porque quando eram solicitadas pequenas atuações na indústria hoteleira, o departamento cultural disponibilizava aquilo que durante algum tempo chamaram de "Tocata". Para além destas participações em hotéis e restaurantes, também atuaram com muita frequência em lares e residenciais da terceira idade para animar os utentes no âmbito da vertente social.

Depois do entusiasmo inicial, o rancho foi sofrendo com a perda de recursos humanos motivada pelo êxodo rural, nomeadamente de jovens – fosse para trabalhar ou para estudar. Como a paixão pela música popular era grande, alguns elementos do rancho resolveram formar um grupo de música popular. A passagem para o novo grupo não foi difícil até porque tinham instrumentos, músicas, letras e os elementos que já cantavam no rancho passaram a cantar no grupo e, como eram menos, pensaram que seria mais fácil manter o grupo em atividade.

Dessa forma, cerca de uma dezena de elementos passou a cantar algumas das letras tradicionalmente conhecidas nesta região, sendo o grupo "batizado" com o nome Despertar. Tinha como elementos masculinos os seguintes protagonistas: José Maria, na voz masculina e na viola braguesa, Manuel Teixeira, na voz e viola clássica, Eurico Fernandes da Silva, no acordeão, Manuel Pereira, na viola baixo, Manuel Costinha, no cavaquinho, e ainda Pedro Silva, na concertina e também no cavaquinho. Os elementos femininos eram: Paula Baía, na voz, pandeireta, bombo e reco reco, Cristina Barbosa, voz, bombo e pandeireta, Rosa Dias, voz e maracas²⁷, Luísa Cachada, voz e reco reco, e Manuela Sousa, voz e ferrinhos. Alguns destes elementos trocavam de instrumentos consoante as músicas, por isso aparecem elementos a tocarem mais que um instrumento. Embora todos fizessem coro, havia os que cantavam a solo, que eram José Maria e Manuel Teixeira, nas vozes masculinas, e Paula Baía e Cristina Sousa, nas vozes femininas.

²⁷ Instrumento de percussão musical, que ao agitar emite um som.

Este grupo musical apareceu logo após o término do Rancho e durou até finais da década de 90, tendo estado em atividade, portanto, sensivelmente uma década. Durante esses anos, animou e abrilhantou festas e arraiais nas várias localidades do concelho e em muitos municípios do distrito de Braga. Também este grupo, depois de alguns anos e lutando contra o êxodo rural, não sobreviveu, acabando por sucumbir perto do final da década de noventa do século passado.

Para colmatar esta ausência a coletividade criou uma escola de música popular para, junto da população local, encontrar substitutos que pudessem manter ativas estas tradições. Com esse intuito, foram contratados músicos de matriz popular para ensinar a tocar concertina, cavaquinho e viola. Também aqui houve um entusiasmo que levou alguns jovens a inscrever-se nas aulas que tinham lugar na sede da coletividade aos sábados de tarde. A atual responsável pela área cultural, Cristina Barbosa, foi uma das alunas que frequentou este curso para aprender a tocar cavaquinho, e disse-nos que na altura, com mais ou menos 15 anos, partiu muito entusiasmada, comprou um cavaquinho, instrumento musical que ainda guarda até hoje e que já o utilizou no segundo curso que a coletividade promoveu durante os anos de 2017 e 2018. De acordo com a responsável, as consequências dos cursos realizados nesses anos nem sempre se traduziram num grande reforço do rancho, embora tenha formado alguns membros que o vieram a integrar e que contribuem para o seu dinamismo.

Como também já foi referido anteriormente, nesta localidade existe, entre alguns elementos da direção da coletividade, uma vontade genuína de tocar e cantar, sobretudo música popular portuguesa. E, por isso, quando não conseguem elementos suficientes para formar um rancho formam um grupo de música popular. Também ficou bem patente nas conversas tidas com alguns elementos da direção que, ao longo das últimas décadas e por várias vezes, a coletividade se empenhou em proporcionar ensino de música popular de forma totalmente gratuita a quem estivesse interessado.

Devido à grande vontade de alguns, acabou naturalmente por aparecer um novo grupo de música popular, que, segundo o presidente da direção, surgiu quando ele e mais alguns começaram a tocar na sede da associação. Como nestas terras de pequena dimensão tudo se sabe, começaram a aparecer outros tocadores e resolveram marcar ensaios todas as sextas-feiras pelas 21 horas na sede da associação.

Como começaram a ser convidados para animar festas tiveram de dar um nome ao grupo porque os organizadores das festas precisavam de colocar nos cartazes o nome do grupo. Foi então que optaram pelo nome "Despertar Tradições". 'Despertar' porque tinha sido o nome do primeiro conjunto, 'tradições' porque remetia para algo que a coletividade continuava empenhada em recuperar.

Embora a sua ‘fundação’ seja recente, já foram convidados para tocar em diversas festas, sobretudo nas freguesias do concelho, mas também em algumas das redondezas.

Também soubemos que um dos objetivos que surgiu da vontade de alguns músicos e é subjacente a este projeto passa por não haver um compromisso muito formal. Ou seja, os elementos aparecem quando podem e atuam sem qualquer receber qualquer valor monetário. Quando questionei qual a razão destas premissas, foi-me dito que, como não tinham um compromisso profissional, não podiam cobrar nenhum valor. Depois, também não eram assim tão bons tocadores que justificassem uma cobrança. Não cobrando qualquer valor não podiam ser acusados de se aproveitar do dinheiro das comissões de festas angariado com tanto trabalho e esforço.

Perante todos os casos ocorridos ao longo da existência desta coletividade, podemos concluir, sem margem para dúvidas, que esta associação tem nos seus quadros elementos que continuam a revelar um elevado interesse pelas tradições, particularmente pela música popular portuguesa. Também conseguimos aferir que esta vontade é muito mais visível nos elementos de mais idade, já que os mais novos nem sempre parecem revelar interesse semelhante. As fundações e refundações, quer do rancho quer dos grupos de música popular portuguesa, apontam claramente no sentido de continuar o caminho de afirmação destas tradições muito identitárias de uma cultura particular que faz parte do património local.

Conclusão

O trabalho de investigação sobre a defesa das tradições pela associação de Valdosende decorreu no âmbito dos processos que essa coletividade desenvolveu nas últimas quatro décadas. Ao longo da pesquisa fomos levados a perceber que estas tradições continuam a ter muita importância na comunidade local onde a associação se insere. Esta percepção é alicerçada na constatação da presença e participação de muitos populares nos diversos eventos que a associação dinamiza.

Para abordar o objeto de estudo que esta investigação se propôs estudar e a todas as questões relacionadas com o mesmo, procurou-se, numa primeira fase, esclarecer um conjunto de conceitos que nos elucidassem e nos situassem quanto ao tema em estudo, surgindo então o enquadramento teórico. Os conceitos foram explicitados e fundamentados da forma mais clara possível. Foram esclarecidos conceitos como o de cultura, assim como o seu impacto no desenvolvimento local. Foi também definido e enquadrado o conceito pelo qual se rege o associativismo de modo a entender-se melhor o propósito principal da investigação.

Neste sentido, abordou-se também a definição do associativismo nas áreas da cultura, do recreio, de âmbito social e do desportivo e o que cada uma delas representa para o desenvolvimento de uma região. Privilegiámos também o trabalho realizado pelas associações desenvolvido e direcionado para as populações. No entanto, verificámos que muitas associações apresentam várias nuances: sejam de carácter social, político, económico, cultural e de coesão entre gerações da mesma comunidade, precisamente porque é através destas instituições que se chega a um interesse geral com o intuito de transformar e inovar a sociedade.

Na segunda etapa deste processo de investigação, abordámos a metodologia escolhida, que foi delineada no sentido de dar respostas às questões formuladas no início do processo investigativo. Através da recolha de dados, com a consulta de documentos da coletividade, como livros de atas, relatórios de contas, fotografias, áudios, audições e de conversas dos elementos da direção, do rancho, da observação de ensaios, de atuações e de entrevistas realizadas aos dirigentes das diversas áreas, aos responsáveis folclóricos e ao sócio fundador e presidente da coletividade.

Este estudo permitiu concluir que a cultura e o património estão relacionados com o homem através de um conjunto de preceitos e normas que são partilhados por uma determinada sociedade. As práticas culturais assentam e apresentam uma relação direta com o desenvolvimento das comunidades. E percebemos que esta relação tem muita importância porque pode diminuir a exclusão

social e aumentar a integração de populações oriundas de outras localidades e criar parcerias público-privadas de promoção de turismo, com a divulgação das tradições locais, em que se podem incluir demonstrações e visitas ao património local.

Este projeto procurou demonstrar que o tradicional não é sinónimo de antigo ou de esquecido e que se podem adaptar tradições muito antigas aos dias de hoje. Neste caso particular, os padrões tradicionais do folclore podem, através de uma nova impressão modernizada, sem esquecer a matriz tradicional, antiga, popular, trazê-la para uma nova realidade mais modernizada e atualizada.

A conjugação destes elementos foi, de certa forma, padronizada entre festas, romarias, arraiais, procissões e outras manifestações religiosas e profanas que ainda mobilizam um considerável número de participantes, sendo certo que, na sua maioria, são de idade mais avançada. As danças, músicas, cantigas e peças de vestuário têm como grande objetivo ligar o antigo ao moderno, o tradicional ao contemporâneo e permitir que antigas tradições sobrevivam muito para além da sua época.

Nesse sentido, tivemos o cuidado de abordar de modo particular o trabalho desenvolvido por esta coletividade na comunidade onde está inserida. Compreender como tudo começou, o que foi feito desde a sua fundação, quais foram os desafios e as dificuldades, quais os obstáculos e os constrangimentos, como foram sendo superados ao longo dos anos. Recolhemos importantes testemunhos orais de responsáveis das áreas de intervenção setoriais em análise, nomeadamente dos departamentos cultural, social e desportivo e de populares, profundos conhecedores da realidade local. São estes homens e mulheres que conhecem e contam histórias vividas e contadas pelos seus antecessores que podem despertar de novo o gosto pelas tradições populares.

Outro dos grandes objetivos deste trabalho foi perceber como apareceu o rancho folclórico e todas as vicissitudes ocorridas desde a sua constituição. Foi possível compreender que o rancho pode, a partir de novas técnicas de adaptação, avançar para novas realidades e ter possibilidades de concretizar com êxito um projeto de consolidação e afirmação do folclore. Os grupos folclóricos, com as novas práticas de danças e cantares e formas de tocar e trajar, demonstram a evolução cultural desta arte tradicional.

Neste estudo também verificámos existir uma procura cada vez maior pelo folclore e pelas tradições populares e as pessoas parecem voltar a apreciar as danças e músicas populares no panorama de música atual, pois, deste modo, ficam a conhecer um pouco da cultura popular e do património local destas regiões. Nos dias de hoje, seguramente que os portugueses começam a olhar

para o produto de música popular como sinónimo de afirmação nacional. Nesta conformidade, a coletividade estudada apresenta, sobretudo através do rancho folclórico, uma marca identitária da localidade a que pertence.

Concluimos ainda que nestas localidades as associações são, muitas vezes, as principais, por vezes únicas, defensoras da cultura e do património. Quando este tipo de situações acontece, podemos afirmar que o trabalho associativo e cultural foi extremamente bem-sucedido. Sendo a cultura um elemento fundamental na coesão social na medida em que o acesso às atividades culturais por parte dos indivíduos ajuda a promover as suas capacidades intelectuais e a desenvolver um sentimento de pertença em relação à comunidade em que estão inseridos.

Este sentimento de pertença confere uma elevada importância ao associativismo enquanto entidade coletivas e aos indivíduos, a título particular, ou até mesmo à sociedade no seu todo. Deste modo, somos obrigados a concluir que as associações locais apresentam projetos válidos, mas também procuram obter benefícios para as comunidades onde estão inseridas para promover e experimentar novas atividades.

Contudo, ao longo deste trabalho fomos encontrando alguns obstáculos que condicionaram e limitaram os resultados obtidos. O que impactou mais negativamente este trabalho foi a escassez de documentação existente no arquivo da associação e o modo como foi sendo colocada em pastas sem títulos de identificação, como documentos misturados. Neste sentido, foi bastante difícil encontrar um fio condutor que estabelecesse uma relação entre alguns pontos importantes da história desta coletividade. Outro dos grandes desafios foi conseguir dos responsáveis associativos entrevistas estruturadas e consequentes gravações, porque estavam muito ocupados ou a trabalhar ou porque, aos fins de semana, estavam dedicados à coletividade. Todos mostraram interesse em falar abertamente e disseram que eu podia aparecer em todos os ensaios e atuações do rancho. Estas atividades aconteciam todos os fins-de-semana e até me foi dito que podia aparecer para trabalhar porque precisavam gente.

Se, por um lado, houve muita dificuldade em entrevistar pessoas, por outro, houve sempre grande facilidade em ter conversas e, por essa via, tirar importantes ilações do pensamento dos nossos informantes, naturalmente com autorização para filmar e fotografar, assim como para transcrever e reproduzir todas as conversas. Todos estes dados foram cuidadosamente tratados e analisados sendo também realizada uma análise compreensiva dos resultados obtidos, para se obter as respostas mais esclarecedoras sobre este tema. Ao longo da elaboração desta dissertação comprovou-se que,

atualmente, o movimento associativo é utilizado por muitos na comunidade como um meio através do qual as pessoas se conseguem fazer ouvir, uma vez que as associações ajudam na promoção integral dos indivíduos na sociedade e estes, em grupo, conseguem resolver os problemas da comunidade.

Por fim, com a realização do trabalho de campo ficámos a perceber a importância desta coletividade no meio rural em que se insere, um lugar isolado dos grandes centros urbanos e que, tal como outros lugares das freguesias vizinhas, tem vindo a sofrer uma significativa perda populacional, o que torna ainda mais difícil encontrar pessoas interessadas em preservar e fazer viver a tradição popular. Apesar de algumas iniciativas e ainda mais de anúncios de intenções e medidas para inverter esta tendência, a verdade é que o decréscimo demográfico ainda não sofreu qualquer alteração e que as dificuldades do movimento associativo se mantêm.

Para tentar solucionar estes problemas – transversais a todo o país rural – é fundamental encontrar uma conjugação de interesses entre os dirigentes e dinamizadores do movimento associativo e os responsáveis autárquicos, num esforço em que primeiros apoiam os autarcas nas suas medidas de dinamização do território e, em troca, recebem apoios e subsídios que acabam por trazer benefícios para as comunidades que representam. Concluiu-se ainda que a associação estudada é uma das mais importantes do concelho de Terras de Bouro e também uma das mais antigas em atividade. Por isso goza de um certo estatuto junto dos responsáveis da autarquia. Foi efetuado um pequeno apontamento sobre a sua história e os seus marcos temporais que determinantes, a geografia, os pontos de interesse e os equipamentos culturais que a cidade disponibiliza aos seus munícipes.

Com a realização deste trabalho, ficámos com a certeza de que este tipo de associações desempenham um papel fundamental na construção de uma comunidade resiliente e singular, contribuindo para a promoção da cultura e da coesão social do território. Também foi um dos objetivos desta investigação analisar o campo relacional existente entre as associações culturais e os outros intervenientes culturais locais, como a Câmara Municipal da Terras de Bouro e a relação entre o poder local e a possível cooperação no âmbito das políticas culturais locais desenvolvidas pelo município. Para isso, tivemos em consideração as políticas de natureza associativa implementadas no município de Terras de Bouro e todo o enquadramento abrangente da política cultural e da defesa do património do município.

Ficou demonstrado neste estudo que a associação ainda tem margem para aprofundar o seu impacto no campo cultural e no desenvolvimento comunitário. Para isso precisa de mais apoio, de mais financiamento e de uma colaboração mais estreita com o poder local, que irá certamente permitir

um cenário de interlocução mais favorável com outras instituições públicas e com a comunidade em geral. Portanto, embora atualmente desempenhe um papel relevante, há um desejo comum de fortalecer ainda mais o envolvimento da associação no panorama cultural e no desenvolvimento local.

Foi dito sem rodeios nem hesitações que as associações, em particular esta, não sobreviveriam sem o apoio municipal. Os apoios da autarquia, sob as mais diversas modalidades, continuam a desempenhar um papel estrutural no desenvolvimento local e a ser um polo de interesse e defesa das populações locais. Para compreender como as associações operam e interagem com o poder local, foi igualmente importante caracterizar o perfil institucional e financeiro das instituições.

A coletividade estudada desempenhou e continua a desempenhar um papel importante no desenvolvimento das diversas áreas de intervenção cultural, social e desportiva. Ficou a ideia de que esta coletividade inventa, reinventa e evolui, apesar das adversidades. Ao longo da sua história, que foi marcada por desafios persistentes, a associação sempre se destacou pelo seu notável espírito associativo. Foram muitos os dirigentes, familiares, amigos, patrocinadores e colaboradores que dedicaram muito do seu tempo a esta coletividade, foram verdadeiros profissionais na entrega e no empenho. Dedicaram-se durante meses, anos e décadas e foram incansáveis no terreno, lutando contra a pobreza e a exclusão social, maioritariamente através de iniciativas locais de apoio a crianças, jovens, adultos e, mais recentemente, a idosos. Este espírito associativo continua a ser a força motriz da coletividade, que direciona muitas das atividades para os associados e habitantes locais.

São muito importantes, diria mesmo imprescindíveis, as associações locais de âmbito cultural, social e desportivo. Estas desempenham um papel de grande relevância na intervenção cultural e social e são autênticos agentes locais. Compreendemos melhor como estas coletividades contribuem significativamente para a dinâmica cultural da região, não apenas pelas atividades culturais regulares e diversificadas que oferecem à comunidade, mas também porque desempenham um papel vital na promoção da intervenção social através das artes, da iniciação desportiva e da defesa de projetos de intervenção social.

Estas instituições que apostam no desenvolvimento de atividades em diversas áreas do campo cultural, abrangendo o património, a cultura, a dança, o teatro, o cinema e até atividades recreativas e de lazer. Têm objetivos distintos entre si, sendo que grande parte aposta na educação pelas artes através do desenvolvimento de um trabalho pedagógico junto da comunidade, não se limitando apenas ao território onde está localizada. Além disso, muitas delas operam de forma transversal, estendendo

as suas atividades para além do campo cultural, incluindo as ações no âmbito social, refletindo assim a diversidade do panorama associativo no contexto português.

Por tudo isto, entendemos que este estudo demonstra claramente a importância do movimento associativo local na dinamização de espaços demograficamente deprimidos e que pode desempenhar um papel fundamental no combate ao isolamento social das, cada vez mais envelhecidas, populações rurais. Enfrentando os mesmos desafios que – fruto da avançada idade dos participantes, da escassez de jovens e da precariedade e intensidade da vida laboral da pouca população ativa que ainda reside nestes territórios – outras instituições semelhantes, a associação de Valdosende tem sido um ator fundamental na preservação e prática das tradições locais, revelando sempre abertura à inclusão de novos elementos que, naturalmente, acrescentam nuances às práticas tradicionais. Neste sentido, entendemos que a tradição, mais do que um mero repositório de valores e práticas monolíticas e anacrónicas, pode ser um espaço de encontro, diálogo e criação entre as gerações mais velhas e mais novas, captando assim o interesse para uma atividade que não se fossilizou no tempo e no espaço e que pode ser portadora de uma identidade que, devidamente atualizada e tocada pelo espírito do tempo, se continuará a transmitir intergeracionalmente.

Bibliografia

Oliveira, A. Lopes (1971). *Terras de Bouro e o seu Concelho*. Terras de Bouro Câmara Municipal de Terras de Bouro

Almeida, C.A. Ferreira (1993). «Património». Separata da *Revista da Faculdade de Letras*. II série, vol. X,

Atas do 1º Congresso de Etnografia e Folclore (1963). Lisboa: Biblioteca social e corporativa.

Arimateia, R. (2010). O Projeto Oralidades: um projeto europeu. In CONDE S. (coord.). *Proceedings of the International Conference on Oral Tradition. Orality and Cultural Heritage*. Volume 1. Concello de Ourense.

Barreto, A. (2002). *Mudança social em Portugal: 1960-2000: Working papers*. Instituto de Ciências Sociais Universidade de Lisboa.

BORBA, Tomás; GRAÇA, Fernando Lopes. *Dicionário de Música*. Lisboa: Edições Cosmo, 1958. v. II.

Bourdieu, Pierre, (1997). *Razões Práticas*, Celta.

Braun, Felipe, (2021). *As noivas que se vestem de preto: antiga tradição alemã*.

Cabral, C. B. (2011). *Património Cultural e Imaterial: Convenções da UNESCO e seus contextos*. Lisboa: Edições Setenta.

Capela, Jose Viriato, (2001). *Memórias e Imagens de Terras de Bouro Antigo As Memórias Paroquiais de 1738*. Edição da Câmara de Terras de Bouro. Terras de Bouro Barbosa & Xavier Lda.

Carneio da Cunha, Manuela, (2005). «Património imaterial e biodiversidade». *Revista do Património Histórico e Artístico Nacional, Brasília*, Vol 32. Brasília: ABA Publicações.

Carneio da Cunha, Manuela, (2009). «Cultura» e cultura, conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais.

Carvalho, Andréa Silva, (2017). [Recensão a] Burke, Peter (2008) *O que é História Cultural?* Tradução Sérgio Goes de Paula. Imprensa da Universidade de Coimbra. Século ouro.

Castelo-Branco, Salwa & et Branco Jorge, (2023). *Vozes do Povo. A folclorização em Portugal*. Oeiras: Celta.

Correia, Jacinta, (2012). *Lendas e Contos tradicionais*. Terras de Bouro: Câmara Municipal de Terras de Bouro.

Costa Paulo (2009). *Museus e património imaterial: agentes, fronteiras, identidades*. Lisboa: instituto dos museus e da conservação.

Cruz, Rafael Marques, (2017). *A perceção da qualidade e a sua influência na performance das empresas portuguesas do setor dos vinhos*. Instituto Politécnico de Coimbra. Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Dias, Vitor Manuel Peixoto (2021). *Estratégias de Investimento e Desenvolvimento Sustentável no concelho de Terras de Bouro*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Minho. Escola de Economia e Gestão.

Durand Jean-Yves (ed.): 2008 (1ª ed 2006), *os lenços de namorados*. Frentes e versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação, Município de Vila Verde, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional-Norte. Vila Verde: Câmara de Vila Verde.

Durand Jean-Yves (ed.): 2019, *As festas Nicolinas em Guimarães: Tempo, Solenidade e Riso*, Município de Guimarães. Câmara Municipal de Guimarães

Farias, Lis Madeira, (2017). *O traje, a Moda, na arte em Portugal, nos séculos XIV e XV: características e representações*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Coimbra.

Fernandes, Ernesto, (2002). *O associativismo no tempo da globalização. Voluntariado e cidadania democrática*. In *Intervenção Social*, nº 25/26, 2002.

Ferreira, A. B. de H. (2010). *Dicionário da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo.

Ferreira, Corina Alexandra, (2009). *A emigração portuguesa e as Políticas Migratórias Europeias*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

Figueira, Monteiro João, (2012). *O Estado na eletrificação portuguesa: da lei de eletrificação do País à EDP (1945 – 1976)*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

Frazão, Fernanda, (2010). *História das Cartas de Jogar em Portugal e da Real Fábrica de Cartas de Lisboa, do séc. XV até á atualidade*. Lisboa: Apenas Livros.

Friedmann, A. (1995). *Jogos Tradicionais*. Publicação: Série Ideias nº7. São Paulo. FDE.

Fubini, Eurico, (2008). *Estética da Música*. Lisboa: Edições 70.

Galinha, S. (2013) *Cidadania e Identidade: Para uma participação cívica, vinculativa e inclusiva*. In SOARES, F., CASTRO, S. & VIEIRA, V. *Animação Sociocultural, Cidadania e Política Europeia*. Associação Portuguesa para o Desenvolvimento da Animação Sócio Cultural.

Giacometti, Michel, (2009). *Romanceiro da Tradição Oral*. Vol. I Lisboa: Colibri.

Grupo Folclórico do Vale do Homem, (2018). 10 anos de folclore. Vila Verde: Tipoprado, Artes Gráficas, Lda.

Henriques A. G., (1994). Impacto de Aproveitamentos Hidráulicos, in. Partidário M, Jesus J. Avaliação do Impacto Ambiental, Centro de Estudos de Planeamento e Gestão do Ambiente, Lisboa.

Henriques Fernando, (1996). Espaço, e Memória. Revista do Património. Porto: Universidade Portucalense.

Hobsbawm, Eric, & et Ranger, Terence, (2008). A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Janeiro, P. (2009) Ressalvando as aparências: apontamentos sobre a memória, a imaginação e o valor. In MEDEIROS, A. & RAMOS, M. (coords.). Memórias 11. Memória e Artificio: Matéria do Património II. Sociedade de Geografia de Lisboa (pp. 269-274).

Leal João: 2013, “Agitar antes de usar: a antropologia e o património imaterial”; Revista Memória em rede, 3 (9).

Leal, João, (2000). Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e identidade nacional. Lisboa: D. Quixote.

Lopes, Rosa Maria Barros, (2001). Valdosende Origem de uma Minoria Protestante. Porto. Dissertação de Mestrado em História Contemporânea a apresentar à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Mendes, J. A. (2000). História local e memórias: do Estado-Nação à época da globalização. Revista Portuguesa de História, XXXIV. Ano 2000.

Medeiros, António Pereira, Benjamim & et Botelho, João Alpuim, (2009). Uma Imagem da Nação. Traje à vianesa, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo.

Nunes, Henrique Barreto, (2013). A exposição Agrícola de 1863. Fotografias inéditas de Antero F Seabra. Braga.: Universidade do Minho.

Nunes, Pedro, (2016). Estudos de música popular: Objecto, abordagens, temas e problemas. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa

Opitz, Alfred, Clara, Fernando, Sanches, Manuela Ribeiro (1998). Sociedade e Cultura Alemã. Edição: Universidade Aberta.

Quintão, Anna Daniela Lavacca, (2022). Reinterpretando uma identidade: os grupos folclóricos entre a tradição e a mudança. Braga: Tese de Doutoramento. Universidade do Minho.

Pereira, Maria da Conceição, (2007). Ação e Património da junta Nacional do Vinho (1937- 1986). Universidade aberta. Lisboa.

Poulout, Dominique, (2006). Uma história do património no Ocidente, séculos XVIII-XXI. Do monumento aos valores. São Paulo. Estação da Liberdade.

Revista da Confederação Portuguesa das coletividades de Cultura, recreio e desporto, (2014). Análise Associativa. Democracia e Associativismo, nº 1.

Ribas, Tomaz, (1982). Danças Populares Portuguesas. Cultura Portuguesa- Dança Popular. Mogi das Cruzes: Biblioteca Breve.

Ribeiro, António José, (2022). A música que ouvimos: estudo exploratório com alunos do Curso Básico de Música do Conservatório do Vale do Sousa. Universidade do Minho, CIEC, Braga – Portugal.

Sardinha, José Alberto, (1992). Armando Leça e o primeiro levantamento músico-popular realizado em Portugal. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Sarmiento, C. (2010) A cultura popular portuguesa e o discurso do poder: práticas e representações do moliceiro e-cadernos CES.

Silva, Ana Luísa, (2018). Muros que erguem causas – barragens e património. Os casos de Picote, Côa e Tua. Vol. II. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Silva, Domingos, (1985). Entre Homem e Cávado em Meados do Século XVIII. Braga, Gráfica Cruz.

Silva, Luís, (2009). Casas de Campo. Etnografia do Turismo Rural em Portugal. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Sousa, C.M. (1997). Os Jogos Tradicionais como Unidade Didática do Programa de Educação Física. Guarda. Dissertação de Monografia apresentada à Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico da Guarda.

Trindade, Luís, (2000). A história da Associação comercial de Lisboa: da fundação nacionalista à integração europeia. Lisboa: Câmara de Comércio industrial.

Trindade, Luís, (2022). Silêncio aflito. A sociedade portuguesa através da música popular (dos anos 40 aos 70). Lisboa: Tinta da China

Valente, José, (2010). Para a história dos tempos livres em Portugal: da FNAT à INATEL (Lisboa: Edições Colibri / INATEL Fundação.

Vasconcellos, José Leite, (1882). Tradições Populares de Portugal. Porto: Livraria Portuense de Clavel.

Viegas, José Manuel Leite, (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspetiva comparativa europeia. Sociologia, Problemas e Práticas.

Vilaça Helena, (1999). Associações de Moradores enquanto aspeto particular do associativismo urbano e participação social.

Principais informantes

Jose Maria Arantes Dias: sócio fundador e Presidente da direção. Conversas nos dias 23 de novembro de 2023 e 20 de abril de 2024;

Eurico da Silva Fernandes: atual responsável pelas músicas do grupo. Conversa no dia 30 de setembro e 12 maio de 2024;

Anabela Maria Lopes Alves: atual responsável pelos ensaios das danças. Conversa no dia 30 de setembro de 2023; no dia 12 de maio de 2024 e 15 de julho de 2024;

Cristina Maria da Silva e Sousa: atual responsável pela área cultura. Conversa no dia 30 de setembro de 2023, 10 de fevereiro e 10 de março de 2024.

Outros informantes:

Maria Helena Arantes Bernardino: responsável pela área social. Conversa no dia 14 de abril de 2024;

Ana Catarina Alves Dias: Secretária da Direção. Conversa no dia 11 de maio de 2024;

Albertina Pereira Arantes, natural e residente em Paradela, 93 anos. Conversa no dia 28 de abril de 2024;

Maria Manuela da Silva e Sousa: Vogal do conselho Fiscal. Conversa no 30 de setembro de 2023;

José Dias de Sousa: antigo presidente da Junta de Freguesia de Valdosoende, residente em Paradela, 86 anos. Conversa 14 de abril de 2024.

Miguel Orlando Teixeira: Presidente da Associação Lírios do Gerês. Conversa 12 de maio de 2024.

Webgrafia:

<https://folclore.pt/sobre-o-portal/>

<https://www.cm-terrasdebouro.pt/>

https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE&xlang=pt

<https://www.pordata.pt/>

<https://www.culturaportugal.gov.pt/>

<https://turismo.cm-terrasdebouro.pt/tradicoes/>

<https://anmp.pt/>

<https://www.meloteca.com/lista-dos-ranchos-folcloricos/>

<http://www.email-divertido.com/2010/03/todos-os-ditados-populares-portugueses.html>

<http://opiparote.blogspot.com/2010/03/janeiro-nao-ha-luar-como-o-de-janeiro.html>

<https://webraga.pt/blog/a-viola-braguesa/>

<http://www.folclore-online.pt>

<https://www.meloteca.com/lista-dos-ranchos-folcloricos/>

<http://www.legislacao.org/diário-primeira-série/1935-06-13>

Fontes

Arquivo da Associação sociocultural da Associação de Paradelas;

Arquivo da Direção de Produção Cávado – Lima, EDPP;

Livro de Atas da Direção da Associação;

Livro de atas do Rancho Folclórico.